



**INSTITUTO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - MIH**

JOSÉ WILTON SOARES DE BRITO SOUZA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**INFLUXOS DA UNILAB NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E
EDUCACIONAL DOS PALOP: O CASO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

ACARAPE-CE

2025

JOSÉ WILTON SOARES DE BRITO SOUZA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**INFLUXOS DA UNILAB NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E
EDUCACIONAL DOS PALOP: O CASO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (POSIH/UNILAB), como um dos pré-requisitos para obtenção do título de mestre em humanidades.

Área de concentração: Estudos Interdisciplinares em Humanidades.

Linha de pesquisa: Trabalho, Desenvolvimento e Migrações.

Orientador: Prof. Dr. Basilele Malomalo
Coorientador: Prof. Dr. Carlos Subuhana

ACARAPE-CE

2025

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Souza, José Wilton Soares de Brito.

S696i

Influxos da UNILAB no desenvolvimento socioeconômico e educacional dos PALOP: o caso de São Tomé e Príncipe / José Wilton Soares de Brito Souza. - Redenção, 2025.
140f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Basilele Malomalo.
Coorientador: Prof. Dr. Carlos Subuhana.

1. Cooperação internacional. 2. Migração. 3. Desenvolvimento.
4. São Tomé e Príncipe. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 370

JOSÉ WILTON SOARES DE BRITO SOUZA

**INFLUXOS DA UNILAB NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E
EDUCACIONAL DOS PALOP: O CASO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (POSIH/UNILAB), como um dos pré-requisitos para obtenção do título de mestre em humanidades.

Área de concentração: Estudos Interdisciplinares em Humanidades.

Linha de pesquisa: Trabalho, Desenvolvimento e Migrações.

Orientador: Prof. Dr. Basilele Malomalo
Coorientador: Prof. Dr. Carlos Subuhana

Aprovação em: 11/09/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



BASILELE MALOMALO

Data: 20/10/2025 10:58:55-0300

verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Basilele Malomalo (Orientador)

Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Documento assinado digitalmente



ARILSON DOS SANTOS GOMES

Data: 17/10/2025 13:58:16-0300

verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes (Interno ao Programa)

Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-brasileira

Documento assinado digitalmente



CARLOS SUBUHANA

Data: 18/10/2025 16:03:47-0300

verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Carlos Subuhana (Externo ao Programa)

Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Documento assinado digitalmente



PEDRO ACOSTA LEYVA

Data: 20/10/2025 11:19:32-0300

verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Pedro Acosta-Leyva (Externo ao Programa)

Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

À Luccas, o brasileiro-santomense e vice-versa.

AGRADECIMENTOS

Registro, antes de tudo, meu profundo agradecimento ao Professor Basilele Malomalo, meu orientador, cuja orientação se fez necessária não apenas para guiar a pesquisa, mas também para me sustentar em meio às inevitáveis frustrações que marcaram este percurso. Sua paciência e rigor foram faróis em dias de dúvida, lembrando-me de que o avanço acadêmico muitas vezes se constrói na persistência diante do cansaço e da incerteza. Ao Professor Carlos Subuhana, meu coorientador, agradeço pelo olhar atento e pelas críticas construtivas, que revelaram caminhos que eu talvez não tivesse percebido, ensinando-me a encarar a complexidade e os limites do conhecimento.

Aos examinadores da banca, Professor Arilson do Santos Gomes e Professor Pedro Acosta-Levy, expressei meu agradecimento pelas observações críticas e pelo tempo dedicado à avaliação deste trabalho. Cada comentário e cada sugestão trouxeram à tona não apenas oportunidades de aprimoramento, mas também a consciência de que o esforço intelectual raramente é suficiente para abarcar todas as nuances de um tema.

Sou igualmente, e principalmente, grato aos santomenses com quem convivi durante minha trajetória na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Cada encontro e cada história partilhada revelaram a riqueza e a fragilidade da experiência humana, lembrando-me de que todo aprendizado se dá em meio às contradições da vida cotidiana, onde conquistas e limitações coexistem de forma inevitável.

Finalmente, agradeço à UNILAB e ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades, que me possibilitaram concluir este segundo mestrado. Esta experiência, por mais gratificante que tenha sido, revelou também, de forma dupla, as tensões, desafios e frustrações que acompanham qualquer jornada acadêmica, ensinando-me que a verdadeira aprendizagem se constrói tanto no triunfo quanto no desgaste, e que o conhecimento é, muitas vezes, um esforço solitário em meio às incertezas da existência.

RESUMO

A presente dissertação analisa os influxos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) no desenvolvimento socioeconômico e educacional dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com ênfase em São Tomé e Príncipe. A pesquisa parte da compreensão de que a UNILAB, enquanto projeto de cooperação Sul-Sul, representa uma estratégia de diplomacia educacional voltada ao fortalecimento das relações entre o Brasil e esses países africanos, promovendo intercâmbios acadêmicos, mobilidade estudantil e formação qualificada de jovens de contextos historicamente marcados por desigualdades estruturais. Por meio de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, utilizo procedimentos como análise documental, entrevistas semiestruturadas com egressos santomenses, além de observação participante sob viés etnográfico. Os resultados apontam que a UNILAB contribui de forma significativa para a ampliação das oportunidades educacionais, o fortalecimento do capital humano e a constituição de redes transnacionais de cooperação, com impactos perceptíveis no retorno de alguns estudantes ao país de origem e em suas inserções nos setores público, privado e organizações da sociedade civil. Por fim, a dissertação problematiza os desafios enfrentados na efetivação dos objetivos institucionais da UNILAB e suas limitações diante das complexas dinâmicas socioeconômicas dos PALOP.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperação Educacional Sul-Sul; Migração; Desenvolvimento; UNILAB; São Tomé e Príncipe.

ABSTRACT

This dissertation examines the influence of the Federal University for International Integration of the Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB) on the socioeconomic and educational development of Portuguese-Speaking African Countries (PALOP), with a particular emphasis on São Tomé and Príncipe. The study is grounded in the premise that UNILAB, as a South–South cooperation initiative, constitutes a strategic instrument of educational diplomacy designed to strengthen ties between Brazil and the PALOP nations. It seeks to promote academic exchange, student mobility, and the qualified training of young people from regions historically shaped by structural inequalities. Adopting a qualitative, exploratory, and descriptive approach, the research draws on multiple methodological procedures, including document analysis, semi-structured interviews with Santomean alumni, and participant observation informed by ethnographic sensibilities. The findings reveal that UNILAB plays a significant role in expanding access to higher education, enhancing human capital, and fostering transnational networks of cooperation. These effects are notably reflected in the return of graduates to their home country and their subsequent involvement in the public sector, private enterprises, and civil society organizations. Finally, the dissertation critically engages with the challenges surrounding the fulfillment of UNILAB’s institutional goals and interrogates its limitations within the broader context of the complex socioeconomic realities that characterize the PALOP nations.

KEYWORDS: South-South Educational Cooperation; Migration; Development; UNILAB; São Tomé and Príncipe.

LISTA DE SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

AULP – Associação das Universidades de Língua Portuguesa

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

CID – Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CSS – Cooperação Sul-Sul

FMI – Fundo Monetário Internacional

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MNA – Movimento dos Países Não Alinhados

MRE – Ministério das Relações Exteriores

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU – Organização das Nações Unidas

OSC – Organização da Sociedade Civil

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PEC-G – Programa Estudantes-Convênio de Graduação

PEC-PG – Programa Estudantes-Convênio de Pós-Graduação

PEI – Política Externa Independente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
 CAPÍTULO 1 - Contextualização histórica e teórica	14
1.1. <i>A criação da UNILAB: um projeto de integração e cooperação Sul-Sul</i>	14
1.2. <i>Paradigmas da Cooperação Internacional</i>	28
1.3. <i>Horizontalidade e Cooperação Sul-Sul</i>	33
 CAPÍTULO 2 - Cooperação Brasil-África no campo da educação superior	37
2.1. <i>A UNILAB no âmbito das relações Brasil-PALOP</i>	38
2.2. <i>A UNILAB como espaço de integração internacional e formação crítica</i>	41
2.3. <i>A construção do conceito de desenvolvimento entre o binômio Brasil-África</i>	47
2.4. <i>Perspectivas sobre São Tomé e Príncipe</i>	59
 CAPÍTULO 3 – A presença santomense na UNILAB	69
3.1. <i>O Perfil dos estudantes de santomenses da UNILAB</i>	69
3.2. <i>Motivações, trajetórias e desafios diversos</i>	77
3.3. <i>Algumas experiências de integração e interculturalidade</i>	83
 CAPÍTULO 4 – Impactos, contribuições e desafios no desenvolvimento socioeconômico de São Tomé e Príncipe	94
4.1. <i>Retorno dos egressos e inserção no contexto laboral santomense</i>	94
4.2. <i>Iniciativas sociais e educacionais inspiradas na formação da UNILAB</i>	107
4.3. <i>Barreiras e potencialidades na aplicação dos conhecimentos adquiridos</i>	118
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127

INTRODUÇÃO

Atualmente, a internacionalização do ensino superior é um fenômeno cada vez mais recorrente no cenário educacional global. No contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)¹, instituições como a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) têm desempenhado um papel estratégico na promoção da cooperação educacional, científica e cultural entre o Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Nesse sentido, esta dissertação de mestrado analisa os impactos e contribuições da referida universidade no desenvolvimento de um desses países, São Tomé e Príncipe, tomando como eixo central os influxos formativos, sociais, culturais políticos e econômicos que emergem da presença de estudantes santomenses na instituição.

Desde a sua criação em 2010, a UNILAB tem se constituído como um espaço singular de integração e intercâmbio bastante expressivo, oferecendo acesso ao ensino superior gratuito e de qualidade para estudantes brasileiros, sobretudo jovens historicamente marginalizados do Maciço de Baturité e de São Francisco do Conde (dentre esses, me situo enquanto beneficiário), e por recepcionar e qualificar um considerável contingente de estudantes oriundos dos PALOP, que buscam profissionalização e oportunidade de vida no Brasil. Nesse contexto, podemos enfatizar que os estudantes dos países africanos não apenas adquirem conhecimentos acadêmicos, mas também estabelecem redes sociais e profissionais que influenciam suas trajetórias individuais e, em muitos casos, repercutem direta e indiretamente em projetos de transformação nos seus países de origem.

São Tomé e Príncipe, pequeno Estado insular situado no Golfo da Guiné, é um dos países contemplados pela política de internacionalização da UNILAB. Com uma população relativamente jovem, desafios estruturais nas áreas da educação, saúde, emprego e infraestrutura, o país encontra na cooperação educacional um instrumento estratégico para a formação de quadros qualificados e para a promoção do desenvolvimento humano e institucional. Assim, a presença de estudantes santomenses na UNILAB representa uma oportunidade concreta de transformação individual e coletiva, ao mesmo tempo em que produz questionamentos sobre a efetividade dessa política brasileira em contribuir para mudanças sociais em seus contextos de origem.

¹ Organização internacional composta por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, criada em 17 julho de 1996, em Lisboa, no âmbito da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo. Ver: CPLP. Histórico - como surgiu? www.cplp.org. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2752.aspx#:~:text=A%2017%20de%20Julho%20de,e%20S%C3%A3o%20Tom%C3%A9%20Pr%C3%A9ncipe>. Acesso em: 09 jun. de 2025.

Com isso, surge o seguinte questionamento: **de que maneira os processos formativos vivenciados por estudantes de São Tomé e Príncipe na UNILAB contribuem para o desenvolvimento socioeconômico e educacional do seu país de origem?** Buscamos compreender como essas experiências impactam em aspectos como a capacitação de recursos humanos, o fortalecimento de instituições locais e a ampliação de visões críticas e engajadas com os desafios sociais, ambientais, políticos e econômicos santomenses, delimitadas durante o período de 2011 a 2025, isto é, quinze (15) anos de existência institucional.

Para isso, optamos por analisar os percursos formativos de estudantes santomenses da UNILAB, identificando áreas de formação dos/as entrevistados/as, motivações e expectativas em relação ao retorno ao país de origem; investigar como os conhecimentos adquiridos na universidade são aplicados pelos egressos santomenses em seus cotidianos laborais, sociais ou acadêmicos em São Tomé e Príncipe; apreender as percepções dos estudantes e egressos santomenses sobre o papel da UNILAB na formação de lideranças, promoção da cidadania e desenvolvimento local e nacional; avaliar o impacto das políticas institucionais da UNILAB voltadas à cooperação internacional e à integração com os PALOP, com foco em São Tomé e Príncipe; e tentar identificar os desafios enfrentados pelos estudantes santomenses durante e após sua formação na instituição, especialmente em relação à reinserção no mercado de trabalho e contribuição efetiva para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Para alcançar tal objetivo, optamos por lançar mão de uma abordagem qualitativa, de “caráter exploratório e descritivo” (Lüdke e André, 1986), fundamentada em “pesquisa bibliográfica” (Gil, 2002), “entrevistas semiestruturadas” (Boni; Quaresma, 2005), “análise documental” (Cellard, 2008) e “observação participante” com inspiração no “método etnográfico” (Malinowski, 1978 [1922]; Geertz, 1989 [1973]).

O levantamento de dados foi realizado por meio de entrevistas com egressos/as santomenses da UNILAB, além de algumas outras pessoas pertinentes e profissionais envolvidos com a política de internacionalização da universidade. Também foram analisados documentos institucionais, dados estatísticos de órgãos oficiais do Brasil e de São Tomé e Príncipe, bem como revisão de literatura relacionada as seguintes categorias: Cooperação Educacional Sul-Sul, Migração, Desenvolvimento, São Tomé e Príncipe e UNILAB.

Para a análise dos dados, por um lado, focamos na interpretação das experiências, comportamentos, percepções e impactos atribuídos à experiência acadêmica na UNILAB, por outro, na relação de sentido com as categorias acima citadas. Assim, a “análise de conteúdo temática” das pesquisas da área da educação, conforme explana Bardin (1977), integrada à uma

perspectiva etnográfica interpretativa, inspirada nos trabalhos de Geertz (1973), corresponde a uma combinação metodológica que permite compreender os sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas experiências, bem como contextualizar os dados produzidos à luz do universo sociocultural e político no qual estão inseridos. Justificamos a escolha por essa abordagem pela necessidade de compreender as experiências subjetivas dos participantes desta pesquisa, em diálogo com os contextos sociais, culturais e político-estruturais mais abrangentes.

A relevância deste estudo consiste no fato de que, embora a proposta da UNILAB seja reconhecida por seu caráter inovador e único no mundo (juntamente com a Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA²), observa-se que a maioria das pesquisas se concentram em análises institucionais ou nas experiências dos estudantes ainda em seus percursos no Brasil. Entretanto, sem direcionar para os impactos mais amplos em termos de retorno social, econômico e político, que estudem empiricamente os efeitos dessa experiência formativa sobre os países africanos envolvidos, especialmente São Tomé e Príncipe. Ou seja, mesmo que alguns desses estudos existentes discorram sobre mobilidade acadêmica Sul-Sul (Brasil-PALOP em foco), o direcionamento para a análise dos impactos concretos que essas experiências formativas trazem para os países de origem dos estudantes ainda é escasso.

Nesse sentido, São Tomé e Príncipe oferece um caso particularmente interessante, por se tratar de um país insular de pequenas dimensões geográficas e de baixa densidade demográfica (cerca de 227 habitantes por quilômetro quadrado³), mas com uma juventude ativa e sedenta por transformações sociais em seu país. Nesse aspecto, podemos dizer que os egressos da UNILAB têm grande potencial para atuar como agentes estratégicos de desenvolvimento nas mais diversas áreas e setores.

Diante do exposto, esta dissertação está estruturada em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No Capítulo 1, apresentamos os fundamentos teóricos e históricos que sustentam a criação da UNILAB, sua missão institucional e os paradigmas da cooperação internacional, com destaque para as concepções de desenvolvimento em contextos africanos, em especial no caso de São Tomé e Príncipe. O Capítulo 2 aborda a presença dos estudantes santomenses na UNILAB, analisando as dinâmicas socioculturais que permeiam sua formação acadêmica. No Capítulo 3, discutimos os impactos percebidos e projetados dessa formação no contexto santomense, com ênfase nos retornos individuais e coletivos advindos da

² Fundada seis meses antes da UNILAB, a UNILA foi oficialmente criada pela Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010, com intuito de integração regional e internacional entre os países da América Latina.

³ Ver: BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO. São Tomé e Príncipe. Disponível em: <https://www.afdb.org/fr/pays-afrique-australe/sao-tome-et-principe>. Acesso em: 7 ago. 2025.

experiência educacional no Brasil. Por fim, nas considerações finais, sintetizam-se as principais contribuições da pesquisa e indicam-se caminhos reflexivos para investigações futuras, bem como subsídios para a formulação de políticas públicas.

CAPÍTULO 1 – Contextualização teórica e histórica

O presente capítulo tem como objetivo apresentar uma contextualização teórica e histórica acerca da UNILAB, trazendo suas origens, fundamentos políticos e pedagógicos, bem como os marcos legais que sustentam a sua criação e pleno funcionamento até os dias atuais. Desse modo, são exploradas as bases conceituais da cooperação internacional em educação, a ideia de integração e cooperação Sul-Sul, os desafios da educação superior no contexto dos países africanos da lusofonia, sobretudo as relações educacionais entre o Brasil e os PALOP. Por fim, abordamos os principais conceitos e críticas sobre a ideia de desenvolvimento aplicada aos contextos africanos, com destaque para São Tomé e Príncipe.

1.1. A criação da UNILAB: uma proposta de integração e Cooperação Sul-Sul

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) foi criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010⁴, como parte de uma estratégia brasileira de cooperação internacional voltada para o fortalecimento dos laços com os países africanos de língua portuguesa. Inserida no contexto mais amplo das políticas de integração Sul-Sul, a UNILAB representa uma tentativa concreta de institucionalizar as relações históricas, culturais e linguísticas entre o Brasil e as nações da CPLP.

Com sede no Ceará e campi na Bahia, a instituição foi pensada para ser uma universidade pública e intercultural, com a missão de promover o intercâmbio acadêmico e científico entre o Brasil, os países africanos, especialmente Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, e nações asiáticas, como Timor-Leste. Na atualidade, UNILAB conta com Guiné Equatorial igualmente como país parceiro⁵. Essa iniciativa se alicerça na percepção de que a educação superior constitui um instrumento estratégico, potente e transformador, capaz de promover o desenvolvimento humano, a transformação social e o fortalecimento das relações de cooperação entre os povos, contribuindo, assim, para o avanço das sociedades envolvidas no referido projeto.

Desde a sua instalação no município de Redenção em 2011, a UNILAB tornou-se bastante expressiva, tendo sido responsável por recepcionar e qualificar um considerável

⁴ Para complemento visual e interação sobre o fato, ver: CANAL GOV. **Presidente Lula se reúne com líderes da África Ocidental.** [vídeo]. YouTube, 5 jul. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sa-4wVDxnLQ>. Acesso em: 10 maio. 2025.

⁵ Ver: <https://www.cplp.org/>.

contingente de estudantes oriundos dos PALOP e Timor-Leste, que buscam profissionalização e oportunidade de vida no Brasil, da mesma maneira que, no relativo quantitativo de jovens pobres da região do Maciço de Baturité, que ascenderam ao ensino superior público. Dentre esses, me situo enquanto beneficiário da política pública a qual a instituição está inserida. A princípio adentrei como aluno de graduação na primeira turma do Bacharelado em Administração Pública, onde após dois anos migrei para o Bacharelado Interdisciplinar⁶ em Humanidades, e, posteriormente dando continuidade na terminalidade curricular, o Bacharelado em Antropologia, e, atualmente como aluno do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades.

Nesse fluxo, para além da minha inserção no projeto de iniciação científica sobre trajetórias socioculturais de estudantes africanos no Maciço de Baturité, sob a coordenação do professor Dr. Carlos Subuhana, o qual também me orientou em outras pesquisas do meu percurso acadêmico, esta pesquisa é atravessada não apenas por um interesse acadêmico, mas também por vivências socioafetivas significativas. Durante minha experiência na primeira graduação na UNILAB, desenvolvi laços que ultrapassaram os limites institucionais da universidade. Entre esses vínculos, estabeleci uma relação afetiva com uma estudante santomense, com quem compartilhei a experiência da maternidade e paternidade. Dessa união nasceu um filho em território brasileiro, que posteriormente passou a residir em São Tomé.

Cabe destacar, que essa vivência específica e as interações sociais dela decorrentes, foram fundamentais para que eu afiasse meu olhar sobre a realidade santomense e as conexões Brasil-São Tomé e Príncipe, especialmente no âmbito das políticas de educação superior e mobilidade acadêmica. A paternidade de uma criança com dupla nacionalidade, ou seja, nascido no Brasil e criado em São Tomé, reforçou o meu interesse de compreender com maior profundidade os impactos sociais, culturais e econômicos que a UNILAB pode gerar na formação de sujeitos e no desenvolvimento dos países africanos envolvidos.

Nesse contexto, é oportuno evocar a reflexão de Malomalo (2017), que nos convida a pensar a produção intelectual e científica a partir de outros referenciais, mais situados e comprometidos com os contextos de origem dos sujeitos. Segundo o autor:

O ato de escrever tem muito a ver com a vida do autor. Este pode até negar essa ligação, mas no fundo é assim que se passam as coisas. Há uma tradição ocidental que quer nos iludir que se pode praticar a arte pela arte e a ciência pela ciência. Esse individualismo ou anarquismo científico, salvo quando se trata de um gesto de liberdade, não tem cabimento em outras culturas, como a africana, onde todo ato de

⁶ Atualmente, denominado de Bacharelado em Humanidades.

produção artística e científica compromete, geralmente, pessoal e coletivamente o seu autor. (Malomalo, 2017, p. 21)

Desse modo, ao refletirmos sobre essas experiências formativas e as inquietações que delas emergem, torna-se possível compreender com maior nitidez o papel estratégico que a UNILAB desempenha na consolidação de pontes efetivas entre o Brasil e os PALOP. A forma como a universidade está territorialmente distribuída, bem como o perfil diverso de seu corpo discente e docente, revelam um esforço institucional contínuo em fomentar dinâmicas de integração Sul-Sul que extrapolam o discurso oficial e se manifestam na prática cotidiana de convivência, intercâmbio e produção de saberes.

A instituição possui atualmente 4 *campi*, nos quais três juntamente com a reitoria e a sede administrativa estão localizados nas cidades de Acarape e Redenção⁷ (Maciço de Baturité), e o outro campus, localizado na cidade de São Francisco do Conde, (Recôncavo baiano), no Estado da Bahia. Em ambos os *campi*, para além de estudantes brasileiros/as, conforme mencionado, a instituição recebe anualmente jovens africanos/as timorenses, para realizarem suas formações em cursos de graduação nas mais diversas áreas do conhecimento.

Ressaltamos que o município de Redenção (que na época, fazia parte da província de Baturité) foi o primeiro a abolir o tráfico de pessoas no território brasileiro, mais especificamente em 1º de janeiro de 1883, ou seja, um ano antes com relação ao Estado do Ceará (25 de março de 1984) e cinco anos antes com relação a Lei Áurea no Brasil (13 de maio de 1988). Esse fato histórico serviu como motor discursivo para em 2010, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva a decidir pela instalação da UNILAB no referido município, a qual ocasionou profundas mudanças de ordem estrutural local, regional e nacional. Dentre essas, podemos citar: descentralização e acesso à educação superior através da interiorização, desenvolvimento de recursos humanos, atração de novos investimentos públicos e privados, aumento populacional, produção de novos discursos e sociabilidades – relação com os espaços públicos, especulação imobiliária e dentre outros fatores que se intercomunicam e coexistem.

Atualmente, a instituição em questão conta com nove (09) institutos: Instituto de Ciências Exatas e da Natureza (ICEN), Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), Instituto de Ciências da Saúde (ICS), Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR), Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável (IEDS), Instituto de Humanidades (IH), Instituto de Humanidades e Letras do Malês (IHL), Instituto de Linguagens e Literaturas (ILL) e Instituto

⁷ O atual município de Redenção, na época (século XIX) ainda território de Baturité, foi a primeira cidade a abolir a escravidão em solo brasileiro, fator simbólico que levou o governo Lula a construir a UNILAB na cidade em questão.

de Educação a Distância (IEAD), vinte e cinco (25) cursos de graduação presenciais e quatro (04) cursos de graduação à distância, cinco (05) cursos de especialização, onze (11) cursos de mestrado, um (1) curso de doutorado, cento e sessenta e nove (169) projetos de pesquisa, quatrocentos e vinte e quatro (424) docentes⁸, trezentos e sessenta e três (358) técnicos administrativos em educação, cento e quatorze (114) grupos de pesquisa, e duzentos e trinta e oito (238) acordos de cooperação, sendo cento e noventa e nove (199) nacionais e trinta e nove (39) internacionais (UNILAB, 2025).

A UNILAB tem como objetivo “[...] produzir e disseminar o saber universal de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil, e dos países de expressão em língua portuguesa – especialmente os africanos” (Gomes, p.100, 2018). A instituição tem ainda potencial para futuramente se expandir para outros países da África, “[...] por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento técnico, científico e cultural, e comprometidos com a necessidade de superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente” (*Ibidem*, p.100, 2018). Nesse sentido, a instituição tem como objetivos:

[...] ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP⁹), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. (BRASIL, Lei n. 12.289/2010, art. 2º, grifo nosso).

Vale destacar, que a referida entidade tem o papel fundamental de contribuir:

[...] na realização da política educacional exterior brasileira, também carrega consigo a sua particular ideologia e/ou *modus operandi*, que se assenta, justamente, na construção de uma ponte histórica e cultural entre Brasil e países da língua oficial portuguesa, sobretudo, os do continente africano, visando compartilhar soluções inovadoras para processos históricos similares existentes entre Brasil e o continente. (Mendes; Cambanco; Bacurin, p.190, 2021, grifos nosso).

Nesse sentido, os esforços movidos pelo mesmo sentimento de ruptura do paradigma educacional brasileiro e mundial, podemos dizer que o “projeto UNILAB” (Subuhana, 2013), é galgado em estabelecer um ideal para além do viés de cooperação internacional tradicional,

⁸ Em termos de docentes dos PALOP e de outros países africanos, a instituição conta atualmente com um (1) de Angola, um (1) do Benin, seis (6) de Cabo Verde, um (1) do Congo, sete (7) de Guiné Bissau e seis (6) de Moçambique. No entanto a instituição não possui nenhum docente de São Tomé e Príncipe.

⁹ Fundada em 17 de julho de 1996 em Lisboa, Portugal.

no caso exalta-se a questão da solidariedade entre as nações sob a ótica do modelo de Cooperação Sul-Sul para o enfrentamento das desigualdades sociais no Brasil e nos PALOP.

Como já mencionado, a instituição constituiu o segundo projeto universitário de intercâmbio internacional estudantil criado pelo governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no contexto do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Sua proposta central era promover a integração entre o Brasil e outros países do Sul Global. O primeiro projeto com esse perfil foi a UNILA, sediada em Foz do Iguaçu, Paraná, inaugurada em 12 de julho de 2010.

Essas instituições surgem como parte das políticas de cooperação Sul-Sul, buscando formar quadros técnicos e intelectuais capazes de contribuir com os processos de desenvolvimento sustentável¹⁰ em suas regiões de origem e de fortalecer os laços culturais e políticos entre o Brasil e seus parceiros internacionais.

Assim, por meio do comprometimento com as ações acadêmico-administrativas, a UNILAB busca afirmar uma forma de cooperação solidária, no intuito de promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional da região e dos países de origem dos estudantes (UNILAB, 2013).

Segundo Monteiro e Lima (2021), ao enfatizar os países africanos, sobretudo os PALOP, a instituição ressalta uma perspectiva epistemológica contra hegemônica, pautada na produção de conhecimento marcado em espaços e atores periféricos específicos.

Nesse contexto, conforme aponta Stallivieri (2004), devido a mudança na geopolítica mundial, e consequentemente na consolidação e deslocamento dos eixos de poder, as relações entre as nações também se modificaram, e, nesse rumo inclusive o papel das instituições de ensino superior. Dessa maneira, os governos, empresas, instituições e pessoas passaram a circunscrever no conhecimento o grande aporte para conduzirem o seu futuro. Como consequência, a missão da universidade enquanto instituição que produz e socializa o conhecimento científico, coloca em necessidade a sua expansão.

Ainda segundo a autora (*Ibidem*), em um mundo globalizado e interligado, há a necessidade de um sistema de educação superior cujo a internacionalização permita o respeito pela diversidade cultural e a promoção de conceitos para proporcionar o entendimento pela multiplicidade de valores e a tolerância entre os povos. No entanto, “a internacionalização não

¹⁰ Cabe reforçar, que a ideia de desenvolvimento sustentável no contexto das relações e cooperação internacional sob o viés Sul-Sul, extrapola a banal articulação entre crescimento econômico, preservação ambiental e equidade social dentro das fronteiras nacionais. Nesse aspecto, ver: SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000; e: SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ocorre de forma isolada”, tal processo pressupõe a cooperação em todas as suas nuances, quais sejam: científica, tecnológica, acadêmica; “e em seus diferentes níveis, tanto a cooperação horizontal e vertical, quanto bilateral, multilateral, etc.” (Stallivieri, 2004, p. 3-4).

Contudo, se formos pensar mais a fundo, a UNILAB é uma instituição que já nasce internacionalizada, agregada ao fator da interiorização do ensino superior público na região do Maciço de Baturité enquanto outro marcador institucional e contextual. Nesse sentido, é importante ressaltar que a criação das universidades federais após o ano de 2003¹¹, sobretudo as de âmbito internacional, reforça e redesenha a relação da rede de ensino superior federal brasileira com o modelo de Cooperação Sul-Sul e os PALOP.

Com relação a este último aspecto, para Mawdsley (2015), o ponto central é a cooperação brasileira e Sul-Sul e seus vieses diplomático-social, caracterizando-se a partir da necessidade de uma relação de cooperação mútua, traduzida sob a forma de dádiva. No entanto, compreendemos que, conforme os estudos de Mauss (1923), sobre a reciprocidade e circulação das coisas em contextos interétnicos, a dádiva se expressa enquanto uma característica humana que nunca é desinteressada, caracterizando a cooperação Sul-Sul como aquilo que Visentini (2013) pontua enquanto “cooperação profana” dentro de um “imperialismo *soft*”, ou seja, um tipo de poder brando, o “*soft power*”.

Por outro lado, podemos colocar em evidência a UNILAB nesse meio multilateral de cooperação, e entender segundo Ribeiro (2012; 2016), que, o projeto de universidades com características de cooperação internacional, sobretudo embasadas a partir de políticas regionais constituídas no e para o eixo Sul-Sul, “é geograficamente viável e pode garantir ganhos para os Estados das nações envolvidas e atores sociais, se materializando em cultura e qualificação profissional” (*Ibidem*, 2016, p. 215). Ainda de acordo com o autor, esse modelo de universidade internacional pode ser considerado algo novo para o contexto brasileiro, caracterizando-se enquanto um desafio contínuo a ser analisado e atualizado.

Em continuidade, cabe ressaltar que a cooperação entre o Brasil e África não surgiu¹² necessariamente a partir de 2003. Na verdade, esse diálogo remonta a décadas anteriores, com raízes históricas que atravessam o século XX. Desde o início dos anos 1960, foram firmados diversos acordos de natureza educacional, técnica e diplomática entre o Brasil e diferentes nações do continente africano, refletindo o interesse mútuo em construir laços mais sólidos e

¹¹ Em 1º de janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva toma posse como 35º presidente do Brasil, iniciando seu primeiro entre vários mandatos futuros.

¹² Ver: REIS, Luiza Nascimento dos. **Estudantes africanos e africanas no Brasil (Anos 1960)**. Recife: Ed. UFPE, 2021. 192 p.

duradouros. Um exemplo marcante dessa aproximação é a relação entre o Brasil e Gana. A embaixada brasileira instalada em Acra, capital ganesa, foi a primeira do país na África Subsaariana, simbolizando a relevância estratégica que esse território já representava naquele momento. Já a embaixada de Gana situada em Brasília, é a única representação diplomática do país em toda a América Latina até os dias atuais (BRASIL, 2015).

Da mesma forma, a relação entre o Brasil e o Senegal sempre teve destaque no cenário diplomático Sul-Sul. Logo após a independência de Senegal, em 1960, os dois países estabeleceram relações diplomáticas, culminando na inauguração da embaixada brasileira em Dacar no ano seguinte, 1961. Vale destacar, que a presença brasileira no Senegal remonta ainda ao século XIX, quando o Brasil mantinha um cônsul honorário em Dacar. Por sua vez, Senegal reafirmou o interesse nessa parceria ao abrir, em 1963, sua embaixada em Brasília (tal como acontece com Gana, essa permanece sendo a única representação diplomática do país em toda a América Latina até hoje). Esses marcos históricos evidenciam que a cooperação entre o Brasil e a África é fruto de um processo contínuo e complexo, enraizado em uma trajetória de trocas, diálogos e compromissos bilaterais e multilaterais que precedem as políticas de cooperação mais recentes (BRASIL, 2015).

De acordo com Martinière (1980), após o início de alguns processos de descolonização na África, a exemplo contextualizado, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, que tiveram em sua grande maioria, desfechos de independência com relativo sucesso em 1975 (com exceção de Bissau em 1973), o viés diplomático entre América e África aproximou jovens africanos falantes da língua portuguesa através de intercâmbio estudantil. De acordo com Lima e Ribard (2021):

Entre 1961 e 1962, 21 jovens provenientes de Gana, Nigéria, Senegal, Camarões, Cabo Verde e Guiné Bissau vieram ao Brasil cursar o ensino superior em universidades brasileiras. A adoção de ações culturais voltadas para o continente africano fazia parte do redirecionamento da política externa brasileira iniciada na gestão de Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961) e continuada pelo seu sucessor João Goulart (1961-1964). A Política Externa Independente (PEI) se pautava na busca por novos parceiros políticos e econômicos e por mais autonomia para o Brasil no espaço das relações internacionais, distanciando o país gradativamente do eixo de influência dos EUA. Nessa perspectiva, o governo brasileiro via a África - que passava por um dinamismo político diante das recentes independências - como mercado potencial para os produtos nacionais, principalmente, industrializados, e um espaço para expansão da influência do Brasil na geopolítica internacional. (Lima e Ribard, 2021, p.2384).

Visto isso, com o avanço do processo de descolonização e a posterior consolidação da autonomia política e dos regimes democráticos nos países africanos, especialmente após o fim

do domínio colonial português nos PALOP, abriu-se um novo ciclo de possibilidades para o aprofundamento das relações bilaterais. Esse novo cenário permitiu ao Brasil reconfigurar e ampliar sua presença diplomática, cultural e educacional no continente, dando origem a políticas externas mais sólidas e sistemáticas voltadas à cooperação Sul-Sul, em que o intercâmbio educacional, como o ocorrido nos anos 1960, ressurgiu como um instrumento estratégico para estreitar laços e promover o desenvolvimento mútuo.

Assim, tomando como base o fortalecimento das relações atuais entre os territórios brasileiros e africanos, que corresponde ao discurso de desenvolvimento estratégico e progresso econômico dos países do Sul Global, desse modo, interroga-se se a África é um parceiro comum na busca pelo desenvolvimento, ou se é apenas um mercado promissor em projeção para os produtos manufaturados brasileiros (Barros, 2007).

Tal concepção, está alinhada ao pensamento de Pellegrino (2002) e Desidério (2006), onde os autores afirmam que, o conhecimento mediado pela educação está dentro das características centrais da busca pelo tão sonhado crescimento econômico entre as mais diversas nações do mundo. Nesse raciocínio, tanto os países desenvolvidos como os emergentes e em desenvolvimento, buscam estimular o desenvolvimento da educação superior, no que tange a formação de especialistas tanto no nível de graduação e pós-graduação.

Com isso, a partir dos anos 1980, as políticas de cooperação, principalmente no ramo da educação, ciência e tecnológicas, se colocam como fortes e importantes mecanismos no desenvolvimento de um modelo de internacionalização educacional do ensino superior. Nesse aspecto, a migração de estudantes africanos, tal como no nível de graduação, mestrado ou doutorado, explicita para além da circulação de cérebros, de ciência e tecnologia, mas, principalmente, a construção de importantes redes alternativas, diplomáticas bilaterais ou multilaterais. (Desidério, 2006).

Visto isso, o processo de desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a cooperação entre o Brasil e a África, tendo como principal contexto, as mudanças significativas na política externa brasileira a partir dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), destaca o ensino superior brasileiro enquanto “alternativa para o desenvolvimento dos países africanos de língua portuguesa” (Morais, 2013, p.121), criando empolgação em relação às políticas do país, que se deve também em parte, às mudanças econômicas ocorridas no Brasil em tal período. Dessa forma:

[...] o que causa certa euforia também no mundo acadêmico. Esse estado de graça, entretanto, torna o cenário um tanto quanto nebuloso, afastando análises mais

contextuais sobre as consequências que as políticas de desenvolvimento resultam nas apropriações das elites dos países dos quais os estudantes são provenientes (*Ibidem*, 2013, p.121-122).

Considerando o consenso em torno das realizações do governo Lula na construção de uma “política africana multidimensional” (Visentini, 2013), o entusiasmo observado deve-se, em primeiro lugar, ao oferecimento de uma alternativa à hegemonia ocidental. Essa alternativa se materializou em estratégias de cooperação internacional inspiradas no modelo Sul-Sul, mas orientadas por um viés desenvolvimentista e marcadas por um novo enfoque social, que em vários aspectos se distancia da lógica tradicionalmente imposta pelo Norte. Segundo o Banco Mundial/IPEA (2011), o governo Lula (2003-2010):

[...] renovou o interesse do Brasil pela África, estruturando-o em bases mais sólidas, como parte do objetivo maior de ampliar o perfil global do Brasil. Durante seu governo, por exemplo, o presidente Lula visitou a África 12 vezes, fato sem precedentes na história política do Brasil. (BANCO MUNDIAL e IPEA, 2011).

A partir desse cenário, nos desdobramentos para a formulação de políticas internacionais, o Estado brasileiro passou a visar principalmente os mercados e os Estados e governos que atuassem como parceiros, e, juntos promoverem o aprimoramento das instituições, na tentativa de implementar reformas que viessem a possibilitar e conduzir novos modos de regulação, enfatizados ou motivados no estabelecimento dos limites decorrentes dos conflitos e mudanças globais. Partindo desse contexto, a denominada Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) também se reconfigura, acompanhando transformações históricas e institucionais. Tal movimento pode ser compreendido a partir do momento em que surgem as primeiras agências oficiais de cooperação internacional para o desenvolvimento, consolidadas sobretudo nos países do Hemisfério Norte entre as décadas de 1950 e 1960 (Tomesani, 2017).

Entre o período de 2003 a 2010, realizaram-se inúmeras conferências, fóruns e reuniões de cúpula intergovernamentais, concebidas pela necessidade de sintonizar o apoio oficial para o novo paradigma de desenvolvimento, com as metas definidas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) em articulação com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil (CDES¹³). Os ODMs, definidos na Assembleia Geral da

¹³ Ver: BRASIL. Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável — Secretaria de Relações Institucionais. **O que é o CDESS?** Disponível em: <https://www.gov.br/sri/pt-br/cdess>. Acesso em: 11 out. 2025.

Organização das Nações Unidas (ONU), em 2000, onde as metas foram estruturadas a partir de um ideal mundial de progresso, quais sejam: 1) Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2) Universalizar a educação primária; 3) Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres; 4) Reduzir a mortalidade na infância; 5) Melhorar a saúde materna; 6) Combater o HIV/ AIDS, a malária e outras doenças; 7) Assegurar a sustentabilidade ambiental; 8) Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. (IPEA, 2004).

Paralelo aos ODMs, o CDES estimulou as ações voltadas para a cooperação internacional em educação e tecnologia com os PALOP, a partir da reconfiguração geopolítica com a emergência dos BRICS, dando ênfase a CID, especialmente no que tange a cooperação entre os países do Sul global.

Com relação à importância dos ODMs, nesta pesquisa, podemos enfatizar que todos os pontos estão atrelados direta e indiretamente a importância institucional da promoção de intercâmbio estudantil entre o Brasil e os PALOP, e nesse meio, a UNILAB. A partir disso, Almeida (2022), afirma que:

A formação de pessoal estrangeiro de ensino superior é entendida como uma das principais atuações brasileiras em termos de cooperação internacional para o desenvolvimento no campo da educação. Sendo assim, esse tipo de iniciativa de internacionalização provavelmente é a mais visível dentre as contribuições das universidades de missão institucional internacional para a política exterior e cooperação internacional brasileira. (*Ibidem*, 2022, p.100, grifo nosso)

Desse modo, universidades como UNILA e especialmente a UNILAB, compõem importantes iniciativas da cooperação educacional brasileira, colocando as instituições na problemática do desenvolvimento e no sistema de cooperação internacional que as modelam.

No entanto, segundo IPEA/ABC (2018), a partir dos relatórios de Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI), não relacionam o papel desenvolvido pela UNILA e UNILAB no cenário pautado.

Nesse aspecto, Almeida (2022), infere que, tais relatórios destacam apenas “o papel do PEC-G (e PEC-PG) tradicional ação de cooperação internacional na formação de pessoal estrangeiro” (Almeida, 2022, p.100). Conforme tal afirmação, esta pesquisa chama atenção para elucidar a contribuição da UNILAB em particular, no cenário da cooperação internacional brasileira, sabendo que, o PEC-G/PEC-PG, são programas distintos que não possuem relação direta com a UNILAB, pois, esta já nasce internacionalizada e com acordos específicos de cooperação para a promoção de intercâmbio estudantil com países específicos. Tal fator, segundo Bertolotti (2021), pode ser compreendido, enquanto:

[...] uma frente perene para a internacionalização da educação superior na medida em que ela é dimensionada em um espaço universitário que goza de autonomia, suporte orçamentário e de pessoal qualificado para execução das suas funções e que, justamente por isso, se resguarda das incertezas do campo político no que diz respeito ao escopo da internacionalização. (*Ibidem*, 2021, p.182)

Visto isso, a UNILAB possui a sistemática de “inovadores programas pedagógicos e científicos voltados à integração Internacional da lusofonia, possuindo grandes comunidades de estudantes estrangeiros de proporções únicas no Brasil em relação ao total” (Almeida, 2022, p. 109). Nesse viés, ainda conforme o autor, referindo-se a UNILA e UNILAB, destaca, que:

Apesar do desconhecimento e de possíveis desconfianças políticas, o recorrente interesse nas universidades de missão institucional internacional por operadores da política externa brasileira não pode ser ignorado. Além de um histórico de atividades e parcerias em conjunto com esses operadores, as duas instituições possuem excepcionais objetivos institucionais definidos em suas leis de criação, PDIs e resoluções universitárias que superam o escopo da formação de pessoal estrangeiro de ensino superior. [...] Apesar do continente africano e da América Latina serem respectivamente a primeira e a segunda mais importantes regiões de origem de estudantes do PEC-G, UNILA e UNILAB ampliaram significativamente o ingresso dos estudantes dessas regiões no ensino superior público brasileiro. (*Ibidem*, 2022, p.105-108)

Considerando o que foi exposto, e tendo em vista a diferença analítica entre os escritos de Almeida (2022) e a problemática central desta dissertação, que se concentra no papel da Cooperação Educacional Sul-Sul, especialmente no âmbito da UNILAB e de seus impactos nos PALOP, torna-se necessário destacar algumas perspectivas teóricas que dialogam com essa proposta. Nesse sentido, Bertolotti (2021) observa que a criação da UNILAB é marcada por um “caráter contra-hegemônico”, sobretudo por estar alicerçada nos princípios da cooperação solidária. Essa leitura contribui para aprofundar a compreensão de como a referida universidade se insere em processos mais amplos de integração e desenvolvimento entre Brasil e África, reforçando o papel estratégico da educação superior no fortalecimento de laços históricos, culturais e políticos nos espaços Sul-Sul. Desse modo, tal característica denota:

[...] uma evidente estratégia geopolítica, uma vez que propõe se voltar para as necessidades e demandas de países que compartilham da mesma origem colonial, assim como um papel subordinado no que concerne à divisão internacional do trabalho e da economia. (*Ibidem*, 2021, p.177)

De outro modo, Cavalcante (2017) coloca a instituição em um plano parcialmente abstrato, que diverge dos seus documentos, e, talvez não “exista” ainda, “concretamente falando, ou seja, na firme expressão de seus princípios proferidos (projeto filosófico, educativo, político e ideológico)” (*Ibidem*, 2017, p. 92).

Apesar de muitas questões que merecem atenção e crítica incisivas, a UNILAB já acumula quinze (15) anos de pleno funcionamento. Sua proposta deixou o papel e se concretizou em 25 de maio de 2011, com a instalação oficial do primeiro campus, o Campus da Liberdade, na cidade de Redenção, Ceará. A partir dessa data, tiveram início as atividades de acadêmicas e culturais, o funcionamento da biblioteca e restaurante universitário, bem como diversas ações administrativas na instituição.

Contudo, mesmo com a materialização do projeto da UNILAB, é importante ter em mente os desafios que acompanham sua consolidação no imaginário e na realidade dos estudantes africanos que buscam a instituição como aporte de formação profissional. Se, por um lado, a universidade já possui uma estrutura concreta e em funcionamento, por outro, persiste a necessidade de ampliar o alcance de suas informações e de sua proposta, especialmente junto ao público jovem e mais pobre dos países parceiros, que muitas vezes toma a decisão de vir ao Brasil guiado mais pelo relato de colegas e conhecidos do que por um conhecimento profundo do projeto educacional e do contexto regional envolto.

A divulgação da UNILAB nos PALOP, ocorre de forma desigual e enfrenta desafios significativos no que diz respeito ao alcance entre diferentes estratos sociais. De modo geral, os canais de informação sobre a universidade, como sites oficiais, redes sociais, consulados, embaixadas e parcerias institucionais com ministérios da Educação, acabam sendo mais acessíveis para jovens com algum nível de capital cultural, domínio das tecnologias de informação e maior proximidade com instituições urbanas.

Isso significa que, mesmo que o projeto da UNILAB tenha como um de seus princípios fundadores a democratização do acesso e a inclusão de jovens de origens populares, a realidade mostra que a divulgação e o recrutamento tendem a privilegiar, em certa medida, os segmentos médios e urbanos. Esses/as jovens, em muitos casos, frequentaram escolas privadas ou públicas de melhor qualidade, têm acesso à internet e ao idioma português padrão, além de dispor de condições logísticas e familiares mais favoráveis para custear o processo de candidatura e deslocamento até o Brasil.

Contudo, não se pode afirmar que os estudantes africanos que chegam à UNILAB sejam majoritariamente abonados. Muitos deles vêm de famílias com recursos limitados, mas que

investem significativamente na educação como forma de mobilidade social. A presença desses estudantes pode ser interpretada como expressão de um esforço familiar e comunitário, em que o acesso ao ensino superior internacional é visto como uma oportunidade estratégica de ascensão e de retorno qualificado ao país de origem.

Refletir sobre essa condição material implica reconhecer que há uma seletividade social embutida nos processos de internacionalização solidária. A desigualdade no acesso à informação, à conectividade e aos recursos econômicos influencia quem tem mais chance de participar dos programas da UNILAB. Assim, a universidade acolhe tanto jovens de origem popular, que enfrentam grandes dificuldades de adaptação e permanência, quanto estudantes de classes médias urbanas, que chegam com algum preparo cultural e linguístico prévio.

Portanto, a questão central não é apenas quem chega à UNILAB, mas quem fica e quem consegue se manter. A permanência estudantil, marcada por desafios materiais, emocionais e institucionais, revela que a desigualdade de origem se reproduz, em certa medida, dentro da própria experiência acadêmica.

A compreensão é de que a condição material dos estudantes africanos da UNILAB deve ser entendida como um reflexo das desigualdades estruturais existentes em seus países de origem, mediadas por uma política de cooperação que, embora concebida sob princípios de solidariedade, ainda opera dentro de lógicas seletivas e desiguais de acesso à informação, à mobilidade e ao capital educacional.

Nesse sentido, cabe ressaltar segundo Medeiros (2017), a relação do público jovem africano com a perspectiva na busca de oportunidade de vir estudar no Brasil, e no desconhecimento acerca da instituição e da macrorregião em torno desta, principalmente quando esse público advém “de países com limitações de propagação da tecnologia, incluindo a velocidade das informações”, unindo ao fato de que “suas vindas como demonstração de atitude de aposta num futuro incerto e em local não tão conhecido”, demonstra que a divulgação do projeto institucional “se dá prioritariamente com base no que os atuais estudantes comentam com familiares e amigos de lá” (*Ibidem*, 2017, p. 49).

Nesse aspecto, a constituição e compartilhamento oficial sobre a existência e consistência da UNILAB nos PALOP torna-se uma problemática, e também uma ferramenta bastante relevante no exercício do poder no acesso ao conhecimento e oportunidades, considerando que a democratização do acesso às informações ainda depende de questões estruturais maiores, como a relação entre fatores socioeconômicos e as tecnologias das

informações, principalmente se categorizarmos os países em desenvolvimento com dificuldades em infraestrutura.

Nessa linha de pensamento, conforme Raffestin (1993), podemos entender que o poder está intrinsecamente ligado às relações entre o Estado, o território, as pessoas e os recursos naturais. Toda relação, portanto, é inevitavelmente permeada por dinâmicas de poder, que moldam e condicionam essas interações. Em outras palavras: “O laço entre o poder e o saber é evidente, mas não há nem informação pura nem energia pura. Trata-se sempre de uma combinação das duas. O espaço-tempo relacional é organizado pela combinação de energia e informação”. (*Ibidem*, 1993, p. 54)

Nesse sentido, sob uma perspectiva interdisciplinar, a contribuição da geografia política permite analisar para além dos fatores rigorosamente geopolíticos, mas, também acerca das políticas públicas em suas mais variadas escalas, alcance e particularidades. Desse modo, Ribeiro (2016), insere a UNILAB enquanto ator social que exerce¹⁴ poder, e carrega consigo a “proposta de poder do próprio Estado, que tanto apregoa uma política de cooperação no hemisfério sul”, e que, “a atuação espacial dessas instituições, visam não apenas o processo de cooperação mútua, e sim, instrumentos de poder em áreas estratégicas para o governo brasileiro” (*Ibidem*, 2016, p.67-68).

Ainda segundo o autor (*Ibidem*), o projeto UNILAB surgiu associado às exigências do mundo globalizado, visto que, pelo seu caráter internacional, insere-se em um viés complexo, apresentando através dos processos políticos, econômicos, sociais, culturais e educacionais, as desigualdades em torno das distorções e crises mundiais.

Considerando o que foi colocado, sugerimos que a criação da UNILAB deve ser situada principalmente no contexto do fortalecimento e redirecionamento da política externa brasileira a partir de 2003, que buscou reposicionar o Brasil como ator relevante no Sul Global mediante o estreitamento de laços políticos, econômicos e culturais com países em desenvolvimento, especialmente da África. Essa universidade, portanto, transcende sua função estritamente acadêmica, materializando os valores de uma diplomacia solidária, cooperativa e voltada para a construção de novas formas de integração e alternativas de pensamento entre as nações do Sul, onde essas compartilham um passado histórico em comum¹⁵.

¹⁴ Reforço que para além de exercer o poder, a instituição também o constrói.

¹⁵ No mesmo sentido que Balandier (2014 [1951]) propõe refletir sobre as mudanças e interações a partir de um passado marcado pela administração colonial.

1.2. Paradigmas da Cooperação Internacional

As relações de cooperação entre os países são uma constante na história da humanidade, adquirindo espaço, maior relevância e complexidade ao longo das décadas e séculos. Desse modo, esse processo tem despertado o interesse de estudiosos que buscam refletir sobre a construção de alternativas econômicas e o fortalecimento dos laços entre nações, sempre em consonância com os interesses e dinâmicas próprias de cada grupo geopolítico.

Assim, quando falamos de cooperação internacional, mais do que um simples conjunto de práticas e teorias políticas, entendemos enquanto um espaço orgânico de encontros, desafios e aprendizados entre as nações e outros atores globais. Ao longo da história, tal fenômeno tem se organizado em torno de diferentes paradigmas que expressam visões diversas sobre desenvolvimento, fronteiras, soberania e solidariedade, considerando os interesses estratégicos das nações envolvidas. Esses paradigmas, por um lado, revelam relações marcadas pela desigualdade, por outro, apontam caminhos mais horizontais, que buscam construir soluções de forma compartilhada e respeitosa. Segundo Keohane (1984), podemos definir cooperação internacional a partir “[...] do ajuste de comportamentos de atores às preferências reais ou antecipadas de outros atores, por meio de um processo de coordenação política” (*Ibidem*, 1984, p. 51-52). Em outras palavras, tal fenômeno ocorre quando as políticas adotadas por um governo são reconhecidas pelos países parceiros como de serventia ou uso e que corrobora na realização de seus próprios objetivos. Trata-se, portanto, do resultado de um processo dialógico, negociação e alinhamento político extensos e intensos, no qual interesses se cruzam e se fortalecem mutuamente.

De acordo com Brito (2015), o conceito de cooperação internacional no âmbito dos estudos em política e das relações internacionais, geralmente, tem sua compreensão dificultada no que diz respeito principalmente a simultaneidade de aplicação concreta, na tentativa de definir o apoio mútuo entre dois países em um ou mais setores, mas, também na definição da ação unilateral do país doador para outro que recebe o apoio, ou seja, o receptor. Teoricamente, seria possível classificar tais apoios unilaterais como ajuda externa, porém, tal tipologia muitas vezes infere como sinônimo de caridade e/ou assistencialismo, significado pouco incorporado pelos países que estão na condição de receptores.

Visto isso, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as relações de cooperação internacional foram fortemente alicerçadas sob um viés tradicional. Nessa lógica, o mundo parecia dividido entre centros e periferias, de um lado, os países do Norte Global, que se viam, e eram vistos como os grandes impulsionadores do desenvolvimento, de outro, os territórios

considerados carentes ou subdesenvolvidos, que ocupavam o papel de receptores dessa ajuda. A cooperação, como uma estratégia e processo, se estruturava no binômio doador-receptor, muitas vezes guiada mais por interesses geopolíticos, comerciais e ideológicos do que por um compromisso genuíno com a superação das desigualdades mundiais (Escobar, 2005).

Instituições como o Banco Mundial (World Bank) ou Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), expressavam (como ainda expressam nos dias atuais) de forma concreta esse paradigma, oferecendo recursos financeiros que vinham atrelados a exigências de ajustes estruturais e abertura econômica, e, medidas que alimentavam (e alimentam) a dependência e as assimetrias no sistema de poder internacional.

O surgimento da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) está diretamente ligado ao contexto acima citado, e marcado pela criação do FMI e a Organização das Nações Unidas (ONU). Essas entidades surgiram com o propósito comum de “empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos” (ONU, 1945, capítulo IX). Visto isso, a compreensão em torno da CID, é centrada a partir dos ideais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que estabelece as ações de nível internacional com objetivo de “ajudar” países que almejam o tão sonhado progresso socioeconômico, tendo como principais atores no fomento desse tipo de cooperação: indivíduos, Estados-Nações, Organizações da Sociedade Civil (OSC), Organizações Multilaterais, Instituições Filantrópicas e o Setor Privado (OCDE, 2019).

De acordo com Ayllón (2007), a CID é permeada por discursos e características definidoras acerca do desenvolvimento que acentuam cada época histórica, que podem ser percebidas através do acompanhamento de eventos e protocolos, como os fóruns e consensos, por exemplo. Dessa forma, é importante ressaltar que, as organizações bilaterais e multilaterais procedem a partir de agendas políticas que são determinadas e ajustadas de acordo com tais eventos, pautadas na governança do desenvolvimento, que podem se modificar de acordo com as necessidades e mudanças ao longo do tempo.

Podemos então perceber, que essas agendas de discussões idealizam, fomentam e ajustam as políticas públicas das nações que se caracterizam pelo termo “em desenvolvimento”, bem como a atuação de atores como as OSC, empresas e outras organizações que atuam nos contextos locais das nações. Com isso, moldam também outras OSC, empresas e organizações que acessam os recursos existentes no bojo desse tipo de cooperação, ou seja, a CID. Nesse sentido, segundo IPEA (2014), é importante entender que:

A própria natureza da CID tem sido fundamentalmente questionada. De fato, não há arcabouço conceitual minimamente aceito que permita estabelecer critérios para distinguir a CID de outros tipos de cooperação, como a militar, e dos empréstimos, refinanciamentos de dívidas, exportações de serviços ou investimentos estrangeiros diretos. (IPEA, p.12, 2014).

Nesse aspecto, contrapõe-se a visão tradicional de que a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) consiste unicamente na transferência solidária de recursos dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, com o propósito altruísta de reduzir desigualdades e combater a pobreza global. Conforme argumentam Keohane (1984) e Nye (1993), essa forma de cooperação vem acobertada por um modo inerente de poder, que na medida de seu estabelecimento e continuidade se dá de forma mais barata do que outras opções na efetivação de sua hegemonia, e, que os países “doadores” tiram vantagens, e a partir disso influenciam os países receptores dos recursos, o que geralmente ocasiona enfraquecimento na autonomia e soberania nacional. Ou seja, longe de serem apenas gestos benevolentes, a “doação” de recursos funciona como uma forma de “suborno” ou “decadência” das questões nacionais, no que concerne à atuação e execução dos interesses dos países doadores.

Nesse contexto de crítica à lógica dominante da CID, com o avanço dos processos de descolonização e o fortalecimento político dos países do Sul Global, sobretudo a partir dos anos 1960¹⁶ e 1970, emergiram novos paradigmas. Por exemplo, o modelo de cooperação Sul-Sul destacou-se como uma alternativa crítica ao modelo hegemônico Norte-Sul, promovendo uma lógica de solidariedade horizontal, respeito¹⁷ à soberania nacional e valorização dos saberes e experiências locais (AMORIM, 2011). Tal abordagem busca superar as hierarquias implícitas e por vezes explícitas na cooperação tradicional, com a proposta de troca mútua de conhecimentos, tecnologias e boas práticas em benefício recíproco dos países envolvidos. Organizações como o Grupo dos 77 (G77) e o Movimento dos Países Não Alinhados (MNA) expressaram politicamente esse paradigma.

O surgimento do MNA nasceu inspirado pelos ideais lançados durante a histórica Conferência de Bandung, realizada em 1955, na Indonésia. Esse encontro reuniu líderes de 29 países da Ásia e da África, nações essas que haviam recentemente conquistado sua independência e buscavam construir caminhos próprios, livres das influências e amarras

¹⁶ No caso dos contextos africanos, a década de 1960 é de fundamental importância para compreender os processos de construção de blocos geopolíticos. Ver: ASANTE, S.K.B.; CHANAIWA, David. “O pan-africanismo e a integração regional”. **História Geral da África**, vol. XVIII: África desde 1935, cap. 24, p. 873-896. Brasília: UNESCO, 2010.

¹⁷ Talvez a principal característica da Cooperação Sul-Sul.

coloniais. Mais do que um simples evento diplomático, a referida conferência representou um marco simbólico e político, pois foi o primeiro grande feito coletivo de resistência ao colonialismo e às novas formas de dominação que vinham sendo exercidas, ou seja, o neocolonialismo. A partir disso, a conferência se tornou um espaço de escuta e articulação entre países do Sul Global, que, pela primeira vez na história, formularam juntos uma proposta de cooperação baseada no respeito mútuo, na autodeterminação dos povos e na solidariedade econômica e cultural. Desses primeiros passos derivaram posicionamentos diplomáticos e geopolíticos marcados por certo distanciamento em relação às duas¹⁸ superpotências que dominavam a ordem mundial durante a Guerra Fria. Esse viés, buscava romper com o modelo vertical e impositivo de ajuda internacional disseminado pelos países do Norte global. Ao se reunirem em Bandung, os países participantes lançaram as bases para uma nova forma de diplomacia, mais horizontal, crítica e comprometida com a luta por justiça histórica (Milani, 2013; Acharya, 2016).

Nesse sentido, podemos dizer que um exemplo prático contemporâneo de diplomacia e alternativa geopolítica e econômica é o grupo do BRICS, sigla relativa aos países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que articula economias emergentes em projetos de desenvolvimento conjuntos, inclusive por meio de iniciativas como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). De acordo com IPEA (2025):

A ideia dos BRICS foi formulada pelo economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O'Neil, em estudo de 2001, intitulado “Building Better Global Economic BRICs”. Fixou-se como categoria da análise nos meios econômico-financeiros, empresariais, acadêmicos e de comunicação. Em 2006, o conceito deu origem a um agrupamento, propriamente dito, incorporado à política externa de Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011, por ocasião da III Cúpula, a África do Sul passou a fazer parte do agrupamento, que adotou a sigla BRICS. (*Ibidem*, 2025, online)

Nesse contexto de reconfiguração das alianças internacionais e emergência de novas dinâmicas multilaterais entre as nações, como a formação dos BRICS, ganha destaque também o paradigma da cooperação triangular ou trilateral, que:

[...] é entendida, portanto, como uma modalidade da cooperação Sul-Sul brasileira, ou seja, como um arranjo alternativo e complementar aos esforços bilaterais brasileiros. No caso das parcerias trilaterais envolvendo organismos internacionais, a sua particularidade é a de compor os elementos típicos da CSS brasileira com os esforços de promoção das agendas multilaterais de desenvolvimento, além da oportunidade de aprendizado e agregação de novas práticas de cooperação para o desenvolvimento ao *modus operandi* daqueles organismos” (BRASIL, 2025, grifo do autor).

¹⁸ Estados Unidos da América (EUA) e União Soviética (URSS).

Tais mudanças, estabelecem uma continuidade temática entre a emergência dos BRICS enquanto manifestação de um mundo complexo e multipolar, bem como o avanço de modelos cooperativos inovadores, situados nas necessidades e nuances sociais, históricas, culturais e econômicas dos países, como o caso a cooperação triangular.

Assim, tal paradigma da cooperação tem se destacado como um esforço de integração de diferentes modelos de cooperação. Esse modelo combina recursos financeiros e expertise técnica de países desenvolvidos (Norte), com experiências e demandas dos países do Sul, articulando-os em projetos conjuntos (Hettne, 2010).

Dessa forma, é possível perceber que a cooperação trilateral busca justamente unir forças, aproveitando alianças para tornar as ações internacionais mais eficazes e sustentáveis a longo prazo. No contexto brasileiro, a criação UNILAB é um exemplo concreto dessa abordagem, pois, ao integrar a cooperação educacional em ensino superior com a diplomacia cultural e o fortalecimento de capacidades institucionais, tal universidade promove uma articulação viva entre o Brasil e os PALOP, reafirmando, no caso em específico, o compromisso com uma construção conjunta no espaço lusófono.

Além dos Estados, outros atores também vêm ganhando força no cenário internacional, por exemplo, as organizações da sociedade civil, redes acadêmicas, movimentos sociais e até as corporações transnacionais¹⁹. Esses protagonistas têm contribuído para transformar os modos tradicionais da cooperação internacional, tornando-a mais plural, dinâmica e desafiadora. A presença de múltiplas vozes e interesses, complexifica os processos decisórios e impõe novas reflexões teóricas e práticas sobre a governança global e a formulação de políticas voltadas ao desenvolvimento. Dessa forma, os paradigmas que sustentam a cooperação internacional deixam de ser fixos ou imutáveis, ou seja, eles se transformam em resposta às dinâmicas geopolíticas, às disputas por hegemonia e aos crescentes clamores por um modelo de desenvolvimento que seja, ao mesmo tempo, embutido de mais justiça, equidade e sustentabilidade (Cohen, 2003).

Desse modo, compreender os fundamentos e as transformações desses paradigmas, torna-se fundamental para analisar criticamente as práticas cooperativas em curso e para

¹⁹ Nesse contexto, podemos citar a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), uma instituição internacional fundada em 1986, em Lisboa (Portugal), que reúne universidades e centros de investigação dos países que têm o português como língua oficial. A AULP atua como uma rede de cooperação acadêmica e científica, criada com o propósito de fortalecer os laços entre as instituições de ensino superior do espaço lusófono.

contribuir com a formulação de políticas internacionais mais inclusivas, solidárias e comprometidas com o bem comum.

1.3. Horizontalidade e Cooperação Sul-Sul

A Cooperação Internacional Sul-Sul (CSS), também conhecida como Cooperação Horizontal, ganhou força especialmente a partir dos movimentos anticoloniais da década de 1950. O seu surgimento está relacionado a um tipo de paradigma alternativo de interação internacional, fundamentado na solidariedade entre países em desenvolvimento. Trata-se de uma resposta coletiva orientada ao fortalecimento da autonomia, à promoção de um desenvolvimento compartilhado e à construção de alternativas mais equitativas diante das desigualdades estruturais impostas pelo colonialismo, uma engrenagem central do sistema capitalista global. Nesse contexto, diversas iniciativas de colaboração e propostas inovadoras começaram a emergir entre os países do chamado Sul Global, impulsionadas pelo desejo comum de enfrentar as profundas assimetrias sociais e econômicas tanto internas quanto internacionais. (Milani; Pinheiro, 2013; Suyama, 2021).

Nesse aspecto, a ideia de horizontalidade se apresenta menos como simetria formal entre Estados e mais como uma disposição ética e política para reconhecer o outro como sujeito de conhecimento, necessidades e propostas efetivas. Ou seja, desafia a unilateralidade dos fluxos de saberes, tecnologias e modelos institucionais, resgatando a validade de experiências locais, soluções adaptadas e cosmovisões plurais muitas vezes invisibilizadas pelas hierarquias eurocentradas do desenvolvimento (Ndlovu-Gatsheni, 2015).

Essa perspectiva, inferiu uma busca por uma nova ordem econômica internacional, onde os países historicamente explorados articularam a realização de uma conferência²⁰ das Nações Unidas com o objetivo de discutir mecanismos de cooperação entre nações em desenvolvimento, visando ao fortalecimento das modalidades e dos laços de colaboração entre os países do Sul Global. Visto isso, de acordo com Leite (2008):

Os países do Sul defendiam uma nova ordem baseada na equidade, na igualdade soberana, na interdependência, no interesse comum e na cooperação entre os Estados. O que se buscava era um sistema que diminuísse as assimetrias econômicas entre os países e garantisse o desenvolvimento econômico e social acelerado e acompanhado da paz e da justiça para as gerações presentes e futuras (*Ibidem*, 2008, p. 65).

²⁰ Ver: UNITED NATIONS. **Buenos Aires Plan of Action for Promoting and Implementing Technical Cooperation among Developing Countries**. Buenos Aires: Naciones Unidas, 1978. Disponível em: <https://unsouthsouth.org/bapa40/documents/buenos-aires-plan-of-action/>. Acesso em: 5 mar. 2025.

Posto isso, no contexto da chamada “Ascensão do Sul²¹”, termo que para além do fator geográfico, faz referência a emergência política e econômica dos territórios em via de desenvolvimento e suas inserções nas relações internacionais, como África, América Latina, Caribe, Ásia e Oceania, abrangendo desde economias diversificadas como o Brasil e China, a economias de menor porte como Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe. Nesse aspecto, conforme Munõz (2016), vale destacar que:

O Brasil teve um protagonismo especial nessa área, defendendo um sistema internacional de cooperação mais diverso em termos de princípios, modelos e práticas, derivado da própria existência de diferentes experiências históricas e posições sistêmicas. A solidariedade, a ausência de condicionalidades, a horizontalidade e o respeito à soberania são alguns dos princípios reclamados por essa nova forma de cooperação (*Ibidem*, 2016, p. 9).

É importante ressaltar, que a cooperação do Brasil com outros países não é um fenômeno recente, ou seja, como observa Pereira Gonzaga (2022), se caracteriza, “desde sua colonização, em que os cidadãos das classes dominantes eram enviados para fora do país para estudar”, em troca disso, “instituições estrangeiras enviavam seus profissionais ao Brasil para passar seu know-how²². Tratava-se de trocas de diferentes naturezas e de diferentes lógicas” (*Ibidem*, 2022, p.4). Nessa mesma linha de pensamento, Ayllón Pino (2011) coloca que a CSS se configura como um fenômeno internacional de caráter multidimensional, ou seja:

[...] uma dimensão política que contempla uma modalidade de cooperação entre países que querem reforçar suas relações bilaterais e coligar-se multilateralmente para ganhar poder negociador nos temas e agenda global. A outra dimensão mais técnica em que dois ou mais países adquirem capacidades individuais e coletivas através de intercâmbios cooperativos em conhecimentos tecnologia e *know how*. (*Ibidem*, 2011, p. 274).

Dessa forma, tal modelo vem ganhando cada vez mais lugar na construção das direções da política externa brasileira. De acordo com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) (2010), órgão vinculado ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), que tem por objetivo de fazer a gestão das cooperações internacionais, possui diversos acordos bilaterais com os países do continente africano, sobretudo com os PALOP, por exemplo, de forma mais geral e que

²¹ Termo presente no Relatório do Desenvolvimento Humano 2013, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), intitulado: “A ascensão do Sul: progresso humano num mundo diversificado. Disponível em: <https://www5.pucsp.br/ecopolitica/documentos/direitos/docs/a-ascencao-do-sul.pdf>

²² Na tradução para o português equivale a forma de saber ou repassar o conhecimento.

engloba diversas ações e projetos de cooperação técnica²³: Angola (Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, 11/06/1980); Cabo Verde (Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, 28/04/1977); Guiné Bissau (Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, 18/05/1978); Moçambique (Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, 01/06/1989); e São Tomé e Príncipe (Acordo Geral de Cooperação, 26/06/1984).

Segundo a agência (*Ibidem*):

A cooperação técnica é um instrumento central da ação externa brasileira. A cooperação que o Brasil promove, num verdadeiro espírito Sul-Sul, privilegia a transferência de conhecimento, a capacitação, o emprego da mão-de-obra local e a concepção de projetos que reconheçam a realidade específica de cada país. A solidariedade que anima o relacionamento do Brasil com os outros países em desenvolvimento é pilar fundamental de nossas ações de cooperação com a África (ABC/BRASIL, 2010).

À luz dessas características, a relevância desse tipo de cooperação, especialmente em contraste com a CID, se justifica pelo compromisso com projetos e ações que buscam colaborar para mitigar as desigualdades socioeconômicas globais entre grupos específicos de países, especialmente os emergentes ou em desenvolvimento. No entanto, é importante ter em mente, conforme salientam Milani e Carvalho (2013), que a CSS passou por momentos de dificuldades e desafios. Na transição entre os anos de 1980 à 1990, por exemplo, sofreu adversidades políticas e perdeu relevância na conjuntura internacional, “uma vez que a maioria dos países em desenvolvimento se defrontava com a crise do endividamento externo e estava sujeita a programas de ajuste estrutural” (*Ibidem*, 2013, p. 14).

Nesse cenário, com o avanço do neoliberalismo (marcado pelas políticas de Margaret Thatcher, Helmut Kohl e Ronald Reagan), a década de 1980 ficou conhecida como a “década perdida” para o continente africano. Esse período foi caracterizado pelo desmantelamento das instituições estatais, pelo agravamento das crises econômicas, pelo aumento das dívidas externas junto ao FMI e pelo crescimento de doenças e vulnerabilidades sociais, refletindo um profundo desalento econômico e social em diversos países africanos. Tal contexto evidenciou as limitações estruturais desses países e evidenciou a necessidade de repensar os caminhos da cooperação internacional, reforçando posteriormente, a importância de construir modelos alternativos ao paradigma tradicional da CID.

²³ No contexto do projeto UNILAB, vale ressaltar o caso de Timor-Leste e o Acordo Básico de Cooperação Técnica, 20/05/2002.

Nesse marco reflexivo, o intuito é pensar a CSS não como simples estratégia solidária de desenvolvimento, mas como campo de disputa ontológica e civilizatória. Conforme escreve Amin (2006), o sistema capitalista global articula mecanismos sofisticados de subordinação, que mantêm os países periféricos presos a estrutura de dependência funcional. Tal mecanismo não apenas limita as possibilidades de desenvolvimento autônomo, como também reforça estruturas desiguais que se perpetuam no tempo. Diante disso, o autor aponta para a urgência de fortalecer redes de cooperação Sul-Sul, baseadas em princípios de solidariedade, interesses comuns e realidades locais, como possível caminho para romper com a dominação exercida pelos centros de poder.

Nesse mesmo viés crítico, Thiong'o (2009) amplia o debate ao denunciar a colonização das mentes, um processo profundo que se manifesta na imposição de línguas estrangeiras e na centralidade de uma epistemologia eurocêntrica. Para o autor, descolonizar de fato exige muito mais do que transformações econômicas ou políticas, ou seja, é preciso resgatar e valorizar as línguas nativas, os saberes ancestrais e as cosmovisões africanas. Tais elementos não são apenas culturais, mas formam a base de uma epistemologia da dignidade, uma forma de conhecimento que desafia as hierarquias forçadas através do colonialismo, e abre espaço para outros modos de existir e pensar o mundo.

Dessa forma, a reaproximação entre o Brasil e os PALOP deve ser compreendida não apenas como rearticulação de laços históricos, mas como construção contínua de um projeto político-cultural transnacional que busca superar as cicatrizes do colonialismo e do subdesenvolvimento produzido pelo mundo ocidental. Nesse âmbito, a UNILAB não se reduz a um simples empreendimento técnico de internacionalização do ensino superior, mas se coloca como um território intercultural e interracial de encontros epistemológicos e de reconstrução das identidades africanas e afro-diaspóricas (Malomalo; Lourau; Souza, 2018).

Isto é, tal entidade encarna, concretamente, aquilo que Mbembe (2016) denomina de *cosmopolitisme des blessures* ou cosmopolitismo de feridas, que significa um espaço onde as histórias fragmentadas, deturpadas e violentadas pelos processos coloniais ressurgem como uma fênix e se encontram para debater e reinventar as possibilidades de futuros, a partir de relações mais simétricas, solidárias e plurais. Para além do passado colonial compartilhado, os PALOP compartilham afinidades culturais e sociais que formam uma base sólida para a concepção e execução de diversos projetos de cooperação. Nesse cenário, a UNILAB surge como uma expressão concreta e emblemática dessa parceria.

CAPÍTULO 2 - Cooperação Brasil-África no campo da educação superior

Conforme indicado no capítulo anterior, a cooperação educacional entre o Brasil e os países do continente africano insere-se em um longo e complexo percurso histórico, cujas raízes se entrelaçam aos processos de constituição dos Estados nacionais, às dinâmicas culturais multifacetadas e, sobretudo, às marcas profundas deixadas pela colonização, em especial pelo tráfico transatlântico de pessoas. Esses processos, longe de constituírem episódios isolados do passado, moldaram estruturas sociais, identitárias e políticas que continuam a reverberar no mundo atlântico até os dias atuais.

O Brasil, por exemplo, segundo dados do IBGE (2022), abriga a maior população afrodescendente fora do continente africano, com mais da metade de seus habitantes se autodeclarando negros/as (pretos/as e pardos/as), o que corresponde a cerca de 56% da população nacional²⁴.

Nesse sentido, o país ocupa uma posição singular nesse entrelaçamento sócio-histórico, na medida em que suas matrizes culturais, linguísticas e simbólicas foram profundamente constituídas por influências africanas. Esse vínculo histórico e cultural não apenas molda os alicerces das identidades brasileiras e da própria noção de identidade nacional, como também confere especificidades às iniciativas de cooperação internacional, particularmente no campo da educação superior.

Com isso, a atual política externa brasileira, marcada por uma descentralização epistêmica, priorizando as parcerias Sul-Sul, tem buscado fortalecer os laços com os países africanos por meio de programas e projetos voltados à formação e capacitação de recursos humanos, promoção de intercâmbio estudantil, mobilidade acadêmica e ao fomento de redes de pesquisa pertinentes.

Entretanto, essas ações não estão isentas de tensões e desafios, uma vez que são atravessadas por heranças coloniais e por assimetrias estruturais que, por vezes, limitam o potencial transformador da cooperação em sua magnitude, e, colocam em evidência seus reais impactos no enfrentamento das desigualdades e na promoção de um desenvolvimento humano verdadeiramente compartilhado.

²⁴ Essa definição de pretos e pardos constituiu uma conquista do Movimento Negro na década de 1970, ao tensionar a formulação de políticas públicas, uma vez que ambos os grupos se equivalem nas desigualdades materiais e simbólicas. Ver: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero, 1982.

2.1. A UNILAB no âmbito das relações Brasil-PALOP

A partir dos anos 2000, com o fortalecimento da CPLP e o redesenho da política externa brasileira, o investimento em cooperação em educação superior tornou-se um dos pilares das relações bilaterais e multilaterais com os PALOP. Desse modo, longe de se restringirem apenas ao intercâmbio técnico-científico, tais relações são indissociáveis dos processos mais amplos de construção de identidades pós-coloniais, da reconfiguração de alianças geopolíticas no Sul Global e da circulação de saberes entre populações historicamente subalternizadas e marginalizadas no chamando sistema-mundo colonial moderno²⁵ (Quijano, 2000).

Conforme colocado de forma preliminar no capítulo anterior, desde o século XX, mas com maior ênfase nas primeiras décadas do século XXI, o Brasil tem buscado afirmar-se como um ator relevante nas dinâmicas de cooperação Sul-Sul, utilizando-se da educação superior como um dos vetores para o fortalecimento de vínculos com os PALOP e, em menor medida, com nações africanas de outras tradições linguísticas e culturais. Esse movimento inscreve-se no centro de uma política externa que, sobretudo nos governos pós-2003²⁶, procurou tensionar a lógica centro-periferia ao propor formas de solidariedade internacional baseadas no reconhecimento de histórias comuns de opressão e resistência (Saraiva, 2012; Pecequillo, 2008).

Porém, a concretização dessas intenções no campo da educação superior revela contradições profundas. Por exemplo, iniciativas como o Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G), a criação da própria UNILAB e a participação do Estado brasileiro em redes acadêmicas transnacionais expressam, ao mesmo tempo, gestos de aproximação solidária e práticas que, por vezes, reproduzem assimetrias de poder e lógicas epistemológicas Norte-Sul que privilegiam o conhecimento produzido nos marcos das universidades brasileiras em detrimento dos saberes locais africanos.

Por outro lado, é fundamental compreender que tais tensões não devem ser interpretadas enquanto meras falhas operacionais ou desvios pontuais de intenção política. Elas se caracterizam, sobretudo, como expressões estruturais de um campo historicamente marcado por profundas desigualdades e por lógicas de dominação herdadas de processos coloniais e neocoloniais. Nesse raciocínio, conforme destaca Bourdieu (2004a; 2004b), os campos sociais funcionam como verdadeiros tabuleiros de jogo, onde diferentes pessoas e grupos disputam posições e reconhecimento. Nesses espaços, nem todos têm as mesmas chances. Isto é, as

²⁵ Sobre tal conceito, ver: WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**. Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974.

²⁶ Com exceção do período governamental entre 2016-2022.

diferenças de prestígio, dinheiro, poder e condições diversas, influenciam quem avança ou se mantém no topo. Assim, mesmo quando tudo parece ser neutro e igual para todas as pessoas, as desigualdades continuam sendo reproduzidas, reafirmando estruturas de dominação historicamente consolidadas.

É sob esse viés, que a UNILAB se destaca como um caso complexo no campo da educação superior, ao concretizar uma tentativa de universidade que seja, concomitantemente um espaço de integração acadêmica entre países lusófonos e um laboratório vivo de uma nova diplomacia educacional. No entanto, esse projeto institucional e pedagógico, que busca transpor as fronteiras nacionais, encontra no seu caminho obstáculos importantes, a dificuldade de incorporar de forma efetiva os saberes e epistemologias africanas nos currículos, as barreiras linguísticas e culturais que muitas vezes permanecem invisíveis no cotidiano acadêmico, e as tensões persistentes entre as diretrizes de internacionalização e as realidades locais dos processos de ensino e aprendizagem (Silva, 2019; Nascimento, 2024).

Sob outra perspectiva, cabe reconhecer que os fluxos de estudantes africanos para o Brasil e as experiências compartilhadas em programas de pós-graduação, têm produzido efeitos que transbordem às lógicas institucionais e abrem brechas para a emergência de formas plurais de pertencimento, diálogos interculturais e novas configurações identitárias. Tais processos desafiam o Estado e os modelos institucionais tradicionais a repensarem os sentidos da cooperação internacional para além da mera transferência tecnológica e da diplomacia entre as culturas. Desse modo, exigindo um compromisso efetivo e contínuo com a descolonização do saber e a construção de uma educação superior que reconheça e transborde a diversidade epistêmica e ontológica dos povos do Sul Global (Mbembe, 2016; Dei, 2017).

Nesse pensamento, as relações entre o Brasil e África no âmbito da educação superior não podem ser apreendidas como realidades fixas ou consensuais. Ao contrário, constituem um espaço atravessado por múltiplas contradições, tensões e negociações, onde se articulam interesses geopolíticos, projetos civilizatórios e aspirações de construção de futuros comuns. O Brasil, nesse cenário, tem a possibilidade de contribuir para uma cooperação acadêmica pautada na horizontalidade e na solidariedade. Contudo, essa possibilidade se concretiza apenas na medida em que haja um esforço efetivo de problematização e superação dos legados coloniais que continuam a marcar tanto as práticas institucionais quanto os discursos hegemônicos sobre desenvolvimento e integração regional (Mignolo, 2003; Grosfoguel, 2011).

Diante desse cenário, foram criadas diversas iniciativas com o objetivo de ampliar o acesso de estudantes africanos ao ensino superior no Brasil, tanto na graduação quanto na pós-

graduação, como é o caso do já mencionado PEC-G e o Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Conforme destaca Moraes (2012), no contexto dos PALOP, a Educação Superior se apresenta tanto como um objetivo formal para a mobilidade estudantil, quanto uma meta concreta inserida em acordos de cooperação internacional voltados ao desenvolvimento. A partir dessa perspectiva, observa-se que o interesse de jovens africanos pelas universidades brasileiras é expressivo, marcado por uma dimensão singular, muitas vezes superando as expectativas institucionais. Nesse cenário, tais programas coordenados pelos Ministérios das Relações Exteriores e da Educação do Brasil, têm desempenhado um papel fundamental desde 1965, ao facilitar o acesso de estudantes provenientes de países em desenvolvimento ao ensino superior brasileiro, promovendo intercâmbios que vão além da formação acadêmica e atingem também o fortalecimento das relações internacionais.

Porém, foi com a criação da UNILAB que esse processo ganhou uma institucionalidade mais consistente e foco na integração internacional no âmbito da lusofonia (BRASIL 2010). No entanto, além da UNILAB, diversas outras universidades públicas brasileiras têm firmado parcerias, acordos bilaterais e projetos conjuntos com instituições africanas, como é o caso da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Estadual do Ceará (UECE), entre outras.

No que se refere a educação superior, de acordo com suas diretrizes, a UNILAB se difere de outras universidades brasileiras ao se propor em reservar até 50% de suas vagas para estudantes oriundos dos PALOP e Timor-Leste (UNILAB, 2012). Nesse sentido, podemos dizer que há uma promoção de uma forma de convivência pautada em uma multiculturalidade permanente no cotidiano acadêmico. Além disso, os cursos oferecidos são cuidadosamente pensados para se encaixar nas realidades sociais dos países parceiros, buscando atender às necessidades reais de desenvolvimento dessas comunidades. Áreas como saúde coletiva, energias renováveis, formação de professores/as, humanidades, gestão pública, agricultura familiar e engenharia de tecnologias sustentáveis são trabalhadas com o objetivo de apoiar diretamente processos essenciais, como a urbanização, o enfrentamento das mudanças climáticas, a diminuição das desigualdades, a defesa dos direitos humanos e a promoção de um desenvolvimento sustentável para todos/as (UNILAB, 2020).

Então, pensando no cenário da educação superior no Brasil, a referida universidade aparece como uma iniciativa bem especial de cooperação, baseada na ideia de solidariedade e no estreitamento dos laços históricos entre os países envolvidos. É uma parceria que não é só um gesto simbólico, mas uma troca real de ajuda entre as nações. Essa cooperação entre o Brasil

e os PALOP, envolve discussões mais amplas sobre os diferentes modelos de cooperação que existem, trazendo críticas e desafios estruturais. Além disso, ela está ligada a contextos sociais e históricos importantes, mostrando que a UNILAB não é só um projeto idealizado para reparar os impactos da escravidão ou para promover a solidariedade e diplomacia cultural. Ela também é uma ferramenta concreta de política pública, com interesses e questões que fazem parte de um cenário global mais complexo.

2.2. A UNILAB como espaço de integração internacional e formação crítica

As estratégias de nossas lutas, apesar de suas contradições, devem nos tornar semeadores/as da esperança e não do ódio. A nossa aposta tem que ser mais alta aqui, uma vez que se trata de um espaço de excelência onde se educa jovens brasileiros/as, africanos/as e timorenses a lutar contra todos os tipos de dominação, contra o colonialismo, neocolonialismo, racismo, machismo, homofobia e a destruição do universo e da natureza. (Malomalo; Lourau; Souza, 2018, p. 547).

Conforme elucidamos no tópico anterior, a UNILAB constitui uma inovação paradigmática no campo do ensino superior público brasileiro, ao articular dimensões educacionais, geopolíticas e históricas em uma proposta institucional única de integração internacional. A criação dessa universidade surge em um contexto de reconfiguração da política externa brasileira, marcadamente voltadas à cooperação Sul-Sul, e responde a uma demanda de reaproximação entre os povos que compartilham uma herança linguística e colonial comum, por outro lado, experiências nacionais profundamente distintas.

Nesse sentido, a instituição não se limita apenas a ser um espaço de mobilidade acadêmica ou intercâmbio cultural. Ela constitui um território de convivência, de disputa de sentidos e de reinvenção das epistemologias, e funciona como um espaço de encontro entre diferentes histórias, saberes e trajetórias, onde estudantes africanos e brasileiros compartilham desafios e expectativas quanto aos seus futuros. Assim, a universidade não apenas forma profissionais, mas também promove a construção de identidades híbridas e de redes transnacionais de solidariedade e ação coletiva.

Com isso, a formação crítica promovida pela UNILAB funciona, portanto, por meio de uma pedagogia que recusa a neutralidade do conhecimento. Inspirada por um *ethos* intercultural, a universidade favorece a valorização de outras formas de conhecer, muitas vezes silenciadas nos cânones ocidentais. A presença de saberes africanos, afro-brasileiros e indígenas nas matrizes curriculares, ainda que de forma desigual e em constante disputa, tensiona os

paradigmas tradicionais da academia e propõe uma revisão crítica dos modos de produção e validação do conhecimento.

Além disso, a referida universidade agrega o surgimento de novas subjetividades políticas entre os estudantes. Muitos desses e dessas jovens, ao vivenciarem os conflitos internos e externos, e as potências da convivência intercultural, desenvolvem um senso crítico que não é meramente acadêmico, mas existencial. Trata-se então de uma consciência forjada na travessia, entre continentes, línguas, tradições, identidades e perspectivas de futuro. A formação crítica, nesse caso, não se refere unicamente à capacidade de análise teórica, mas à coragem para imaginar, projetar e construir mundos possíveis a partir de experiências de exclusão e resistência cotidianas.

A própria localização geográfica da UNILAB, em territórios historicamente marcados pela desigualdade regional, como o interior do Ceará e da Bahia, reforça esse compromisso ético-político que a instituição carrega consigo. Ou seja, ela não se ergue nos grandes centros urbanos, mas nas margens, descentralizando a lógica de concentração do saber e contribuindo para a interiorização da política científica e tecnológica. Essa decisão estratégica faz com que a integração internacional promovida pela UNILAB esteja enraizada em realidades locais, onde os desafios do desenvolvimento, da equidade e da justiça social são urgentes. Conforme ressalta Gomes (2021), sob uma perspectiva decolonial, tal instituição busca valorizar o protagonismo dos movimentos sociais e reconhecer a força de suas lutas na conquista de direitos e no acesso de grupos historicamente marginalizados ao ensino superior.

Dessa maneira, a UNILAB não apenas rompe com os modelos tradicionais de universidades centradas em elites e metrópoles, mas, também inaugura um novo aspecto institucional pautado no compromisso com a justiça socioterritorial. Assim, para além da presença de estudantes oriundos de países da lusofonia africana²⁷:

A oportunidade de ingresso dos grupos negros, quilombolas e indígenas permitiu transformações profundas no ensino público brasileiro. Isso demonstra o reconhecimento do Estado para uma relevante demanda, já que a universidade, em específico, é um importante espaço de produção e de difusão do conhecimento, além de ser um caminho para oportunidades e transformações de vidas. Em geral, as universidades também sofrem com as tensões históricas elaboradas pela colonialidade. E, nesse sentido, a Unilab demonstra potencialidades em seus parâmetros, como o analisado em passagens destacadas nos documentos (Gomes, 2021, p. 116, grifo nosso).

²⁷ Com relação a tal aspecto, ver: LOFORTE, A. M.; KOUAWO, F.; CRUZ E SILVA, T.; ARAÚJO, M. G. M.; CARDOSO, C. **Lusofonia em África: História, Democracia e Integração Africana**. CODESRIA Sistema de Publicação de Livros, 2005. Disponível em: CODESRIA. Acesso em: 02 jan. 2025.

Ainda de acordo com o autor (*Ibidem*), os cursos da instituição possuem projetos pedagógicos curriculares também inovadores, alinhados com as diretrizes relevantes voltadas à promoção da igualdade e ensino das relações étnico-raciais no Brasil e no mundo, ao incorporarem uma abordagem crítica e comprometida, valorizando as Epistemologias do Sul e os saberes produzidos a partir de uma perspectiva decolonial. Além disso, reforçam o enfrentamento ao racismo e às diversas formas de discriminação racial, contribuindo para a construção de uma educação mais justa e inclusiva (Gomes, 2021).

Visto isso, a pauta antirracista configura-se como um elemento estruturante na formação institucional da UNILAB, extrapolando a esfera dos princípios normativos para se consolidar como diretriz transversal que permeia as práticas pedagógicas, as políticas internas e as dinâmicas interculturais vivenciadas na universidade. Pois, a expressiva participação de estudantes negros, indígenas e oriundos de países africanos de língua portuguesa ressalta a urgência de consolidar um espaço universitário comprometido com o reconhecimento e a valorização da diversidade étnico-racial e cultural, rompendo com a tradição e hegemonia ocidental de uma matriz cultural que historicamente caracterizou o ensino superior no Brasil.

Dessa maneira, a instituição se insere no debate contemporâneo sobre a descolonização do conhecimento, contribuindo para a redefinição do que é considerado legítimo na produção científica e acadêmica. Ou seja, ao promover currículos sensíveis à diversidade epistêmica e atentos às demandas sociais dos povos historicamente marginalizados, a universidade amplia as possibilidades de construção de um conhecimento plural, situado e comprometido com a transformação social. Tal abordagem contribui, ainda, para a efetivação das políticas de ações afirmativas e para o fortalecimento de uma pedagogia intercultural crítica, que desafia os paradigmas eurocêntricos e promove o diálogo entre saberes locais e globais. Nesse sentido, segundo Bizarria et. al. (2020):

No sentido de caracterizar a Unilab como um projeto inovador de educação superior, bem como compreender a “novidade” atrelada ao discurso normativo no âmbito da sua missão institucional, evidencia-se que documentos institucionais delineiam a caracterização da Unilab como um projeto inovador no sentido de sua perspectiva epistemológica. Assim, considera-se a emergência de debates teórico-políticos que evidenciam a necessidade de se considerar a “decolonialidade” epistêmica na constituição de possibilidades acadêmico-formativas integradoras da diversidade cultural em respeito à pluralidade de saberes. Em decorrência, essa concepção epistemológica se exprime na cooperação Sul-Sul, com suporte em diálogos internacionais com países de língua oficial portuguesa, os “países parceiros”, onde se buscam interações pautadas pelas relações de reciprocidade e solidariedade. (*Ibidem*, 2020, p. 872, grifo nosso).

Diante disso, chamando atenção para uma educação antirracista, Tavares (2022), tomando como base a formação docente no curso de Pedagogia da UNILAB, afirma que é fundamental repensar os caminhos da educação a partir de uma perspectiva afrorreferenciada²⁸, superando os limites de uma abordagem centrada unicamente em referências europeias, que historicamente têm invisibilizado e excluído os elementos constitutivos da trajetória afro-brasileira. Ao propor tal currículo, a instituição busca reconhecer e valorizar as contribuições africanas e afro-brasileiras na construção do conhecimento, promovendo uma formação docente mais sensível, inclusiva e comprometida com a diversidade. Trata-se de ampliar horizontes, dar visibilidade a outras histórias, saberes e valores, e afirmar a importância de uma educação que dialogue com a pluralidade das identidades que compõem o Brasil.

Nessa lógica, a construção de um currículo alternativo conforme mencionado logo acima, não se limita apenas à inserção regular de conteúdos africanos e afro-brasileiros, mas requer uma profunda ressignificação epistemológica, pedagógica e política do fazer educativo. Trata-se de reconhecer que o conhecimento é plural, situado e atravessado por disputas de poder, e que a hegemonia eurocêntrica precisa ser confrontada por meio da valorização de outras racionalidades, cosmologias e formas de aprender e ensinar (Candau, 2002; Silva, 2005).

Assim, o curso de Pedagogia da UNILAB se apresenta como um espaço estratégico de experimentação e resistência, onde é possível tensionar as estruturas tradicionais da educação brasileira e construir práticas que efetivamente combatam o racismo estrutural.

No caso de outros cursos da UNILAB, como a Licenciatura em História, a proposta curricular, conforme analisado por Souza (2020), foi a de elaborar um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) que oferecesse uma formação comprometida com a transformação crítica do ensino de História no Brasil. A intenção era formar profissionais capazes de atuar, tanto no Brasil quanto nos países parceiros da universidade, na desconstrução das narrativas hegemônicas e na promoção de um saber histórico que resista à lógica eurocêntrica ainda predominante nas instituições de ensino. Conforme destaca o autor (*Ibidem*), desde sua origem, essa proposta inovadora de licenciatura rompeu com os moldes tradicionais da educação

²⁸ Ver: MACHADO, Adilbênia Freire. **Ancestralidade e Encantamento:** filosofia africana mediando a história e cultura africana e afro-brasileira. 2014. 240f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia. Salvador – BA, 2014. Ver também: MACHADO, Vanda. **Prosa de Nagô:** educando pela cultura. 2a. Ed. –Salvador: EDUFBA, 2017.

brasileira, ao rejeitar uma perspectiva eurocentrada e afirmar a importância²⁹ de diferentes formas de conhecimento:

No processo de montagem do Curso de Licenciatura em História, havia uma orientação, presente na primeira versão do Estatuto da UNILAB, de que os estudantes estrangeiros poderiam cumprir o estágio supervisionado em seus países de origem. Essa perspectiva nos animou bastante, pois enxergamos nisso a possibilidade de construir uma ponte sólida e efetiva com os sistemas de educação básica dos países parceiros, além de propiciar aos estudantes uma aproximação real com o campo de trabalho em que atuarão após a conclusão do curso e o retorno para casa. Esta possibilidade, contudo, foi frustrada pela alegação do Ministério da Educação brasileiro de que esta ação demandaria uma logística muito dispendiosa aos cofres públicos, além de impossibilitar a correta e efetiva fiscalização das atividades de estágio (*Ibidem*, 2020, p.11).

Nessa mesma perspectiva de valorização de epistemologias plurais e do deslocamento do eixo eurocentrado na produção do saber, destaca-se a importância das ações de extensão desenvolvidas no âmbito da UNILAB. Essas iniciativas cumprem um papel estratégico na construção de uma formação crítica, plural e ancorada às questões do Sul Global. Os cursos de extensão, por exemplo, funcionam como espaços privilegiados de intercâmbio de saberes, promovendo a circulação de conhecimentos historicamente marginalizados e estimulando o reconhecimento da diversidade cultural e intelectual africana.

Nesse cenário, os cursos de extensão se afirmam como espaços vivos de resistência e criação, onde é possível explorar temas que muitas vezes ficam à margem dos currículos tradicionais. É o caso das formações “Aspectos da Cultura e História Africana”, “História da Administração Pública de Moçambique” e “Cinema em África: Tradição, Modernidade e Política”, ministradas entre 2012-2013, pelo professor moçambicano Carlos Subuhana. Essas iniciativas não apenas ampliam o repertório de estudantes e da comunidade acadêmica, como também abrem caminhos para o encontro com saberes produzidos a partir das realidades africanas. Ao dar voz a outras narrativas, elas contribuem para desconstruir imagens estereotipadas e generalistas, que, por muito tempo, apresentaram a África mundialmente como um continente sem história, crítica essa já levantada com força por Ki-Zerbo (2010).

Além desses, outros cursos de extensão ofertados na UNILAB têm contribuído para esse movimento de descolonização do saber, como “O Ensino de Filosofia e a Reafricanização das Mentes”, ministrado pelo professor Ricardo Matheus Benedicto, “A Educação no Cruzamento

²⁹ Ver: MUNANGA, Kanbegele. Políticas curriculares e descolonização dos currículos: A Lei 10.639/03 e os desafios para a formação de professores. [Entrevista cedida a] Luciane Ribeiro Dias Gonçalves. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 2, n. 1, p. 27-33, jan/jul, 2013.

das Épocas: Trajetórias e Memórias da Educação em África”, ministrado pelo professor Fernando Jorge Pina, (UNILAB, 2022; 2024).

Através do Núcleo de Línguas e Linguagens (NucLi), para além de os cursos de idiomas e culturas tradicionais ofertados na UNILAB, como o “curso Básico de Língua Espanhola”; “Francês com foco na mobilidade académica e Francês iniciante/avançado”; “Leitura e Produção de Texto em Português como Língua Adicional”; “Curso Básico de Libras”; “Curso Básico de Inglês/Conversação em Língua Inglesa/Compreensão Leitora em Língua Inglesa”; são oferecidos também, os cursos em “Cultura Crioula de Guiné-Bissau”; “Língua e Cultura Crioula de Cabo Verde”; “Criolo de São Tomé e Príncipe”; “Língua e Cultura Lingala”; “Curso básico de língua kikongo”; “Curso de Língua Changaná”; “Curso de Língua Árabe”; dentre outros (UNILAB, 2020; 2024; 2025).

Na área da saúde, a UNILAB tem se destacado pela promoção de práticas pedagógicas e de pesquisa que concebem o cuidado em sua integralidade, valorizando os saberes tradicionais e reconhecendo a dimensão cultural como elemento central nos processos de adoecimento e cura. Nesse sentido, merecem destaque os conteúdos curriculares voltados à formação intercultural de profissionais da saúde, bem como as múltiplas ações de extensão que enfrentam de forma direta o racismo institucional presente nos serviços de saúde. Soma-se a isso a produções³⁰ académicas oriundas dos programas de pós-graduação da universidade, que reafirma o compromisso crítico em pesquisa da instituição com a transformação social, a equidade no cuidado e o reconhecimento da diversidade epistêmica.

Na área das engenharias e tecnologias, a universidade tem fomentado abordagens inovadoras que se voltam para o desenvolvimento de soluções sustentáveis e apropriadas às realidades dos países da CPLP. Isso inclui projetos voltados à captação de água de chuva, à produção de energias alternativas e ao reaproveitamento de resíduos sólidos. Nesse sentido, a ideia de “tecnologia social”, propostas por Dagnino (2004), está no cerne dessas práticas, na medida em que reconhece o conhecimento popular como componente essencial na construção de soluções técnicas viáveis e emancipatórias do cotidiano humano.

Visto isso, podemos dizer que a própria estrutura multicultural e internacional da UNILAB proporciona um ambiente fértil para o exercício da ciência em sua pluralidade, onde o currículo deixa de ser uma imposição cultural do ocidente e passa a ser um espaço de negociação simbólica, afetiva e epistemológica entre diversos sujeitos. Em outras palavras, o

³⁰ Por exemplo, a recente defesa da dissertação do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades de Jarciela Pitiandra Lima Correia Sá, intitulada: Racismo e sofrimento psíquico de estudantes africanos na UNILAB-CE, defendida em 2025, é um desses exemplos.

intercâmbio entre estudantes do Brasil, PALOP e Ásia, isto é, angolanos, brasileiros, caboverdianos, guineenses, moçambicanos, santomenses e timorenses, amplia as possibilidades de leitura crítica da realidade e fortalece uma pedagogia baseada na solidariedade em prol do combate ao racismo, patriarcado, homofobia e outras formas de dominação e subalternidade. (Barboza; Mariz, 2020).

Em suma, a UNILAB não apenas promove alternativas na produção do conhecimento, ela propõe uma transformação profunda e radical na maneira como se pensa a universidade, o ensino e a própria ciência. Nesse sentido, a ciência deixa de ser vista como um empreendimento universal e neutro, para ser compreendida, conforme aponta Wagner (1981), como uma “invenção” culturalmente localizada, ou seja, uma construção histórica específica do Ocidente, que deve ser constantemente desnaturalizada e reimaginada a partir de outras formas de existências e conhecimentos.

Portanto, tentar compreender a UNILAB como um espaço de integração internacional e formação crítica vai além de uma mera leitura institucional, mas, está inculcado no esforço de perceber sua força enquanto projeto que propõe outros caminhos de convivência e construção de saberes, no qual os laços entre os povos ultrapassam o campo diplomático e se estendem ao plano epistêmico, político e afetivo. Nesse contexto, a referida universidade se consolida como um espaço onde novas formas de cooperação internacional podem emergir, não baseadas em relações de tutela ou assistencialismo, mas sustentadas pela reciprocidade e pelo reconhecimento da diversidade como princípio essencial da vida acadêmica.

2.3. A construção do conceito de desenvolvimento entre o binômio Brasil-África

Refletir sobre desenvolvimento entre o binômio Brasil-África, requer especificamente uma abordagem que transcenda os indicadores econômicos clássicos, como o Produto Interno Bruto (PIB), taxas de inflação, taxas de juros, taxas de câmbio, taxas de emprego, balança comercial, entre outros. Esses modelos, embora sejam relevantes, são insuficientes para compreender as complexidades dos referidos territórios. Assim sendo, é necessário então considerar uma concepção de desenvolvimento efetivamente multidimensional, que leve em conta os fatores sociais, políticos, culturais, ambientais e epistêmicos.

Nesse sentido, é fundamental desconstruir a noção clássica de desenvolvimento, que, ao privilegiar exclusivamente uma lógica econômica unívoca, acaba por silenciar outras formas de existência e de produção de vida. Como já apontava Furtado (1961; 1980), compreender o

desenvolvimento humano requer uma perspectiva interdisciplinar, capaz de considerar os condicionantes estruturais de cada território a ser estudado. Isso significa reconhecer o papel central das dinâmicas culturais, sociais e político-institucionais na configuração das estruturas produtivas, superando visões homogêneas e descontextualizadas.

Ainda de acordo com Furtado (1961), “a estrutura do sistema econômico funda-se nesses elementos institucionais, na base de recursos naturais, em dados técnicos e em certos padrões de comportamento que se definem em cada sociedade” (p.82).

Ou seja, o desenvolvimento não se resume apenas ao crescimento pelo viés econômico, mas, constitui culturalmente, “[...] antes de tudo, um processo de mudança social que permite à população aumentar sua capacidade de produzir e de se libertar das estruturas que reproduzem a pobreza” (Furtado, 2000, p. 17).

Nessa mesma direção reflexiva, com foco nos aspectos históricos e estruturais do desenvolvimento econômico brasileiro, Singer (1988) identifica dois momentos distintos que marcam a evolução econômica brasileira, atrelando esse processo à industrialização e à urbanização crescentes. O primeiro momento é caracterizado pela substituição de importações de bens de consumo, com larga utilização de mão-de-obra e com baixa escala de produção. O segundo diz respeito ao estabelecimento industrial de bens de consumo duráveis. Dessa forma, para o autor, a ideia de desenvolvimento pode ser entendida a partir do crescente aumento da urbanização, pois o mercado interno representa o urbano, com isso, infere-se que o desenvolvimento entendido no mundo ocidental, passa necessariamente pelo processo de urbanização e na concentração de atividades laborais num dado território.

Essa perspectiva dialoga com uma compreensão mais alargada do processo de desenvolvimento econômico e social, que ao longo da história tem sido marcado por transformações profundas nas formas de organização da vida humana, especialmente no que diz respeito à relação entre campo e cidade. O que se estabelece, nesse contexto, é uma “civilização urbana”, sustentada pelo excedente da produção alimentar mundial, que permite à população dedicar-se a atividades diversas que não se limitam à produção de alimentos. Essa dinâmica impulsionou a criação de instituições sociais e promoveu a transferência do “mais-produto” gerado pelo campesinato para os grandes centros urbanos (Marx, 1867; Singer, 1980).

Assim, a urbanização não se apresenta apenas como uma consequência do desenvolvimento, mas como uma de suas condições estruturantes. No entanto, tal conceito não pode ser compreendido apenas sob a ótica do crescimento econômico e da concentração urbana, pois é preciso considerar as condições concretas de vida das pessoas, suas oportunidades e

capacidades reais de escolher e construir os caminhos que valorizam para suas vidas. É nesse ponto de vista que a contribuição de Sen (1999; 2010) se torna interessante. Para o autor, o desenvolvimento deve ser concebido como a expansão das liberdades substantivas que as pessoas desfrutam. Isso significa que o bem-estar está intrinsecamente ligado às liberdades individuais, políticas, econômicas e sociais, que garantem não apenas a sobrevivência, mas também a dignidade e a realização pessoal.

Ainda segundo o autor (*Ibidem*), o verdadeiro desenvolvimento acontece quando são eliminadas as privações de liberdade, sejam elas a fome involuntária, a morte evitável, ou a negação do direito ao voto. Dessa forma, as liberdades não são apenas fins desejáveis, mas meios fundamentais para que o desenvolvimento aconteça. São as chamadas “liberdades instrumentais”: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora, elementos esses que formam a base para que indivíduos possam viver de forma plena.

Nesse caminho, Sen (1999) propõe uma reflexão fundamental sobre o conceito de “capacidades humanas”, entendidas como as reais possibilidades que cada ser humano tem de ser e fazer aquilo que valoriza em sua vida, levando em conta suas condições de vida, seus contextos e as instituições que moldam suas escolhas. Nesse caso, tais capacidades não se reduzem apenas às realizações em si, mas incluem as alternativas disponíveis no mundo, os processos de escolha e os contextos que favorecem ou restringem essas possibilidades. Contudo, é importante reconhecer que essa concepção está profundamente atrelada à lógica do próprio sistema capitalista, uma vez que as escolhas individuais e coletivas acabam sendo moldadas pelas estruturas e condicionantes desse modelo econômico.

A partir dessa reflexão, pensar a cooperação educacional entre o binômio Brasil-PALOP, exige um olhar atento para os fatores macroestruturais que moldam as relações internacionais. É necessário compreender o contexto histórico de surgimento da cooperação internacional, muitas vezes articulada às estratégias diplomáticas dos países centrais e ao discurso de desenvolvimento que, segundo analisa Escobar (2005), nasce enraizado na modernidade e no capitalismo. Esse discurso contribuiu para consolidar a noção de “Terceiro Mundo”, ao classificar, subalternizar e explorar regiões da Ásia, América Latina e África sob uma lógica neocolonial. No cenário contemporâneo, a África segue sendo alvo de múltiplos interesses, não apenas das potências ocidentais, mas também de países emergentes, como o Brasil, que buscam fortalecer suas posições geopolíticas por meio de alianças estratégicas, entre elas, a cooperação na educação. Segundo o autor:

O discurso do desenvolvimento tornou possível a criação de um vasto aparato institucional por meio do qual esse discurso foi implementado; ou seja, por meio do qual se converteu em uma força social real e efetiva, transformando a realidade econômica, social, cultural e política das sociedades em questão. Esse aparato compreende uma ampla gama de organizações, desde as instituições de Bretton Woods (por exemplo, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional) e outras organizações internacionais (como o sistema das Nações Unidas) até as agências nacionais de planejamento e desenvolvimento, bem como projetos de desenvolvimento em escala local. (*Ibidem*, 2005, p. 19, tradução nossa).

Visto isso, as discussões em torno do discurso desenvolvimentista e de sua projeção global, especialmente no contexto africano, exigem uma análise que vá além das abordagens tradicionais do espaço geográfico. É fundamental considerar a dimensão simbólica dos territórios, compreendendo o lugar como um espaço carregado de vivências e sutilezas cotidianas, atravessado por sentidos, memórias e relações sociais que não se esgotam na materialidade. Segundo Escobar (2005), o lugar “[...] desapareceu no ‘frenesi da globalização’ dos últimos anos, e este enfraquecimento do lugar tem consequências profundas em nossa compreensão da cultura, do conhecimento, da natureza e da economia” (*Ibidem*, 2005, p.63).

Desse modo, o autor defende a reflexão sobre o lugar a partir de um olhar epistemológico centrado nas questões locais, para além da hegemonia da ciência moderna, da tecnocracia, e do advento capitalista, pois, tais fenômenos foram responsáveis pelo esvaziamento da cultura em detrimento de sistemas tecno-ocidentais de reprodução do mundo, e, conseqüentemente, na ausência do lugar, entendida através de uma “condição generalizada de desenraizamento” (*Ibidem*, 2005, p. 69).

Nessa mesma linha de pensamento, a perspectiva de Santos (2001) antecipa reflexões fundamentais sobre a necessidade de articular o fazer local com o pensar global. Sua contribuição é valiosa para os estudos interdisciplinares, pois revela as contradições e as consequências de um sistema que opera sob uma lógica perversa. Para o autor, “[...] a realidade pode ser vista como uma fábrica de perversidade” (*Ibidem*, 2001, p. 58-59), o que nos leva a compreender que muitas das problemáticas sociais contemporâneas acabam sendo naturalizadas ou banalizadas no cotidiano.

Ainda segundo o autor (*Ibidem*), a globalização, em sua forma hegemônica, enfraquece a solidariedade entre os povos, dilui a soberania das nações e transforma a política em uma mercadoria submetida aos interesses do mercado e de agências internacionais. Diante desse cenário, o autor propõe pensar em “outras globalizações”, sugerindo uma postura crítica que, mesmo diante de um pessimismo social global, abre espaço para um otimismo científico. Essa

ambiguidade revela a possibilidade de construir novos caminhos metodológicos que considerem uma articulação entre o local e o global, especialmente em torno da ideia de desenvolvimento que valorize a autonomia e a diversidade dos territórios.

Em complemento, escreve Escobar (2020), que:

O desenvolvimento supôs, conforme foi entendido depois da Segunda Guerra Mundial, um processo dirigido a regiões da Ásia, da África e da América Latina para reproduzir as condições que se supunha que caracterizavam as nações economicamente mais avançadas do mundo: industrialização, alta taxa de urbanização e de educação, tecnificação da agricultura e adoção generalizada dos valores e princípios da modernidade, inclusive formas concretas de ordem, de racionalidade e de atitude individual (*Ibidem*, p.274).

Conforme o postulado anterior, pode-se compreender que o desenvolvimento, tal como foi historicamente concebido, atuou e atua como um carrasco paradoxal, um instrumento que, ao invés de promover a diversidade, impôs a negação das diferenças nos países do chamado Terceiro Mundo. Em nome do progresso, apagaram-se especificidades culturais, sociais e históricas que não se alinhavam ao modelo dominante, uma vez que, “[...] o desenvolvimento é precisamente o mecanismo por meio do qual essa diferença deveria ser eliminada (Escobar, 2020, p. 274).

A partir desse constructo ocidental, mais do que a simples sistematização de uma nova ordem mundial, assiste-se também a um desvio paradigmático³¹, marcado inicialmente pela necessidade de profissionalizar os chamados “problemas do desenvolvimento”. Esse processo é constituído primeiramente a partir da necessidade de profissionalização dos problemas de desenvolvimento, do surgimento de conhecimentos especializados e da institucionalização através de uma rede de organizações³². Nesse contexto, o conhecimento técnico dos especialistas e a atuação das instituições ganham centralidade, operando por meio de projetos, programas e intervenções orientadas (Escobar, 2005).

Seguindo essa linha de pensamento, é possível perceber que, direta ou indiretamente, independentemente de suas origens ou vínculos ideológicos, a maior parte das agendas promovidas pelos organismos de cooperação internacional se ancora no discurso do modelo desenvolvimentista. No caso brasileiro, esse discurso é moldado a partir de cenários e políticas específicas que se articulam em escala transnacional. Essas iniciativas buscam se legitimar por

³¹ Ver: CERNEA, Michael. **Social Organization and Development Antropology**: The 1995 Malinowski Award Lecture. Washington, D. C.: The World Bank, 1995.

³² Relativo ao objeto desta pesquisa, podemos enfatizar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

meio de um esforço de aproximação com os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos dos países africanos parceiros, construindo pontes com base em narrativas históricas que, à primeira vista, soam coerentes dentro do campo da cooperação internacional.

No entanto, sob uma análise mais crítica, retomando alguns aspectos dos tópicos anteriores, percebe-se que o modelo de cooperação Sul-Sul, embora se apresente como uma alternativa às dinâmicas hierárquicas do eixo Norte-Sul, frequentemente reproduz os mesmos preceitos e contradições do sistema que pretende superar. Em muitos casos, o discurso da solidariedade entre países em desenvolvimento acaba se sobrepondo a práticas que reafirmam interesses estratégicos dos Estados envolvidos, revelando tensões entre a retórica da horizontalidade e as ações concretas da política externa.

Para entender melhor essas dinâmicas, Mawsdley (2015) observa que, o modelo tradicional de cooperação internacional, formulado no Norte Global, pouco se distingue das práticas direcionadas ao Sul Global. Isso ocorre porque as políticas de cooperação e os debates sobre direitos humanos costumam ser conduzidos por setores específicos, como certos organismos internacionais, que atuam de forma estratégica em favor de interesses econômicos, com isso, as relações entre países acabam sendo moldadas por lógicas capitalistas, muitas vezes ignorando as reais necessidades e contextos locais.

A contradição fundamenta-se principalmente na cooperação entre os ditos países periféricos e semiperiféricos, os quais começam a incorporar o *modus operandi*, ou seja, os interesses e práticas desenvolvidas no seio da chamada velha relação Norte-Sul, o que dá continuidade e perpetua a hegemonia ocidental através da reprodução dos sistemas de cooperação enraizados nas tentativas de geopolíticas alternativas.

Nesse mesmo aspecto, Visentini (2010), baseando-se na história e geopolítica das relações diplomáticas entre Brasil e África, escreve que, o restabelecimento de vínculos construídos no passado colonial³³, desenvolve a ideia da Cooperação Sul-Sul enquanto um novo quadro político de engajamento e dominação econômica global, que gira em torno dos interesses das potências emergentes (por exemplo, os BRICS, sobretudo o Brasil) para atuar na exploração do continente africano. Escreve o autor, que:

Um dos fenômenos mais marcantes das Relações Internacionais Contemporâneas é o fato de a África haver se tornado objeto de uma nova disputa mundial, como no fim do século XIX. Todavia, no início do século XXI, os protagonistas de tal processo são

³³ A respeito de estudar o passado colonial para compreender a atualidade, elenca-se as contribuições de Balandier (1969; 2014) e Gluckman (2010) sobre as noções de situação colonial e situação social, respectivamente.

as potências emergentes, e não as antigas metrópoles, num quadro de desenvolvimento econômico-social e protagonismo diplomático da África, o que representou algo inesperado para muitos. A África, nos marcos da “globalização” e do fim da Guerra Fria, vivenciara uma segunda “década perdida”, com sangrentas guerras civis internacionalizadas, epidemias e marginalização econômica (Visentini, 2014, p.41).

Dessa forma, ainda segundo o autor (*Ibidem*), ao afirmar que o modelo de cooperação Sul-Sul remete a uma nova³⁴ partilha da África, retoma uma crítica também presente no pensamento de Mawdsley (2015), onde a autora destaca que, embora haja um crescimento expressivo nos acordos de cooperação voltados para enfrentar desigualdades e problemas sociais, muitas vezes sustentados por investimentos em educação e desenvolvimento técnico, esses mesmos acordos acabam, em muitos casos, favorecendo os interesses econômicos e geopolíticos dos países que os promovem. Assim, sob o discurso de uma solidariedade cooperativa, alternativas globais e ajuda mútua, persiste uma lógica assimétrica que coloca em xeque os reais beneficiários dessas iniciativas.

Nesse viés, ainda segundo a autora (*Ibidem*), tal prática circunscreve-se tanto por investimentos em bem-estar social, educação, tecnologias, como em apoio à modernização e solidificação das infraestruturas, a exemplo de aeroportos, construção de estradas e aprimoramento produtivo dos mais variados setores econômicos nos ditos países periféricos.

De acordo com as elucidações acima, entende-se que o modelo de cooperação no eixo Sul-Sul, principalmente entre Brasil e África (sobretudo os PALOP), é uma estratégia de política externa com fortes características geopolíticas, dando ênfase para o que Visentini (2014) designa como uma forma de “cooperação profana”. Do mesmo modo, Milani (2018; 2023) elabora uma reflexão crítica sobre a inserção internacional do Brasil, sublinhando sua atuação como um ator estratégico e multifacetado nas dinâmicas globais contemporâneas. O autor atribui ao país um papel de protagonismo político, particularmente no âmbito da diplomacia Sul-Sul, evidenciando sua capacidade de articular interesses nacionais com agendas multilaterais, sobretudo em contextos marcados por assimetrias históricas e disputas por legitimidade no sistema internacional.

Por outro lado, cabe destacar que em 2025, o Brasil assumiu a presidência rotativa do BRICS, trazendo para o centro da agenda internacional um compromisso renovado com o fortalecimento das articulações entre países do Sul Global. Sob o lema “Fortalecendo a

³⁴ Nesse sentido, é importante lembrar sobre a Conferência de Berlim, ocorrida entre 1884 e 1885 em Berlim, para discutir sobre a colonização e o comércio em África.

Cooperação do Sul Global por uma Governança mais Inclusiva e Sustentável”, a presidência brasileira buscará ampliar o protagonismo dos países em desenvolvimento nos principais fóruns multilaterais, impulsionando reformas estruturais na arquitetura da governança global. A agenda proposta coloca em destaque temas estratégicos como a saúde global (especialmente no contexto pós-pandêmico), a dinamização do comércio e dos fluxos de investimento entre economias emergentes, o enfrentamento das mudanças climáticas com justiça ambiental, e a urgência de marcos regulatórios éticos e plurais para a governança da inteligência artificial. Ao liderar o bloco, o Brasil pretende reposicionar o BRICS como um polo de equilíbrio no sistema internacional, promovendo soluções multilaterais mais equitativas e representativas da diversidade política, econômica e cultural dos países do Sul (BRASIL, 2025).

Assim, conforme aponta Saraiva (2012), ao analisar os governos brasileiros anteriores a 2003, é possível perceber uma mudança estratégica na postura do Brasil em relação aos PALOP, marcada por um esforço de aproximação pragmática e pelo fortalecimento de parcerias comerciais. No entanto, o autor destaca que, mesmo diante dessa nova orientação, persistia uma visão culturalista nas representações do Estado brasileiro sobre o continente africano. Essa visão ainda se apoiava em narrativas herdadas de obras como “Casa Grande e Senzala”³⁵, bem como nos estereótipos e estigmas globais que historicamente marcaram a imagem do referido continente. Como resultado, a produção de conhecimento sobre o continente continuou, em muitos casos, a reproduzir estigmas coloniais, agora de forma ainda mais sofisticada e ampliada, ou seja, no âmbito das relações de poder transnacionais.

Ainda segundo o autor (*Ibidem*), a partir de 2003, ou seja, nos dois primeiros mandatos do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e do primeiro mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff (2011-2014), a perspectiva culturalista histórica teve um novo rumo, o *slogan* do “discurso da dívida” surge como fator político na busca pelo reconhecimento das contradições nacionais acerca do passado escravagista, bem como, das desigualdades estruturais ocasionadas por esse fenômeno em torno da população afro-brasileira.

Por outro lado, esse *slogan* nasce, antes de tudo, das discussões e compromissos firmados na Conferência de Durban, em 2001, quando mais de cem países reconheceram que o racismo e todas as formas de discriminação precisam ser enfrentados com políticas públicas efetivas. A partir desse momento histórico, diversos órgãos foram criados para combater o racismo: secretarias, conselhos e instituições dedicadas à igualdade racial. Por isso, mais do que

³⁵ Ver: FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 41ª edição, Rio de Janeiro, Record, 2000. Em complemento, ver também: CASTELO, Cláudia. **O Modo Português de Estar no Mundo**. O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961). Porto, Edições Afrontamento, 1999.

um simples *slogan*³⁶, o que se expressa são mudanças reais nas políticas públicas, fruto das lutas e das reivindicações constantes dos movimentos negros no Brasil.

Reforçando tal argumento, a partir das palavras de Penha (2010), compreende-se, que:

Ao longo da década de 2000, contudo, o Brasil põe em prática algumas medidas que mudariam drasticamente o quadro de inércia estratégica da década anterior. A primeira delas surgiu no âmbito da Marinha do Brasil que, procurando reagir às suas dificuldades logísticas e operacionais propôs em 2004, um novo espaço estratégico denominado de “Amazônia Azul”, equivalente, em termos de área e de riquezas naturais, à “Amazônia Verde”. A segunda medida foi privilegiar a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul como o fórum político e diplomático preferencial na promoção do desenvolvimento e da cooperação regional (*Ibidem*, 2010, p.116).

Ainda conforme o autor (*Ibidem*), a ausência de estratégia no que concerne ao aparato de defesa marítima brasileira, deve-se:

[...] ao fato de o Atlântico Sul não ter se constituído num sistema regional integrado e da militarização da área ter sido menos marcante do que em outras regiões, devido também a menor presença das superpotências na bacia, levou os estrategistas ocidentais a observar isso como consequência da existência de um “vazio de poder” necessitando de estabilização (*Ibidem*, 2010, p.219).

Vale destacar que, o Atlântico (antes de ser esse espaço contemporâneo de projeção geopolítica e soberania marítima) foi, historicamente, o palco das rotas da escravização, da violência colonial e das diásporas forçadas que conformaram o que Gilroy (2002) denomina de “Atlântico Negro”. Assim, é fundamental compreender que o Atlântico, mais do que uma fronteira marítima, constitui um território simbólico e histórico de disputas, onde se entrelaçam as continuidades entre colonialismo e as formas atuais de circulação, poder e reparação. Nesse sentido, pensar a “Amazônia Azul” sem reconhecer esse passado é correr o risco de reproduzir uma leitura descontextualizada da presença afro-atlântica e de suas implicações para as políticas contemporâneas.

O deslocamento do foco da política externa para a política colonial, bem como a reflexão sobre a reparação e as novas presenças africanas no Brasil sob o prisma do Atlântico, amplia de

³⁶ Ver: ALVES, Joyce Amâncio de Aquino. O combate internacional ao racismo a partir da Conferência de Durban e as implicações na política brasileira. In: **VIII CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA, ORGANIZADO POR LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE CIENCIA POLÍTICA (ALACIP)**. Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 al 24 de julio de 2015. Disponível em: <https://alacip.org/cong15/int-alves8c.pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.

forma essencial o escopo analítico. Incorporar essa perspectiva revela que o Atlântico não é apenas um espaço de soberania nacional, mas também um território de memória, resistência e reinscrição epistemológica dos sujeitos afro-diaspóricos na história e na geopolítica brasileira.

Vale citar aqui algumas particularidades, por exemplo, o Brasil possuir a maior costa marítima no Atlântico (aproximadamente 7.000 km), e do estabelecimento de uma geopolítica marítima brasileira, tendo como fator importante, a concepção geográfica de proximidade com a África. Nesse sentido, entende-se a necessidade de se compreender minimamente as diferenças conceituais entre as relações de poder estabelecidas através dos territórios, e, da própria ideia da projeção dos interesses internos de um ou mais Estados para com outros conjuntos territoriais. Visto isso, podemos definir, a partir de Pinheiro (2004), que a política externa pode ser concebida enquanto:

[...] o conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos – tais como organizações internacionais, corporações multinacionais ou atores transnacionais – formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional. (*Ibidem*, 2004, p.7).

Dessa forma, as ações desenvolvidas, bem como as decisões tomadas pelos Estados, são, muitas das vezes caracterizadas por meio dos organismos internacionais, e, orientam dimensões estratégicas coerentes com os planos governamentais para uma aproximação ou distanciamento a outros atores sociais.

Dito isto, tomamos a política externa brasileira como parte da engrenagem da geopolítica dos Estados, visto que, essa proporciona também a projeção das hegemonias das estruturas governo-estatais, sob a égide de um “sistema-mundo” (Wallerstein, 1974), e que expande suas fronteiras através da espacialização de instituições e empresas públicas e privadas, projetos e ações diversificadas de cooperação (por exemplo, podemos pressupor a cooperação educacional por meio da UNILAB), indo de encontro aos processos de internacionalização e interesse da abertura mercadológica no continente africano.

Diante do que foi exposto acima, é essencial retomar o percurso da política externa brasileira com o continente africano, em especial com os PALOP, à luz das diferentes orientações desenvolvimentistas que marcaram essa relação ao longo do tempo. Esse movimento adquire nova centralidade a partir de 2003, com a chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República. Inaugura-se, então, um ciclo de aproximação pautado

por solidariedade, reciprocidade e pelo fortalecimento da cooperação Sul-Sul, traduzido em diversas ações no campo da educação, ciência, cultura e tecnologia.

Ao longo de duas décadas, esse esforço oscilou entre avanços expressivos e rupturas significativas, refletindo as tensões e reconfigurações da política interna brasileira. Conforme observa Alencastro (2014) e Malomalo (2014), após o término do segundo mandato do governo Lula (2007-2010), a imagem do Brasil como promotor de relações igualitárias com o continente africano enfraqueceu. A escassez de recursos no Itamaraty limitou a diplomacia oficial, enquanto o setor privado passou a protagonizar os vínculos com a África. Nesse contexto, a ponte da solidariedade estatal foi, em grande medida, substituída por uma atuação de caráter exploratório conduzida por multinacionais.

No entanto, essa inflexão nas diretrizes da política externa se agravou nos anos seguintes, especialmente com a crise institucional que culminou no *impeachment*³⁷ da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016, que abriu espaço para uma guinada conservadora na política externa. Esse afastamento se aprofundou no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019–2022), quando o Brasil adotou uma postura de retração internacional, militarista e negacionista³⁸, enfraquecendo os já mencionados laços históricos com países africanos e esvaziando instâncias de diálogo e cooperação.

Com o retorno de Lula à presidência, em 2023, observa-se uma tentativa de reativar essa agenda de forma mais integrada e sensível às transformações globais. No entanto, segundo Lopes (2004; 2005), pensar o desenvolvimento no contexto africano e nas relações Sul-Sul, exige romper com modelos importados e com lógicas de dependência. É preciso reconhecer a África como agente de seu próprio futuro, valorizando suas capacidades, saberes e prioridades estratégicas. Assim, a retomada da política externa brasileira com os PALOP não deve se limitar à repetição de paradigmas passados, mas sim abrir espaço para uma cooperação crítica, horizontal e colaborativa, onde o desenvolvimento enquanto fator humano seja compreendido como um processo enraizado na justiça social, soberania e autonomia dos povos. Em sua análise sobre os caminhos para o desenvolvimento emergente, o autor propõe que:

As estratégias de desenvolvimento dos últimos cinquenta anos abordaram desenvolvimento como um problema técnico que requeria soluções técnicas, tais

³⁷ Ver: LEONIDIO, Adalmir. Golpe ou impeachment? Um exemplo de batalha de memória? **Diversitas**. São Paulo, v. 1, n. 20, p. 1-?, abr. 2018. Disponível em: <https://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/20.%20Adalmir%20Leonidio%20-%20Golpe%20ou%20impeachment.pdf>.

³⁸ Ver: HUR, Domênico Uhng; SABUCEDO, José Manuel; ALZATE, Mónica. Bolsonaro e Covid-19: negacionismo, militarismo e neoliberalismo. **Rev. psicol. polít.** São Paulo, v. 21, n. 51, p. 550-569, ago. 2021.

como, melhor planejamento, estruturas macroeconômicas sólidas, melhores termos de compra e políticas de preços, e considerável assistência técnica. Não se dava muita atenção, entretanto, à necessidade de se atingir profundamente a sociedade e de se lidar com as realidades sociais e políticas mais complexas. Hoje se reconhece amplamente que desenvolvimento, como uma transformação da sociedade, requer uma mudança que ofereça aos indivíduos e às sociedades maior controle sobre seus próprios destinos. O processo de realização desta mudança, entretanto, é repleto de dificuldades e complexidades (LOPES, 2004, p.195-196, grifos do autor e nossos).

É justamente nessa proposta de ultrapassar o “desenvolvimento” que produz hierarquias, que vozes dissidentes como a de Malomalo; Silva; Souza (2018) propõem caminhos alternativos, ou seja, ao invés de seguir a lógica convencional do chamado “desenvolvimento”, o autor nos convida a repensar as políticas de cooperação a partir de uma ética enraizada na filosofia africana do “ubuntu-bisoidade”, que coloca a interdependência, a dignidade e o cuidado mútuo no centro das relações humanas. Essa abordagem ecoa os ensinamentos de Paulo Freire, ao valorizar a escuta sensível, os saberes populares e a construção coletiva de alternativas emancipatórias. Ambas as perspectivas compartilham o entendimento de que o desenvolvimento não se realiza pela imposição de modelos prontos e exógenos, mas pela coautoria entre os povos, na luta por justiça, solidariedade e esforço endógeno. Trata-se então de uma aposta em práticas solidárias, que, ao contrário das lógicas hegemônicas, colocam os direitos das populações migrantes e das minorias nacionais como prioridade inegociável, condição intimamente ligada aos princípios da democracia (*Ibidem*, 2018, p.525).

Tendo em mente tal lógica, pensar o desenvolvimento a partir do Sul com o Sul e para o Sul, exige mais do que simples políticas públicas ou investimentos financeiros, requer uma transformação ética e política no modo como as nações se relacionam, reconhecendo no outro não um objeto de intervenção ou de lucro a curto e longo prazo, mas um sujeito de saber, dignidade e potência existencial e colaborativa.

Isso significa que promover o desenvolvimento exige romper com padrões históricos de desigualdade, repensando as capacidades produtivas, as instituições, as relações sociais e, especialmente, as estruturas políticas. No caso de países africanos como São Tomé e Príncipe, esse entendimento ganha relevância ao considerar as marcas do colonialismo e os desafios contemporâneos da juventude. É nesse sentido que iniciativas como a UNILAB se destacam, ao apostar na formação alternativa e em uma visão de mundo crítica, intercultural e comprometida com os direitos humanos. Pois, a universidade contribui para um modelo de desenvolvimento comprometido com a valorização do conhecimento, a afirmação da soberania intelectual e a promoção da emancipação humana.

Ao ligarmos essas abordagens, torna-se evidente que o desenvolvimento deve ser analisado de forma integrada, por um lado, considerando os aspectos estruturais como a urbanização, o crescimento industrial e a organização econômica, por outro, reconhecendo a centralidade do ser humano, suas liberdades, seus desejos, suas especificidades culturais e sua dignidade. É nessa intersecção de fatores, estruturas produtivas e capacidades humanas que se observa um conceito mais amplo e justo de desenvolvimento, ou seja, um desenvolvimento que não apenas transforma territórios, mas também expande as possibilidades de vida das pessoas.

2.4. Perspectivas sobre São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe, é um arquipélago localizado no Golfo da Guiné e atravessado pela linha do Equador, uma das menores nações africanas tanto em extensão territorial quanto em população (posição 53º, ficando na frente apenas da República de Seychelles). Com uma área de apenas 1.001 km², o país é composto por duas ilhas principais, São Tomé, onde se localiza a capital homônima, e Príncipe, que possui estatuto de região autônoma desde 1995, além de diversos ilhéus adjacentes. Entre esses, destacam-se o famoso e memorável Ilhéu das Rolas, conhecido por seu simbolismo geográfico por ser cortado pela linha equatorial, e o enigmático Ilhéu das Cabras, ambos possuidores de significados históricos e ambientais relevantes para a identidade insular do país (Souza, 2025).

De acordo com os dados mais recentes divulgados pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), tomando como base o Quinto Recenseamento Geral da População e Habitação (V RGGPH, 2024), São Tomé e Príncipe conta atualmente com uma população estimada em aproximadamente 209.617 habitantes. Um dado particularmente importante é que 67,2% dessa população vive em áreas urbanas, o que evidencia uma dinâmica de urbanização singular, com implicações diretas sobre o uso do solo, a prestação de serviços públicos e as relações sociais nas cidades. O distrito de Água Grande, por exemplo, abriga a capital, e destaca-se como o mais densamente povoado, concentrando cerca de 38,5% da população total, fato que acentua os desafios da gestão urbana, sobretudo no que diz respeito à habitação, saneamento e mobilidade.

Figura 1: Mapa político de São Tomé e Príncipe.



Fonte: WORLDOMETERS. São Tomé and Príncipe Political Map.

Politicamente, o país adota um sistema de governo semipresidencialista, ancorado nos fundamentos da democracia representativa. Esse modelo se caracteriza por uma divisão operacional entre o presidente da república, que exerce o papel de chefe de Estado, com

atribuições de representação institucional e moderação política, e o primeiro-ministro, que atua como chefe de governo, sendo responsável pela condução administrativa do país. O poder legislativo, por sua vez, está concentrado em uma Assembleia Nacional unicameral³⁹ composta por cinquenta e cinco (55) parlamentares eleitos por sufrágio universal, o que assegura a participação dos/as cidadãos santomenses no processo decisório e no legítimo exercício do poder político nacional (Souza, 2025).

Essa estrutura institucional de São Tomé e Príncipe constitui um alicerce fundamental para a ação estatal, mas, por si só, não basta para enfrentar os impasses históricos e estruturais que marcam o país. O desafio reside menos na imitação de modelos exógenos de governança e mais na capacidade de reconfigurar instituições de forma contextualizada, ancoradas nas realidades socioculturais locais e na valorização do conhecimento endógeno. A dependência de importações, as fragilidades no sistema educacional e as pressões ambientais, por exemplo, não devem ser vistas apenas como deficiências a serem corrigidas à luz de padrões e agendas ocidentais, mas como sintomas de um modelo de desenvolvimento herdado, que historicamente marginalizou as dinâmicas internas de produção, circulação de saberes e autonomia humana.

Conforme ressalta Lopes (2004), é preciso recusar o ciclo vicioso do desenvolvimento por dependência, substituindo-o por um paradigma que privilegie a soberania estratégica, a diversificação produtiva e a centralidade das pessoas no processo de transformação social. Isso significa reconhecer o potencial transformador humano dos povos africanos, não como mão de obra a ser moldada por lógicas utilitaristas ocidentais, mas como sujeitos históricos, produtores de conhecimento, cultura e alternativas próprias de bem viver. Em São Tomé e Príncipe, essa inflexão crítica pode ser ilustrada a partir da valorização da filosofia do *léve-léve*:

De acordo com o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP), o conceito de *léve-léve* pode ser traduzido como algo feito com muita calma e sem pressa. No entanto, sua tradução literal não compreendida a partir de um viés aprofundado do cotidiano santomense, empobrece seu alcance discursivo e simbólico. Percebemos, que para o povo santomense, trata-se de uma filosofia de vida que orienta comportamentos e direciona para os seus caminhos, expectativas e interações sociais. Ou seja, mais do que uma simples expressão linguística, forma de falar ou um ditado popular, o *léve-léve* carrega consigo uma forma de perceber e existir no mundo, contrariando a ideia de preguiça ou indiferença frente aos problemas cotidianos e laborais, mas de uma forma particular de se relacionar com o tempo, com o trabalho e com as pessoas (Souza, 2025, p.8).

³⁹ De acordo com Souza (2025), entre os países lusófonos, o Brasil se destaca por ser o único a adotar um sistema legislativo bicameral, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Nesse sentido, a filosofia do *léve-léve*⁴⁰, tal como é vivida em São Tomé e Príncipe, oferece uma chave interpretativa sensível para compreender as formas locais de habitar o mundo, e, sobretudo, ela oferece caminhos valiosos para repensar a ideia de desenvolvimento no continente africano, tomando como ponto de partida experiências enraizadas numa identidade insular⁴¹. Essa cosmovisão santomense, que rejeita a pressa como valor absoluto do mundo globalizado, dialoga profundamente com a forma como as pessoas constroem sua relação com o território, a biodiversidade e o seu patrimônio cultural. Dessa maneira, tal concepção não pode ser apreendida em sua plenitude por traduções literais ou olhares externos.

A riqueza natural e cultural do país também não deve ser interpretada a partir de lógicas de exploração econômica ou consumo turístico. Ambas, enquanto expressões simbólicas e materiais de uma mesma cosmo percepção africana, revelam um compromisso com o cuidado, a memória e a reciprocidade, em oposição às dinâmicas predatórias do capitalismo global. Trata-se, então, de reconhecer nesses elementos não apenas um estilo de vida alternativo, mas um projeto de mundo que valoriza a convivência comunitária⁴², saberes e natureza.

Por conseguinte, torna-se fundamental, como enfatiza Mbembe (2016), pensar a partir da experiência africana como um ponto de partida epistemológico e político. Essa proposta coloca em evidência não apenas a recusa da imposição acrítica dos paradigmas desenvolvimentistas ocidentais, geralmente marcados por lógicas excludentes e universalistas, mas também a reivindicação por outros tipos de vivências baseadas nas historicidades africanas como fundamentos para a formulação de caminhos de transformação social. Assim, pensar a partir da África e sobre a África, não consiste apenas em uma tentativa retórica, mas, um gesto de reconstrução da dignidade humana sob a égide de um pensamento verdadeiramente enraizado e coerente com o que se propõe.

Diante disso, em termos de uma modelagem e dados desenvolvimentistas globais, é importante retomar ao pensamento de que São Tomé e Príncipe enfrenta um cenário caracterizado por desafios estruturais persistentes, mas também por possibilidades latentes. Essas dinâmicas se manifestam de forma interdependente nos campos econômico, social,

⁴⁰ Do ponto de vista de um santomense, ver: TÉLA NÓN. **Léve-Léve, uma identidade em desmoronamento**. Téla Nón, São Tomé e Príncipe, 23 out. 2019. Disponível em: <https://www.telanon.info/suplemento/opiniaio/2019/10/23/30276/leve-leve-uma-identidade-em-desmoronamento/>. Acesso em 2 maio. 2025.

⁴¹ Ver: DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana (org.). *Ilhas e sociedades insulares*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1997; DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Povos e mares: leitura em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

⁴² Ver: RESERVAS DA BIOSFERA DE PORTUGAL. **Memórias do Príncipe** [online]. Disponível em: <https://www.reservasdabiosfera.pt/memorias-do-principe/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

ambiental, e político-institucional, exigindo abordagens integradas e sensíveis às especificidades do contexto supracitado.

No campo econômico, por exemplo, o país apresenta uma economia frágil e fortemente dependente da ajuda externa, com um setor produtivo limitado as suas características geográficas e concentrado sobretudo na agricultura. Por exemplo, o cacau⁴³ (principal produto agrícola) historicamente central na economia santomense, continua sendo uma das principais cultura agrícolas de exportação, embora sua produção sofra com problemas como baixa produtividade, precariedade logística e falta de infraestrutura. No setor turístico, apesar das riquezas naturais e culturais do arquipélago, ainda está em estágio embrionário e necessita de investimentos e planejamento profundamente estratégico. Com relação a descoberta de reservas petrolíferas no Golfo da Guiné, essas desencadearam esperanças de crescimento, no entanto a exploração permanece incerta e carrega o risco de acentuar desigualdades e fragilidades, caso não seja gerida com políticas públicas contextualizadas, sustentáveis e transparentes. Segundo o Banco Africano do Desenvolvimento (2024), por meio do relatório sobre perspectivas econômicas africanas, o desempenho do PIB de São Tomé e Príncipe:

[...] teve uma leve melhora, passando de 0,1% em 2022 para uma estimativa de 0,5% em 2023. Esse avanço tímido reflete principalmente os desafios enfrentados pela economia, que ainda sente os efeitos das constantes interrupções no fornecimento de energia. Além disso, o cenário internacional complicou ainda mais a situação: a invasão da Ucrânia pela Rússia provocou uma elevação significativa nos preços dos alimentos e do petróleo no mercado global. Paralelamente, a inflação disparou, saindo de 8,1% em 2021 para 17,9% no final de 2022, e alcançando 21,3% em 2023, consequência direta dos choques de oferta e demanda que persistem desde a pandemia de Covid-19. (*Ibidem*, 2024, p.228, tradução nossa).

Ainda de acordo com o relatório, a nação em questão enfrenta um persistente desequilíbrio nas contas públicas, resultado de receitas limitadas e gastos elevados. Em 2023, o déficit fiscal foi estimado em 4,2% do PIB, um recuo em relação aos 6,2% de 2022, mas ainda expressivo. Esse déficit continua sendo coberto majoritariamente por doações e empréstimos de parceiros internacionais. A balança de transações correntes também apresenta déficits elevados, ainda que em queda: passou de 14,5% do PIB em 2022 para 13,8% em 2023. O país mantém a paridade cambial da dobra com o euro, por meio de um acordo com Portugal, o que traz certa estabilidade monetária, mas impõe desafios de competitividade externa. Em meio à crescente pressão por segurança energética e alimentar, as reservas internacionais líquidas

⁴³ Ver: CHINA–PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA ECONOMIC TRADE FORUM (MACAU). **São Tomé e Príncipe: cacau em recuperação vs. óleo de palma com bom ímpeto.** Fórum China–PLP, 16 out. 2023. Disponível em: https://forumchinaplp.org.mo/pt/economic_trade/view/95?utm_. Acesso em: 12 mar. 2025.

despencaram de quase US\$ 30 milhões em 2021 para apenas US\$ 510 mil ao fim de 2023, valor que cobre menos de um mês de importações, incluindo combustíveis. A crise também atinge o setor bancário: os créditos inadimplentes saltaram de 8,1% para 11,9% entre 2022 e 2023, refletindo as dificuldades enfrentadas pelo setor privado num cenário de fragilidade econômica e baixa capacidade de investimento. Outro dado significativo é a taxa nacional de desemprego, que subiu de 8,9% em 2017 para 15,7% em 2022, com mulheres (14,6%) e jovens de 15 a 24 anos (21,3%) sendo as mais afetadas. (Banco Africano do Desenvolvimento, 2024).

Com isso, baseando-se tanto no reflexo dos avanços como nas fragilidades de uma economia em processo de consolidação, o país tem enfrentado os desafios típicos de economias insulares de pequena escala, como a elevada dependência de acordos⁴⁴ de cooperação internacional e de importações, bem como a sua limitada diversificação produtiva. Ainda assim, o tópico observado do relatório acima citado aponta sinais de resiliência, fazendo referências sobre projeções moderadamente otimistas impulsionadas por investimentos públicos, esforços de estabilização macroeconômica e iniciativas de fortalecimento institucional.

No que tange ao campo social, o referido país exibe alguns indicadores positivos⁴⁵, especialmente no que diz respeito aos níveis de alfabetização e acesso à educação básica, quando comparado a outras nações africanas de renda semelhante. Porém, ainda persistem problemas estruturais como o desemprego, sobretudo entre os jovens, e a fragilidade do sistema de saúde pública. A juventude, que compõe a maior parte da população, enfrenta sérios problemas para sua inserção no mercado de trabalho, o que representa um risco à coesão social e à continuidade de desenvolvimento a longo prazo. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2024, por meio do relatório de desenvolvimento humano 2023/24, um dado significativo revelado é o avanço consistente no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de São Tomé e Príncipe, que atingiu a marca de 0,613. Esse resultado insere o país na categoria de desenvolvimento humano médio, ocupando a 141ª posição entre 193 países e territórios avaliados. Ao longo do período de 1990 à 2022, o país apresentou um progresso contínuo, com uma taxa média de crescimento anual do IDH de 0,77%, refletindo esforços graduais na melhoria das condições de vida da população.

No que diz respeito ao campo ambiental, o arquipélago figura entre um dos territórios mais sensíveis às consequências das mudanças climáticas globais. Ou seja, já enfrenta desafios

⁴⁴ Optamos pela ideia de acordos internacionais ao invés de ajuda externa, pois entendemos que, de acordo com as palavras de Marcel Mauss (1925), nenhuma dádiva é desinteressada.

⁴⁵ Ver: **NAÇÕES UNIDAS – BRASIL. São Tomé e Príncipe deixa a categoria de país menos desenvolvido.** Brasília, 20 dez. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/286250-s%C3%A3o-tom%C3%A9-e-pr%C3%ADncipe-deixa-categoria-de-pa%C3%ADs-menos-desenvolvido>. Acesso em: 3 maio. 2025.

concretos, como a elevação gradual do nível do mar⁴⁶, o avanço da erosão costeira e alterações nos padrões de chuva que afetam diretamente a agricultura e a vida das comunidades. Diante desse cenário, torna-se urgente articular políticas públicas eficazes de preservação ambiental e de adaptação climática, voltadas não apenas à mitigação dos riscos, mas também à valorização dos saberes tradicionais e da resiliência das populações. Os recursos naturais do país, em especial sua biodiversidade única e endêmica, representam um patrimônio de valor inestimável, com potencial para fomentar caminhos sustentáveis de desenvolvimento, como o ecoturismo e a biotecnologia, desde que manejados com responsabilidade, justiça ambiental e respeito às gerações futuras. Assim, conforme explicita Marques e Quaresma (2024):

Das grandes derrubadas do século XIX em busca de mais superfície cultivável por onde expandir as lucrativas plantações cacaueiras, à preocupante desflorestação do século XXI tendo por objetivo a expansão da contundente ocupação humana, a procura de material para construção, a produção carvoeira ou a crítica desobstrução de terrenos que viabilize propagar culturas ambientalmente depredadoras, vai um passo bastante curto que não se mede em anos. Medir-se-á antes em posturas, em interdependência pessoas/natureza, em formas de encarar e garantir a sustentabilidade (*Ibidem*, 2024, p.23-24).

Nesse sentido, é fundamental reconhecer que a degradação ambiental não é um processo alheio à ação humana, mas sim profundamente enraizado em escolhas políticas, econômicas e culturais que desconsideram os limites ecológicos do arquipélago. Uma das questões mais alarmantes dessa lógica é a exploração predatória de recursos naturais, por exemplo, a prática de extração de areia, fator que tem gerado sérios impactos nos ecossistemas costeiros e agravado a vulnerabilidade de comunidades litorâneas de São Tomé e Príncipe. Acerca dessa problemática, conforme salienta Santos (2018):

Nos últimos anos não se tem dado atenção à proteção, conservação e utilização sustentável dos recursos naturais no país, o que é claramente notório pelas más práticas de exploração desses recursos. Atualmente, o estado das nossas orlas costeiras é alarmante e tem suscitado preocupação para o Governo, os Parceiros de Desenvolvimento e a própria Sociedade Civil; isto porque algumas pessoas insistem ainda em extrair areia diariamente como fonte de rendimento, entre elas, os militares que fazem-no usando e abusando do poder. A extração de areia tem sido nos últimos anos excessiva e indiscriminada, provocando a degradação das praias e impactos significativos nas alterações climáticas. Em STP além de furto de areia e a extração das dragas, a exploração dos recursos naturais nomeadamente os inertes é ainda muitas das vezes feita sem um estudo do impacto ambiental, e sem pensar nas futuras

⁴⁶ Ver: RFI – Radio France Internationale. COP29: Subida do nível do mar já levou à deslocação de populações em São Tomé e Príncipe. RFI – Convidado, 21 nov. 2024. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/programas/convidado/20241121-cop29-subida-do-n%C3%ADvel-do-mar-j%C3%A1-levou-%C3%A0-desloca%C3%A7%C3%A3o-de-popula%C3%A7%C3%B5es-em-s%C3%A3o-tom%C3%A9-e-pr%C3%ADncipe>.

consequências, na proteção ambiental e nos interesses das futuras gerações. Esta atividade tornou-se um fenómeno preocupante pelas suas implicações aos diferentes níveis, assumindo impactos negativos no plano social, no plano ambiental e no plano económico. Esta situação demonstra claramente que a situação da extração de areia em S. Tomé e Príncipe representa um entrave ao modelo de Desenvolvimento Sustentável que o país pretende seguir (Ibidem, 2018, p.17-18, grifo nosso).

Ainda de acordo com a autora (*Ibidem*), a prática indiscriminada de extração de areia em diversas áreas ao longo da faixa costeira do país, tem desencadeado e tende a agravar, num horizonte de curto a médio prazo, o avanço do mar sobre o território insular. Essa progressão da linha de costa em direção ao interior da ilha acarreta sérios riscos, sobretudo no que diz respeito ao agravamento dos processos erosivos. Populações que vivem próximas ao litoral encontram-se diretamente ameaçadas, assim como as infraestruturas rodoviárias ali implantadas, os empreendimentos turísticos e habitacionais já existentes e, de forma mais ampla, a própria sustentabilidade da atividade turística no país.

Desse modo, a contínua degradação florestal, aliada à pressão urbana desordenada e à exploração insustentável dos recursos naturais, escancara uma lógica de desenvolvimento ainda pouco atenta à integração entre conservação ambiental e justiça social. Nesse contexto, torna-se essencial repensar os modelos de uso da terra e de ocupação do território, incorporando princípios de gestão participativa e de educação ambiental crítica. A valorização das comunidades locais como protagonistas da proteção ambiental, reconhecendo seus saberes, práticas e vínculos com o território, deve ser central em qualquer estratégia de enfrentamento à crise ecológica. Além disso, a cooperação internacional pode desempenhar um papel relevante, sobretudo no apoio técnico e financeiro a projetos⁴⁷ que conciliem conservação da biodiversidade e desenvolvimento socioeconômico.

Portanto, o desafio ambiental em São Tomé e Príncipe revela-se também como uma oportunidade valiosa para a se pensar na construção de novos pactos ecológicos, mais justos e enraizados na corresponsabilidade entre gerações. Trata-se então de reconhecer que a preservação da natureza não é apenas uma escolha, mas uma condição indispensável para garantir a soberania nacional e o bem-viver.

Por fim, com relação ao campo político-institucional, este é marcado por uma trajetória de relativa estabilidade desde a transição para o regime democrático multipartidário⁴⁸ na década

⁴⁷ Ver: IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr. **Apoio às fileiras agrícolas de exportação de São Tomé e Príncipe.** Disponível em: <https://www.imvf.org/project/apoio-as-fileiras-agricolas-de-exportacao-de-sao-tome-e-principe/>. Acesso em: 7 ago. 2025.

⁴⁸ Ver: SANTOS, A. A. P. dos; MARRONI, E. V. PARA ALÉM DE ELEIÇÕES REGULARES: DEBATE SOBRE O CONTEXTO DEMOCRÁTICO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. **SciELO Preprints**, 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6879>. Acesso em: 7 ago. 2025.

de 1990. Contudo, essa conquista convive com desafios persistentes, ou seja, a recorrência de crises governamentais, disputas entre poderes e mudanças frequentes⁴⁹ na liderança política refletem uma instabilidade⁵⁰ que compromete a continuidade das políticas públicas e dificulta a consolidação de projetos de longo prazo. Além disso, a fragilidade das instituições, aliada à prevalência de práticas clientelistas e à lentidão do sistema judiciário, impõe limites concretos à ação do Estado. Esses entraves reduzem sua capacidade de responder de forma eficaz às demandas sociais e de construir um modelo de desenvolvimento que seja, ao mesmo tempo, inclusivo, duradouro e ancorado na justiça social.

Desde o advento da democracia que não se observam progressos significativos no processo de diálogo político. A maioria dos líderes partidários falam da importância do diálogo para aproximar as posições e realizar consensos sobre os grandes problemas do país, mas poucas são as iniciativas para o concretizar e alcançar acordos emblemáticos. A falta de comunicação e interação contínuas entre os líderes políticos contribuíram para a recorrente instabilidade política no país. A maioria dos líderes políticos têm colocado os seus interesses pessoais e partidários acima dos interesses nacionais, relegando para um segundo plano o objectivo de desenvolver o país e realizar o bem-estar colectivo (PNUD, 2019, p.21, grifo nosso).

Tal postura compromete não apenas a governabilidade democrática das nações, mas também enfraquece a implementação de políticas públicas duradouras e a consolidação de instituições que funcionem de maneira eficaz e legítima. Em vez de um ambiente pautado pela cooperação e pelo diálogo, o que se observa são ciclos recorrentes de tensão, desconfiança e rupturas institucionais (fator recorrente em muitos países, não apenas africanos), que corroem a estabilidade do Estado e reduzem consideravelmente a sua capacidade de sanar as problemáticas populacionais.

Visto isso, conforme ressalta Mbembe (2016), não há possibilidade de construir um futuro sustentável para os países africanos sem uma crítica radical às formas de governança herdadas da colonialidade, nem sem o devido reconhecimento das epistemologias locais como fontes legítimas de saber e orientação. Portanto, reorientar a ação pública em direção ao bem comum, exige mais do que reformas técnicas, requer então sensibilidade às vozes e realidades sociais, compromisso com a justiça e a dignidade humana, e, sobretudo, uma reconstrução democrática enraizada nas vivências, valores e aspirações próprias do continente africano.

⁴⁹ Ver: TÉLA NÓN. **Foi demitido o XVIII Governo Constitucional liderado por Patrice Trovoada**. Téla Nón, 06 jan. 2025. Disponível em: <https://www.telanon.info/politica/2025/01/06/46949/foi-demitido-o-xviii-governo-constitucional-liderado-por-patrice-trovoada/>. Acesso em: 7 ago. 2025.

⁵⁰ Ver: MEDEIROS, Óscar. **Patrice Trovoada e seu Governo demitidos pelo Presidente são-tomense**. VOA Português, 6 jan. 2025. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/patrice-trovoada-e-seu-governo-demitidos-pelo-presidente-s%C3%A3o-tomense/7926414.html>. Acesso em: 7 ago. 2025.

Da mesma forma, segundo explana Hountondji (2002), é preciso revalorizar e buscar nos saberes locais, a construção de instituições políticas que dialoguem com as realidades socioculturais africanas, superando a mera imitação de modelos ocidentais. Em São Tomé e Príncipe, isso significa incorporar práticas comunitárias e investir na educação política da juventude como eixo estratégico para o fortalecimento democrático.

CAPÍTULO 3 – A presença santomense na UNILAB

Neste capítulo, exploramos a presença dos estudantes de São Tomé e Príncipe na UNILAB, com foco em suas características socioculturais, expectativas e vivências acadêmicas. Nesse ambiente, esses estudantes compõem um grupo significativo e singular, que carrega consigo histórias, aspirações e desafios que refletem tanto as realidades do arquipélago africano quanto as complexidades do deslocamento internacional em busca por formação superior. A análise inicia-se expondo alguns dados relevantes e uma tentativa de mapeamento do perfil desses estudantes, considerando aspectos como faixa etária, origem social, trajetória e suas áreas de formação.

Em seguida, investigam-se as motivações que os levaram a optar pela UNILAB, as rotas percorridas até o ingresso e os desafios enfrentados em sua trajetória, tanto no plano acadêmico quanto pessoal.

Por fim, examinam-se as experiências de integração no ambiente universitário, com destaque para os encontros interculturais e os tensionamentos que atravessam o cotidiano desses estudantes no Brasil. Trata-se, portanto, de compreender como a vivência na UNILAB contribui para a formação desses sujeitos, bem como para a construção de vínculos transnacionais no espaço da lusofonia, ou como preferimos aqui destacar, na diáspora santomense em terras brasileiras.

3.1. O Perfil dos estudantes santomenses da UNILAB

A presença de estudantes de São Tomé e Príncipe na UNILAB vai muito além de dados estatísticos e de relatórios sobre a internacionalização do ensino superior brasileiro. Ou seja, reflete de forma viva e cotidiana, um projeto geopolítico e pedagógico que busca reconfigurar os laços históricos entre o Brasil e os PALOP, porém, conforme mencionamos anteriormente, tal projeto é passível de críticas. Esses estudantes não chegam como simples receptores de conhecimento, mas como sujeitos complexos, dotados de conhecimentos e visões de mundo singulares, que carregam consigo trajetórias marcadas por migrações, projetos familiares, expectativas pessoais e pela necessidade constante de reinventar suas identidades num espaço de encontros e desencontros do Sul Global.

Tomando como base as observações etnográficas e análises realizadas para esta pesquisa, podemos enfatizar que, do ponto de vista socioeconômico, alguns desses/as

estudantes provêm de famílias com rendimentos relativamente modestos, com forte presença de mulheres jovens, muitas vezes as primeiras de suas famílias a cursarem uma formação de nível superior. Alguns desses/as jovens oriundos de bairros periféricos da cidade de São Tomé ou de comunidades rurais, bem como da ilha de Príncipe. A decisão de estudar no exterior, especialmente no Brasil, está atrelada à busca por mobilidade social, fator linguístico em comum, ao desejo de ampliar horizontes profissionais e ao reconhecimento da educação como ferramenta de transformação pessoal e social. Em sua maioria, durante a sua chegada no Brasil, são jovens entre 18 e 26 anos, com escolarização prévia realizada em instituições públicas e privadas, e um histórico escolar marcado tanto por particularidades estruturais do país quanto por uma adaptação pedagógica e curricular que se destaca aos moldes portugueses⁵¹.

Alguns relatos revelam alguns vislumbres de trajetórias de superação que contrastam com o ideal meritocrático muitas vezes naturalizado no ambiente universitário brasileiro. Por exemplo, Ana Rodrigues⁵², estudante de Enfermagem e filha de uma vendedora da ilha de São Tomé, ao chegar no Brasil (Ceará), descreve ter enfrentado uma espécie de “dupla transição”, ou seja, para além de adaptar-se à vida e sistema universitário brasileiro, ao mesmo tempo, teria que sobreviver ao impacto cultural de estar sozinha em um outro país. Relata a estudante, que, “[...] na UNILAB, dei conta que estudar não é só mexer nos livros e fazer os trabalhos que professores mandam, é saber viver fora de casa, ter juízo no lugar e cuidar da forma como exprimimos”. (*Ibidem*, entrevista concedida em fevereiro de 2025).

Esses testemunhos de estudantes como Ana evidenciam que o percurso acadêmico na UNILAB transcende os limites da sala de aula e impõe desafios que colocam em xeque a narrativa meritocrática frequentemente associada ao sucesso universitário. Nesse sentido, conforme salienta Souza (2019), é fundamental reconhecer que as desigualdades educacionais não se superam apenas com esforço individual, mas exigem o enfrentamento das estruturas que condicionam o acesso, a permanência e o sucesso no ensino superior:

No caso de estudantes que ingressam em instituições fora de seu país de origem, essa fase é ainda mais peculiar, pois representa uma cisão temporária (ou não) com os laços familiares, laços de amizade e com a realidade na qual estava adaptado. Depois dessa primeira fase, o estudante passa por um processo de transição no meio universitário. Nesse momento de transição, o discente terá que adquirir novos comportamentos e normas condizentes com a realidade e com o contexto social no qual está inserido. As primeiras fases podem provocar no estudante desorientação, tristeza e dificuldades de

⁵¹ Nesse sentido, podemos citar o Liceu Nacional de São Tomé e Príncipe, a Escola Internacional de São Tomé e Príncipe, a Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe (CELP, antigo IDF) e a Escola Secundária de Guadalupe está localizada no distrito de Lobata.

⁵² Os nomes de alguns dos entrevistados/as desta pesquisa foram preservados, exceto nos casos em que os depoimentos utilizados já haviam sido publicados em sites ou outras fontes acessíveis ao público.

se inserir em uma nova realidade. A fase da integração diz respeito ao momento em que o estudante absorve os novos comportamentos e normas daquela realidade e estabelece novas interações com os atores envolvidos no processo, como professores, funcionários e seus pares. (*Ibidem*, 2019, p.65, grifo nosso)

Em ambas as colocações acima, podemos perceber a complexidade do processo de adaptação, que inclui a pressão acadêmica, as barreiras linguísticas (apesar da língua comum em questão ser partilhada entre Brasil e os PALOP, ou seja a Língua Portuguesa), e os choques culturais mais evidentes e sutis. Além dos desafios acadêmicos, os/as estudantes santomenses enfrentam uma série de questões ligadas à sua permanência. O atraso no pagamento de bolsas de apoio internacional, a dificuldade em arcar com o aluguel de moradias estudantis e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal e informal brasileiro são questões que afetam diretamente o bem-estar dessa população (isso serve também para os estudantes oriundos dos outros PALOP). Nesse sentido, conforme relata Adaziza Santiago, ex-líder estudantil e egressa santomense do curso de Enfermagem da UNILAB, destaca o impacto do atraso de mais de um ano no pagamento das bolsas estudantis fomentadas pelo governo de seu país, ou seja, São Tomé e Príncipe:

Fiz carta, mandei para a diretora do ensino, mandei para a ministra da educação por e-mail, e também fiz a impressão e pedi alguém para entregar, e a pessoa entregou, e assinaram, mandaram a foto que foi entregue. [...] Estudantes a trancarem a universidade e irem a procura de emprego. [...] outros que continuam a estudar precisam viver na casa de um amigo contando com a ajuda familiar, por que sem o tal valor da bolsa, não conseguem pagar o aluguer da casa nem satisfazer outras necessidades básicas como alimentação. [...] eu espero que eles paguem o valor como ele pagaram outros estudantes que estão na diáspora, por que a gente tem as mesmas necessidades que outros estudantes, embora o Brasil não esteja em guerra, as coisas aqui estouraram, tudo aqui está caro. (Adaziza Santiago, entrevista concedida a RSTP em 2022⁵³, grifo nosso).

Em outro exemplo, Diego Conceição, egresso do curso de Engenharia de Energias, expõe a complexidade de ser imigrante e estudante na diáspora brasileira, em certos momentos, “[...] estávamos numa situação muito complicada. Não éramos brasileiros, e não tínhamos quem ajudassem-nos. Quando dinheiro falta, quem tem família e amigos aqui se vira, quem não tem, passa fome em silêncio.” (*Ibidem*, entrevista concedida em fevereiro de 2025).

Os relatos acima, evidenciam não apenas as dificuldades enfrentadas individualmente por esses/as, mas, também um contexto mais amplo em que tais experiências se desenrolam.

⁵³ Ver: SANTOS, João. Estudantes são-tomenses no Brasil em dificuldades e sem bolsa há mais de um ano. *Rádio São Tomé e Príncipe*, 5 ago. 2022. Disponível em: <https://rstp.st/2022/08/05/estudantes-sao-tomenses-no-brasil-em-dificuldades-e-sem-bolsa-ha-mais-de-um-ano/>. Acesso em: 7 ago. 2025.

Isto é, diante da ausência de suporte institucional e familiar, muitos estudantes santomenses acabam mobilizando estratégias coletivas de sobrevivência e afeto. É justamente nesse entrecruzamento entre vulnerabilidade e agência que se fortalecem as práticas de solidariedade, ressignificadas a partir dos vínculos forjados na diáspora, que ajudam a suportar a caminhada universitária no Brasil.

Entretanto, o perfil dos estudantes santomenses da UNILAB também é marcado por formas singulares de resistência e reconfiguração cultural. Observa-se, com frequência, a constituição de redes de apoio comunitário entre estudantes dos PALOP, nas quais circulam alimentos, cuidados e soluções às adversidades que surgem. Percebemos, que tais redes funcionam como uma forma de prolongamento das práticas de solidariedade típicas da vida comunitária nas ilhas maravilhosas⁵⁴, no entanto, essas ganham novas configurações no território brasileiro.

Nesse sentido, a vivência acadêmica na UNILAB, tanto no Ceará como na Bahia, é também um exercício de tradução cultural e política, onde se articulam pertencimentos múltiplos, desafios de adaptação e a busca por um lugar de fala e de construção coletiva. Visto isso, o associativismo estudantil se destaca, para além da Associação dos Estudantes de São Tomé e Príncipe na UNILAB (AESTP), na Associação dos Estudantes Angolanos na UNILAB-CE (AEAU), Associação dos Estudantes Cabo-Verdianos na UNILAB (AECVU), Associação dos Estudantes Guineenses na UNILAB-CE (AEGU), Associação dos Estudantes Moçambicanos na UNILAB (AEMOZ-UNILAB) e Associação dos Estudantes do Timor Leste na UNILAB (AETLU), e Associação de Estudantes e Amigos da África (ASEA) que surgiu no campus de São Francisco do Conde.

Há ainda um fortalecimento identitário a partir da produção cultural, rodas de conversa, saraus poéticos e apresentações culturais promovidas pela AESTP com apoio institucional da UNILAB, por exemplo, as comemorações alusivas ao dia da Independência de São Tomé e Príncipe (isso se estende também as comemorações dos estudantes dos outros PALOP e Timor-Leste), que se tornaram espaços importantes de afirmação cultural e política.

No aspecto acadêmico e simbólico, muitos desses estudantes sentem na pele a tensão entre o ideal da UNILAB, ou seja, uma universidade pensada “do Sul para o Sul”, e as dificuldades do dia a dia marcadas por experiências de racismo, exclusão e entraves burocráticos. Apesar desses desafios, os estudantes dos PALOP e Timor-Leste, têm exercido um papel fundamental na vitalização da vida universitária. Com suas trajetórias, têm

⁵⁴ Assim são chamadas as ilhas de São Tomé e Príncipe pelos próprios santomenses.

impulsionado discussões importantes sobre epistemologias e línguas africanas, a história do continente e caminhos de desenvolvimento enraizados nos saberes locais.

Figura 2: Apresentação de dança tradicional santomense (ússua) na celebração da independência de São Tomé e Príncipe realizada na UNILAB em 2012.



Fonte: UNILAB, 2012.

Os/as estudantes santomenses, assim como seus colegas dos demais PALOP, carregam em suas vivências uma bagagem de conhecimentos e visões de mundo que, muitas vezes, não encontram reconhecimento no currículo, nas metodologias de ensino nem nas práticas institucionais. Ainda que inseridos em um espaço que se diz de integração internacional e intercultural, muitos e muitas relatam sentir-se estranhos dentro da própria universidade, enfrentando o desafio de negociar suas identidades culturais e acadêmicas diante de um contexto que, muitas das vezes, exige adaptações unilaterais. Isso gera o que Spivak (1985) e Mbembe (2018) refletem enquanto “violência epistêmica” e “epistemicídio”, na medida em que saberes africanos e subalternizados são silenciados ou enquadrados dentro de categorias e sistemas ocidentais que não lhes são próprias. Nesse viés, Carneiro (2005), complementa essa visão, ao afirmar:

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a

condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. (*Ibidem*, p. 97, grifo nosso).

No entanto, é justamente no enfrentamento dessas contradições que esses estudantes têm criado formas alternativas de pertencimento e resistência. A atuação em coletivos culturais, movimentos estudantis, rodas de conversa e grupos de pesquisa tem se configurado como estratégias de visibilidade e valorização de suas culturas de origem. Em particular, os debates sobre línguas africanas e crioulas, religiões tradicionais, sistemas agrícolas comunitários, empreendedorismos locais, matrizes filosóficas africanas e oralidade como forma legítima de transmissão do saber, têm contribuído para alargar a compreensão sobre tais epistemologias da universidade. Dessa forma, as experiências desses e dessas estudantes transformam a UNILAB num espaço potente de uma reinvenção da universidade em contexto local e global, tensionando seus limites e ampliando suas possibilidades.

Figura 3: Recital de poesia protagonizado por uma estudante santomense durante as celebrações da independência de São Tomé e Príncipe, realizadas na UNILAB em 2012.



Fonte: UNILAB, 2012.

Além disso, o protagonismo desses estudantes revela muito sobre a importância de compreender o espaço universitário não apenas como lugar de formação técnica ou científica, mas, principalmente como campo de disputa simbólica e política. Conforme defende Paulo

Freire (1996), a educação é um ato político por excelência e, nesse contexto, a presença dos estudantes dos PALOP não deve ser reduzida a uma dimensão utilitarista e culturalista.

Segundo dados internos fornecidos pela própria universidade, especificamente com base nas informações disponibilizadas pela Pró-Reitora de Graduação (PROGRAD/UNILAB) para esta pesquisa, referentes à formação de quadros até meados de 2025, no qual consta cento e três (103) estudantes formados oriundos de São Tomé e Príncipe, distribuídos principalmente nos cursos de Agronomia, Administração Pública, Ciências Biológicas, Enfermagem, Engenharia de Energias, História, Humanidades, Letras -Língua Portuguesa, Pedagogia, Relações Internacionais e Sociologia. A escolha desses cursos reflete, em muitos casos, uma tentativa de retorno estratégico ao país de origem com formação voltada para áreas estruturantes do desenvolvimento nacional. (UNILAB, 2025). A tabela abaixo ilustra bem tal pensamento.

Figura 4: (Tabela 1) Egressos Santomenses da UNILAB por curso até o 1º semestre de 2025.

CURSO	QUANTIDADE DE EGRESSOS/AS
HUMANIDADES	21
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	20
ENGENHARIA DE ENERGIAS	23
ENFERMAGEM	10
AGRONOMIA	10
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	5
PEDAGOGIA	3
CIÊNCIAS SOCIAIS	3
SOCIOLOGIA	3
LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	3
HISTÓRIA	1
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1
TOTAL GERAL	103

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir de relatório da PROGRAD/UNILAB, (2025).

Contudo, é importante frisar que o perfil desses estudantes não é estático, ou seja, é continuamente moldado pelas políticas migratórias brasileiras, pelas variações no cenário socioeconômico e político dos países de origem, e pelas dinâmicas internas da própria instituição. Conforme afirma Evaristo Lopes, egresso do curso de Relações Internacionais, residente na cidade de São Tomé, “[...] nós não viemos só buscar diploma. Viemos buscar

conhecimento para desenvolver São Tomé. Nessa diáspora, estamos também a nos descobrir.” (*Ibidem*, entrevista concedida em março de 2025).

Com isso, os estudantes santomenses da UNILAB não podem ser reduzidos a uma simples estatística, muito menos romantizados como símbolo de integração internacional da lusofonia afro-brasileira. É preciso também compreendê-los em suas complexidades, como sujeitos históricos dotados de capital cultural, atravessados por contradições, esperanças, humanidades e lutas cotidianas. Tal perfil é, antes de tudo, o retrato vivo de um projeto de educação internacional que ainda busca concretizar-se plenamente.

Nesse cenário, merece destaque o compromisso institucional da UNILAB com a proposta de educação superior voltada para a integração solidária e a cooperação entre os povos, especialmente no âmbito da CPLP. Podemos perceber, que tal missão se materializa, entre outras diversas ações, sobretudo na reserva de parte das vagas de seus cursos de graduação para estudantes oriundos desses países parceiros. Conforme destacado acima, o ingresso se dá por meio do PSEI, realizado anualmente e regido por edital específico, amplamente divulgado tanto no site da universidade quanto na página da Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais (PROINTER), bem como nas redes sociais Instagram e Facebook.

A Unilab destina um percentual de suas vagas nos cursos de graduação para cidadãos nacionais de outros países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Para concorrer a uma dessas vagas, é necessário participar do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais (PSEI) e ser aprovado no certame. O processo seletivo é regido por edital específico, divulgado no portal da Unilab e no site da Prointer. (UNILAB, 2023, p. 4).

Assim, para além da afinidade linguística e cultural com o Brasil, muitos estudantes santomenses, veem na UNILAB uma oportunidade concreta de acesso ao ensino superior público e gratuito. Isso representa uma ponte entre o local e o global, um espaço onde podem manter vivas suas referências culturais ao mesmo tempo em que acessam novas formas de conhecimento. A presença de uma comunidade africana ativa, aliada ao acolhimento de profissionais com vivência internacional, contribui significativamente para o sentimento de pertencimento e reforça o desejo de permanecer e construir caminhos nesse ambiente.

Além disso, muitos desses jovens carregam o firme propósito de regressar a São Tomé e Príncipe com uma formação sólida, capazes de contribuir ativamente para o desenvolvimento do país. As perspectivas variam de acordo com suas áreas de formação, redes de apoio e desempenho acadêmico. Uma parcela significativa expressa o desejo de retornar ao país de origem para atuar em setores prioritários, como a engenharias, docência e a saúde pública,

fortalecendo as estruturas locais. Outros, por sua vez, almejam dar continuidade à formação acadêmica, buscando oportunidades em programas de pós-graduação no Brasil ou em outras instituições internacionais, ampliando ainda mais seu repertório técnico e científico antes de contribuir diretamente com o desenvolvimento santomense.

Independentemente dos rumos que cada um venha a seguir, a passagem pela UNILAB constitui um marco transformador na vida pessoal e acadêmica desses estudantes. Muito além da obtenção de um diploma, essa vivência representa a ampliação de horizontes, o contato com diferentes realidades e o fortalecimento de uma consciência identitária mais enraizada e crítica.

Ao conviver com a diversidade cultural dos países de língua portuguesa e com os desafios próprios de uma universidade que se propõe a ser um projeto de integração Sul-Sul, esses/as jovens são levados a refletir sobre si, sobre suas origens e sobre o papel que podem desempenhar em suas sociedades. Trata-se, portanto, de uma experiência formativa no sentido mais amplo do termo, ou seja, ela não apenas habilita tecnicamente, mas também desperta o engajamento social, aprofunda a sensibilidade política e estimula a atuação consciente nos diversos espaços públicos que ocupam.

3.2. Motivações, trajetórias e desafios diversos

O percurso acadêmico dos/as estudantes santomenses na UNILAB é marcado por um conjunto de desafios estruturais e subjetivos que influenciam diretamente seu desempenho e permanência. Esses obstáculos se manifestam em diversas aspectos e situações, exigindo resistência contínua por parte dos discentes. Um dos primeiros desafios percebido está relacionado às diferenças⁵⁵ curriculares entre o ensino médio em São Tomé e Príncipe e o modelo acadêmico adotado pelas instituições brasileiras. Muitos estudantes (também de outros PALOP) chegam à UNILAB com divergências em conteúdos de disciplinas como matemática, física e português, o que gera uma desvantagem inicial em relação aos colegas brasileiros.

Além disso, conforme enunciado no tópicos anteriores, as dificuldades econômicas são um fator persistente. A maioria dos estudantes santomenses depende de bolsas oferecidas pela própria universidade ou por programas de cooperação internacional, como o PEC-G. No entanto, esses auxílios frequentemente são insuficientes (ou quando na maioria das vezes há

⁵⁵ Com relação ao aspecto linguístico, ver: IMBIRI, Felismina Lopes. **A variação linguística e a presença dos PALOP nos livros didáticos de língua portuguesa do Ensino Médio brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa), UNILAB, São Francisco do Conde, 2023. 23 f. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/4086>. Acesso em: 27 maio. 2025.

atrasos do pagamento das bolsas oriundas de seus países de origem, conforme exemplificado nos tópicos anteriores) para cobrir os custos de vida no Brasil, especialmente em relação à alimentação, transporte, material acadêmico e outras despesas que surgem no cotidiano.

Diante desse cenário, compreendemos que o processo de adaptação ao sistema acadêmico brasileiro demanda esforços significativos por parte dos estudantes, especialmente nos primeiros momentos da trajetória universitária. Alguns enfrentam dificuldades em disciplinas como matemática, língua portuguesa e ciências naturais, o que pode impactar negativamente no rendimento inicial. Soma-se a isso a carência de políticas institucionais mais sensíveis ao contexto intercultural em questão, como programas de tutoria mais densos, acompanhamento pedagógico e espaços de escuta contínua, que poderiam facilitar a integração acadêmica e minimizar os desafios enfrentados nesse período de transição.

Apesar disso, existem algumas ações que a UNILAB dedica à formação acadêmica dos estudantes dos PALOP, por meio da Pró-Reitora de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAE), em parceria com a Pró-Reitora de Graduação (PROGRAD) e a Pró-Reitora de Relações Institucionais e Internacional (PROINTER), que tem desenvolvido iniciativas que visam acolher inicialmente e acompanhar, os/as estudantes estrangeiros e também brasileiros.

Ou seja, o objetivo dessas ações, é garantir não apenas o acesso, mas sobretudo a permanência qualificada e bem-sucedida desses alunos na universidade, respeitando suas trajetórias, origens e singularidades.

Por exemplo, o Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Estrangeiros (PAIE), instituído pela Resolução nº 28/2014/CONSUNI, é conduzido pela Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAE). Tal programa foi pensado justamente para tornar a chegada dos estudantes internacionais à universidade mais acolhedora e menos solitária, desde o momento em que o estudante confirma sua intenção de matrícula, ainda em seu país de origem, quando começa um processo de acompanhamento que se estende por várias dimensões da vida acadêmica e pessoal. São oferecidas orientações sobre adaptação à rotina universitária, questões burocráticas como regularização de documentos, acesso à saúde, alojamento, e inclusão no Programa de Assistência ao Estudante (PAES). Tudo isso, inicialmente, por meios virtuais, garantindo um relativo apoio desde os primeiros passos (UNILAB, 2014).

Ainda sobre o PAIE, um dos pilares é a participação dos próprios estudantes veteranos, que são cuidadosamente selecionados e preparados para atuarem como tutores. Esses tutores desempenham um papel essencial ao acompanhar os calouros estrangeiros nos primeiros meses de universidade, ajudando-os a se sentirem acolhidos, confiantes e mais integrados ao novo

ambiente. Ao chegar à instituição, o novo estudante é, sempre que possível, recebido na casa de um(a) veterano(a) disposto(a) a compartilhar moradia nesse início de jornada. Durante aproximadamente três meses, ou até que o ingressante esteja mais ambientado, ocorrem encontros periódicos com os envolvidos no processo. Essas reuniões são momentos valiosos não só para acompanhar o bem-estar dos estudantes, mas também para aprimorar continuamente as práticas de acolhimento e integração (UNILAB, 2014).

Entretanto, ainda existem obstáculos que comprometem a plena efetivação desses serviços. Entre os principais, estão a limitação de recursos financeiros e humanos, a rigidez dos processos burocráticos, as falhas na comunicação interna e a carência de uma infraestrutura capaz de acompanhar o crescimento e a diversidade da comunidade acadêmica da UNILAB. Esses entraves acabam restringindo o alcance das ações, que muitas vezes não conseguem beneficiar todos/as os/as estudantes de maneira equitativa e eficiente.

Visto isso, percebemos em algumas falas os processos de adaptação contínuos, permeados por desafios profundos. Conforme coloca Luiza Fernandes, egressa do curso Agronomia, oriunda da cidade de São Tomé:

[...] quase todos os dias eu chorava. Dava-me muita saudade de casa, da comida da terra, do jeito de ser do nosso povo. Lá tudo era estranho, diferente. A língua em si nem era tanto o problema, mas o sotaque de vocês deixava-me confusa. Eu não conseguia entender bem, e eu também não apanhava direito a forma apressada e seca como vocês falam. Sentia-me perdida nas aulas. Tinha vergonha de perguntar qualquer coisa ao professor, com medo que pensassem que eu era parva. (Luiza Fernandes, entrevista concedida em fevereiro de 2025).

O relato acima, nos mostra de forma potente os atravessamentos subjetivos da mobilidade acadêmica internacional. Ou seja, muito além das dificuldades com a língua ou com os conteúdos curriculares, tal fala revela uma dor mais profunda, marcada pela sensação de desenraizamento e pela necessidade de se reinventar em um novo espaço, onde nem sempre há margem para a escuta sensível e compreensiva. O modo de falar, o ritmo das explicações, os códigos culturais implícitos e explícitos nos olhares alheios, nas expressões faciais e gestuais, tudo isso pode se transformar em barreira para quem se vê desamparado/a, subitamente, inserido/a em um contexto estranho e pouco familiar.

Ainda conforme a fala da egressa, a qual nos primeiros meses de adaptação acadêmica evitava fazer perguntas durante as aulas por receio de parecer “atrasada”, ou, de reforçar estereótipos sobre estudantes africanos. Tal comportamento e percepção também é compartilhado por outros/as estudantes dos PALOP, conforme enfatizada pela fala de Ângela

Ceita, estudante do curso de Enfermagem e oriunda de Guiné Bissau, complementa que, “[...] às vezes eu ficava com dúvidas, mas optava por ficar calada. Tinha a impressão de que, sempre que falava, o ambiente mudava de repente. [...] parecia que eu estava a incomodar ou a cortar o ritmo das coisas. Então passei a escrever tudo e a tentar compreender sozinha” (*Ibidem*, entrevista concedida em março de 2025). Percebemos então que essa prática constitutiva do silêncio estudantil, pode ser fruto de inseguranças acumuladas na chegada no Brasil e início de adaptação social, bem como da ausência de acolhimento pedagógico efetivo, ou seja, representa um tipo de mecanismo de autodefesa ou autopreservação frente à sensação constante de inadequação e sofrimento de preconceitos.

Visto isso, os desafios relacionados à xenofobia e aos preconceitos, muitas vezes sutis, outras vezes explícitos, vivenciados por estudantes africanos nos espaços acadêmicos e sociais, constroem a luta por visibilidade, por representatividade estudantil e pelo reconhecimento das diferenças culturais. Pois, em muitos casos, essas vivências são silenciadas, relativizadas ou tratadas como meras exceções. No entanto, elas revelam um cotidiano onde o ideal de integração ainda convive com práticas excludentes⁵⁶. Comentários irônicos sobre sotaques e modos de falar e se expressar, olhares carregados de preconceito, a invisibilização de saberes africanos em sala de aula ou mesmo a ausência de referências culturais negras e africanas nos currículos não são meros detalhes. São expressões sutis, porém não menos cruéis de uma exclusão que se apresenta de maneira velada. Ou seja, estamos falando de um sistema que reproduz desigualdades históricas e exige desses estudantes um esforço dual redobrado, aprender e, ao mesmo tempo, afirmar-se enquanto sujeitos.

Nesse cenário, estar na UNILAB é, também, um ato de resistência protagonizada pelas lutas que a compõe. Ocupar espaços de fala, criar coletivos e associações, promover rodas de conversa, reivindicar políticas inclusivas e afirmar suas identidades diante da invisibilização, são formas de insurgência⁵⁷.

Mais do que integrar-se a uma instituição, esses estudantes tensionam e transformam o espaço universitário com sua presença e suas demandas legítimas. Afinal, não há como se falar em internacionalização do ensino superior brasileiro ou em cooperação Sul-Sul, enquanto os

⁵⁶ Ver: LIMA, David Ferreira. **Entre a integração e o estranhamento:** interculturalidade e conflitos na inserção de estudantes migrantes dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) na Unilab/CE. 2021. 175 f. Dissertação (Mestrado em Humanidades) – Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2432>. Acesso em: 11 out. 2025.

⁵⁷ Sobre tal aspecto, ver: SANTOS, G. S. Espaços de insurgência, espaços de cidadindade: a mobilização social e sua espacialidade. **Revista GeoUECE**, [S. l.], v. 11, n. 20, p. e202203, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/view/8690>. Acesso em: 17 jun. 2025.

sujeitos que dela fazem parte, continuam sendo tratados/as como estrangeiros permanentes dentro de um projeto que deveria, em essência, ser também seu.

Os casos acima estão longe de seres fatos isolados, outros estudantes relatam vivências semelhantes. Daniela Tavares, egressa do curso de Administração Pública, oriunda da cidade de São Tomé, por exemplo, descreve como o primeiro semestre foi um tempo de sobrevivência: “[...] eu perguntava-me todos os dias, o que é que eu tô mesmo a fazer aqui? Sentia falta do meu país, da comida, da minha família. Achava que não podia reclamar, porque estar em Brasil era uma oportunidade. Mas verdade é que é uma solidão que dói. [...] às vezes, mesmo rodeada de amigos, eu sentia-me sozinha” (Daniela Tavares, entrevista concedida em março de 2025).

Segundo a fala da egressa, entendemos que a própria estrutura universitária, mesmo quando voltada para a cooperação internacional, como no caso da UNILAB, ainda reproduz lógicas de centralidade cultural brasileira e ocidental, deixando pouco espaço para uma convivência mais horizontal.

Apesar da existência das iniciativas institucionais de acolhimento, nem sempre são suficientes ou adequadamente ajustadas às realidades culturais e afetivas dos estudantes dos PALOP e de Timor-Leste. Em algumas ocasiões, tutorias são oferecidas, palestras de integração são realizadas e serviços de assistência estudantil são pensados juntamente com profissionais do serviço social que se esforçam para garantir ações de permanência. No entanto, tais ações, por vezes, mantêm uma abordagem extremamente burocrática, descolada da dimensão afetiva e simbólica da experiência migratória. Segundo explica Milton Smedo, egresso de Humanidades, oriundo da cidade de São Tomé, “[...] a pessoa acaba por perder o seu jeito, deixa de ser visto como alguém com nome e história. [...] vira número, uma matrícula. Só quem está longe da sua terra sabe como custa estudar com a cabeça pesada, a pensar na família que ficou, no visto que está quase a caducar e no dinheiro que mal chega para acabar mês” (Milton Smedo, entrevista concedida em março de 2025).

Essas narrativas evidenciam que as barreiras enfrentadas pelos estudantes estrangeiros são múltiplas, indo desde as dificuldades materiais como moradia precária, alimentação insuficiente, falta de recursos para transporte, até os desafios emocionais e simbólicos, relacionados à identidade, à autoestima e ao sentimento de pertencimento. Ou seja, estar em uma universidade construída com um ideal de integração entre povos do Sul global não garante, por si só, a vivência de uma inclusão real. A sugestão é que, esse ideal de integração internacional da lusofonia afro-brasileira se traduza em políticas efetivas de cuidado,

principalmente saúde físico-mental, escuta contínua e valorização das diferenças que estão em evidência no contexto das cidades que abrigam a UNILAB.

A escuta atenta a esses testemunhos deve servir como ponto de partida para a construção de práticas pedagógicas e política mais sensíveis e contextualizadas. Não basta apenas garantir o acesso ao ensino superior, é preciso assegurar que esse acesso se transforme em permanência digna, em crescimento e continuidade humana, em possibilidade de crescimento pessoal e coletivo. Não apenas a UNILAB, mas as universidades enquanto instituições produtoras de conhecimentos, precisam urgentemente de reinvenção constante, abrindo espaço para a diversidade de trajetórias, para a pluralidade de saberes e para a construção de laços solidários.

Nesse sentido, algumas iniciativas desenvolvidas por grupos de estudantes e professores ganham destaque, como projetos de extensão voltados para a valorização das culturas africanas (conforme já citado no capítulo anterior), rodas de conversa sobre saúde mental de estudantes migrantes e ações de formação intercultural. Essas ações, ainda que esporádicas e, por vezes, limitadas frente à complexidade dos desafios migratórios e acadêmicos da UNILAB, configuram esforços tangíveis de acolhimento e valorização das singularidades que marcam a experiência dos estudantes dos PALOP e Timor-Leste. Contudo, apesar desses esforços, a realidade vivenciada por muitos estudantes segue marcada por desafios profundos, conforme destaca Sá (2024) ao tomar sua própria experiência na instituição para produção científica:

Nos primeiros meses como caloura universitária apresentei constante irritabilidade, insônia, dificuldade de concentração, isolamento social, distúrbios intestinais como desconforto e dor abdominal, por vezes, acompanhada de fezes diarreicas e prisão de ventre, problemas dermatológicos severos, como dermatite eritematosa, altas temperaturas cutâneas, manchas avermelhadas na pele que escureceram com o tempo e perda de peso. Meu corpo e meu psicológico evidenciaram o mal-estar que com esta pesquisa eu pretendi entender melhor. Ao chegar em Redenção me deparo com todo um processo de adaptação sociocultural e percebo que recebia um tratamento relacional hostil. Percebo também o olhar preconceituoso e manifestações racistas, xenofóbicas, repletas de estereótipos acerca da minha pessoa e do meu lugar de origem. (*Ibidem*, 2024, p.2).

A experiência acima nos revela, de forma incisiva, que os processos migratórios, quando atravessados por desigualdades raciais, culturais e institucionais, não se reduzem simplesmente a deslocamentos geográficos, mas engendram também deslocamentos subjetivos profundos, que afetam corpos, mentes e identidades. Nesse contexto, o sofrimento vivenciado por muitos e muitas estudantes não pode ser encarado como algo isolado ou meramente pessoal. Ele enfatiza, na verdade, as engrenagens de estruturas sociais e institucionais que, mesmo em ambientes que se propõem interculturais e acolhedores, acabam por reproduzir mecanismos às

vezes não tão sutis, de pura exclusão. A trajetória acadêmica desses/as jovens, especialmente daqueles/as que vêm dos PALOP, carrega marcas profundas de desafios emocionais, dificuldades pedagógicas e limitações financeiras. São experiências que escancaram a fragilidade das políticas de apoio estudantil, evidenciando a falta de acompanhamento psicológico contínuo, de tutoria acadêmica contextualizada e de ações concretas para o enfrentamento das violências, sejam elas simbólicas, linguísticas, raciais ou institucionais.

Mais do que números ou gráficos bem elaborados, são os relatos como o de Sá (2024) que escancaram a permanência de um imaginário colonial ainda enraizado nas práticas institucionais e nos vínculos cotidianos. Há, nas entrelinhas dessas vivências, marcas profundas de silenciamento, subalternização e invisibilização, que desafiam o próprio ideal de um espaço universitário intercultural. Nessas condições, o que se chama de acolhimento não pode se limitar ao calor e atitudes iniciais das semanas de recepção. É preciso ir além do evento, do discurso, da formalidade. A escuta verdadeira e o sentimento de pertencimento precisam fazer parte do dia a dia das vivências universitárias. Ou seja, criar espaços permanentes de diálogo efetivo, oferecer suporte sensível às realidades distintas dos/as estudantes e reconhecer suas trajetórias como legítimas e potentes, são passos urgentes para transformar o ambiente acadêmico num espaço realmente plural, justo, respeitoso, e coerente à sigla “UNILAB”.

Diante disso, a referida instituição enquanto proposta inovadora de integração acadêmica entre países do Sul Global, carrega consigo uma responsabilidade ética que vai além da retórica da cooperação. Romper com essas lógicas exige mais do que boas intenções e ideários alternativos, demanda escuta sensível, disposição para revisitar práticas excludentes, e, sobretudo, reconhecer os erros e compromisso para com as transformações sociais. Porque internacionalizar, de fato, não é apenas acolher estudantes de diferentes territórios, mas construir com elas e eles, novas possibilidades de convivência, pertencimento e justiça.

3.3. Algumas experiências de integração e interculturalidade

Apesar dos desafios destacados nos tópicos anteriores, os estudantes santomenses, também constroem experiências ricas e significativas na UNILAB, através da convivência com colegas de outros PALOP, Timor-Leste e regiões brasileiras. Dessa forma, ampliam seu repertório cultural e fortalecem a identidade afro-diaspórica. Por exemplo, as associações estudantis, os coletivos culturais e os eventos interculturais promovidos pela universidade contribuem para a criação de laços de solidariedade e para a afirmação de uma identidade

estudantil engajada. É comum observar estudantes dos PALOP envolvidos em atividades de extensão, projetos sociais, rodas de conversa sobre racismo e questões de gênero, além da promoção das culturas africanas por meio de festas estudantis, gastronomia, música, oficinas culturais, poesia, teatro, dança e dentre outros⁵⁸.

Assim, a construção de um “lugar de fala” dentro universidade é um dos principais ganhos simbólicos dessa experiência formativa no Brasil. Alguns estudantes relatam que, pela primeira vez, se sentem escutados/as, valorizados/as e convidados/as a refletir criticamente sobre suas próprias trajetórias e realidades sociais. Esse sentimento de reconhecimento não é apenas pessoal, mas também coletivo, na medida em que os estudantes de outros países, especialmente os oriundos dos PALOP, como os santomenses, encontram espaços para protagonizarem narrativas que historicamente lhes foram negadas.

Figura 5: Estudantes santomenses, angolana e Bissau-guineense em performance de dança na UNILAB.



Fonte: Thiago Ramalho, 2021.

⁵⁸ Ver: SILVA, A. G. D; CÁ, L. O. Manifestações culturais dos estudantes guineenses na UNILAB: análise do projeto de extensão ‘KABAZ DI TERRA’ danças e ritmos tradicionais da GUINÉ-BISSAU. **Revista Conexão UEPG**, vol. 19, num. 1, pp. 01-15, 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5141/514174720022/html/>. Acesso: 17 jun. 2025.

Sobre a concepção de “lugar de fala”, Collins (1986) destaca que o foco das trajetórias pessoais para as estruturas sociais, moldam, e muitas vezes limitam o acesso de determinados grupos aos espaços de cidadania. Ou seja, não se refere apenas em “[...] afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades.” (*Ibidem*, 1986, p. 61). Assim, o “lugar de fala” não pode ser interpretado como um espaço arbitrário ou individualizado, mas sim um reflexo do contexto social ocupado por sujeitos diversos cujas trajetórias são marcadas por exclusões sistemáticas. Para Spivak (1988), o problema não está apenas no que os subalternos não falam, mas, mesmo quando falam, muitas vezes não são ouvidos ou interpretados em sua complexidade e contextos. Assim, resgatar o “lugar de fala” implica descolonizar os regimes de produção de conhecimento centrados no ocidente, e questionar quem tem legitimidade para dizer o quê, e sob quais condições.

Tal concepção é também discutida por Ribeiro (2017), que contribui ao popularizar e contextualizar o debate sobre o “lugar de fala” no Brasil contemporâneo. Para a autora, reconhecer o “lugar de fala” não diz respeito a silenciar o outro, mas sim compreender que todas as falas partem de um lugar específico, ou seja, historicamente construído. Ignorar essa dimensão é reproduzir um discurso aparentemente neutro, mas que, na prática, perpetua a hegemonia de determinados grupos sociais. Ao reivindicar o direito à fala situada, a autora denuncia a narrativa da universalidade do pensamento humano, no entanto, o que há são hierarquias, desigualdades e apagamentos que precisam ser nomeados e confrontados.

Nesse mesmo eixo de discussão, Kilomba (2019) reflete sobre quem tem o direito de narrar e quais vozes são consideradas legítimas nos espaços de saber, ou seja, denuncia o “silenciamento epistêmico” imposto a sujeitos racializados, em especial às mulheres negras, cuja vivência é constantemente desacreditada ou reduzida à condição de “caso isolado”. Para a autora, o gesto de falar, e, sobretudo, de ser ouvida, constitui um ato político de subversão das lógicas coloniais que estruturam os saberes hegemônicos.

Essa reflexão adquire significados ainda mais profundos quando situada na vivência das estudantes na UNILAB, especialmente daquelas provenientes do continente africano. Imersas em uma universidade concebida com o propósito singular de fomentar a integração entre as nações com passado colonial em comum, esses e essas jovens não apenas atravessam fronteiras geográficas, mas também simbólicas. Suas trajetórias são marcadas por deslocamentos afetivos, desafios materiais e um constante exercício de resistência frente às normativas de um espaço acadêmico ainda moldado por referenciais eurocentrados. Para muitos, é justamente nesse território que se constrói, pela primeira vez, a possibilidade concreta de ocupar um lugar de fala

legitimado, não apenas enquanto sujeitos individuais, mas enquanto corpos que carregam histórias coletivas frequentemente silenciadas. Ao reivindicarem visibilidade, reconhecimento cultural e participação política efetiva, os/as estudantes tensionam as estruturas institucionais e desafiam a naturalização de saberes hegemônicos que ainda permeiam os cotidianos universitários brasileiros.

A UNILAB, nesse contexto, deixa de ser apenas um local de formação acadêmica e passa a configurar-se como um espaço de disputa simbólica e epistemológica, onde o direito de existir com dignidade está intimamente ligado ao reconhecimento da diversidade de vozes, experiências e modos de ser. É nesse entrecruzamento de existências, culturas e memórias, que o conceito de “lugar de fala” adquire sentido prático, ao ser materializado nas rotinas de enfrentamento, nas estratégias de afirmação identitária e nas formas criativas de pertencer que esses e essas jovens constroem, dia após dia⁵⁹.

Figura 6: Abertura da semana do continente africano, promovida por estudantes do campus dos Malês.



Fonte: Prefeitura de São Francisco do Conde, 22 de maio de 2015.

Visto isso, pensar a UNILAB requer ultrapassar a dimensão meramente exploratória da diversidade ali existente, trata-se, sobretudo, de reconhecer os conflitos, as assimetrias e os

⁵⁹ Ver: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE. **Estudantes da Unilab promoveram abertura da Semana do Continente Africano.** São Francisco do Conde, 22 maio 2015. Disponível em: <https://saofranciscodoconde.ba.gov.br/estudantes-da-unilab-promoveram-abertura-da-semana-do-continente-africano/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

desafios implicados na convivência entre saberes, identidades e as experiências historicamente situadas. Isto é, a escuta e o reconhecimento da pluralidade cultural tornam-se elementos importantes na promoção da interculturalidade, que segundo Walsh (2005), ocupa um lugar central na reelaboração de um pensamento crítico outro, ou seja, um pensamento que emerge de formas distintas de ver e compreender o mundo. Essa centralidade se dá, sobretudo, por três razões fundamentais. Em primeiro lugar, porque é um pensamento forjado a partir da vivência concreta da colonialidade, ou seja, nasce da experiência histórica de subalternização e resistência dos povos. Em segundo, porque rompe com os referenciais clássicos do pensamento moderno e eurocêntrico, propondo outras formas de conhecer. E, por fim, porque sua origem está amparada no Sul global, desafiando a geopolítica hegemônica do conhecimento, historicamente centrada nas concepções do Norte Global.

É nesse campo de encontros, tensões e reinvenções que emerge uma pedagogia intercultural crítica, comprometida com a descolonização do conhecimento e com o reconhecimento de saberes historicamente marginalizados, reafirmando outras formas de existir, narrar e compreender o mundo. Nas palavras da egressa do curso de Humanidades, Vilma Costa, oriunda da cidade de São Tomé, “[...] comecei a dar conta que tudo aquilo que vivi na minha infância em São Tomé, as histórias contadas pela minha avó, as festas e convívios, era sabedoria da nossa terra” (Vilma Costa, entrevista concedida em março de 2025).

Percebemos, a partir dessa fala, que a mudança de perspectiva, catalisada por componentes curriculares que abordam temáticas pós-coloniais e por projetos de extensão voltados para a valorização das culturas e línguas africanas, revela o papel fundamental da UNILAB como mediadora de processos de autognose e reconstrução histórica.

Nesse aspecto, os relatos de estudantes dos PALOP demonstram que, ao reivindicarem o direito à fala, eles/as também estão tensionando estruturas de poder e hierarquias epistemológicas ainda presentes no cotidiano acadêmico em questão. Conforme enfatiza Fanon (2008), a descolonização não se restringe simplesmente à superação de estruturas externas de dominação, mas, implica também um processo interno e subjetivo de ruptura com os referenciais coloniais que moldam identidades, saberes e relações sociais. Trata-se de uma transformação profunda, que exige a desconstrução das lógicas materiais e simbólicas que sustentam as hierarquias no espaço acadêmico e na vida em sociedade, visto que segundo Gomes (2007), “[...] a história da educação brasileira nega à população negra o direito de ser referência de saber e produção intelectual” (*Ibidem*, 2007, p. 47). Nessa mesma lógica, Kilomba (2020), argumenta que:

[...] O silêncio imposto é parte de um sistema que determina quem pode falar e quem deve calar. Quando sujeitos negros tentam reivindicar sua voz e sua autoridade intelectual, enfrentam mecanismos sutis e violentos de deslegitimação. O conhecimento negro não é apenas ignorado, mas considerado uma ameaça à ordem estabelecida, pois desafia as estruturas raciais do saber e da verdade. Assim, calar é uma forma de matar simbolicamente. Não permitir que uma história seja contada é um ato de violência epistêmica (Ibidem, 2020, p. 128, grifo nosso).

Portanto, mais do que a simples inserção de estudantes estrangeiros no contexto de uma universidade brasileira, o que está em evidência é a possibilidade concreta de ressignificar a própria universidade a partir de vozes historicamente silenciadas. Ao ocuparem esse “lugar de fala”, esses estudantes não apenas compartilham suas vivências e trajetórias, mas também contribuem para a reconstrução significativa do espaço universitário. Suas presenças afirmam, com vigor, a potência crítica das experiências negras e africanas na construção de uma internacionalização do ensino superior que seja, de fato, dialógica, contra-hegemônica e comprometida com a justiça social.

Figura 7: Alguns estudantes de diversas nacionalidades do campus dos Malês.



Fonte: www.casodepolitica.com. 26 de maio de 2025.

Apesar das adversidades enfrentadas, a vivência cotidiana dos estudantes santomenses na UNILAB também revela a existência de potentes estratégias de resistência simbólica e de construção coletiva de pertencimento. Entre carências materiais e tensões interculturais,

emergem formas criativas de afirmação identitária que, ao mesmo tempo em que preservam referências culturais de origem, promovem diálogos com outras culturas.

Figura 8: Mesa de diálogo sobre o impacto do empreendedorismo no desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, realizada no campus da Liberdade (Ceará), 2023.



Fonte: UNILAB, 12 de julho de 2023.

Nesse contexto, as manifestações culturais, como a música, a dança, a culinária e as celebrações tradicionais, assumem papel fundamental como espaços de mediação simbólica, possibilitando não apenas o fortalecimento de laços comunitários, mas também a aproximação entre diferentes universos culturais presentes no cotidiano da instituição, conforme expressa Maria Santos, egressa do curso de Administração Pública e oriunda da cidade de São Tomé, “[...] quando apresentamos atividades no Festival das Culturas, foi uma surpresa. As pessoas acharam fixe nossas danças. Senti-me valorizada” (Maria Santos, entrevista concedida em março de 2025).

Sobre o Festival das Culturas da UNILAB, segundo Aguiar; Vieira e Araujo (2023):

[...] é um evento institucional da universidade e tem crescido a cada ano, é lugar do encontro, da festa e da celebração. Nos dias do Festival a Universidade se torna ainda mais tribo, lugar de uma grande ciranda em que todas e todos celebram à sua maneira a cultura do seu povo, de seu país, de sua identidade mais íntima de ser humano. O Festival apesar de ser organizado pela Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura da Unilab, com apoio da Reitoria, é um esforço conjunto dos campi da Unilab no Ceará e na Bahia, além de um conjunto de parcerias e instituições do poder público nos dois

estados, como as prefeituras e secretarias de Cultura dos Municípios de Redenção, Acarape e São Francisco do Conde. O Festival é uma grande colcha de retalhos de esforços e de colaboração para que a Festa celebrativa da Arte e da Cultura aconteça. (*Ibidem*, 2023, p.12).

Eventos culturais como esse, não apenas promovem a valorização e visibilidade das culturas africanas e asiática no contexto universitário, como também se configuram como formas de resistência simbólica frente às representações estereotipadas e coloniais que ainda persistem sobre o continente africano. A partilha de comidas tradicionais, os ritmos pulsantes dos batuques, os trajes cerimoniais e a riqueza das narrativas orais expressas por meio de histórias, poesias e encenações teatrais, assumem um caráter profundamente político, na medida em que confrontam o modelo universalista ocidental e reivindicam outras epistemologias. Tais práticas culturais constituem-se, portanto, como contra-narrativas, capazes de desestabilizar discursos eurocentrados e abrir espaço para outras formas de conhecimento e existência.

Importa sublinhar, no entanto, que a afirmação cultural não se limita à realização de eventos pontuais, ou seja, se atualiza de forma contínua nas práticas do cotidiano, nos modos de ser, de conviver e de narrar o mundo a partir de outras referências e pertencimentos (Hall, 2003). Assim, a celebração das culturas africanas em espaços acadêmicos não é apenas um gesto festivo, mas um movimento de produção de memória, identidade e agência, profundamente enraizado nas experiências de sujeitos historicamente marginalizados.

Figura 9: Ramiro Naka, cantor guineense, durante apresentação no IV Festival das Culturas, no Campus dos Malês, em São Francisco do Conde/BA, 2019.



Fonte: UNILAB, 2019.

Nesse contexto, as experiências de convivência se tornam mais horizontais, conforme coloca Roberta Teixeira, egressa brasileira do curso de Administração Pública, “[...] eu nunca tinha ouvido falar de São Tomé e Príncipe antes de entrar na UNILAB, hoje tenho vários amigos santomenses, aprendi palavras do forro, e tento entender o que significa viver longe de casa. Essas experiências transformar” (*Ibidem*, entrevista concedida em abril de 2025).

Tais experiências de reciprocidade, mesmo que pontuais e situadas, evidenciam que a interculturalidade não se limita a um ideal abstrato ou inalcançável. Pelo contrário, ela se concretiza como um processo social em permanente construção e negociação. Conforme aponta Bhabha (1998), é precisamente no “entre-lugar” das culturas, que se questiona a noção de uma narrativa nacional homogênea e linear. Em oposição a uma concepção totalizante e “holística” da nação, o autor propõe uma abordagem crítica que reconhece a presença de discursos híbridos e, por vezes, contraditórios, que compõem as narrativas nacionais. Essas narrativas, no contexto pós-colonial, mas não apenas nele, são atravessadas por múltiplas vozes, deslocamentos e negociações identitárias, o que desafia qualquer tentativa de fixá-las em moldes essencialistas ou unitários. Ou seja:

[...] é no surgimento dos entre-lugares – a sobreposição e o deslocamento de esferas da diferença – que as experiências intersubjetivas e coletivas de nacionalidade, interesse comunitário, e valor cultural são negociados. [...] A representação da diferença não deve ser lida de forma apressada como o reflexo de um conjunto de características étnicas ou culturais preestabelecidas dentro de uma tradição. A articulação social da diferença, desde uma perspectiva minoritária, é uma negociação complexa e contínua que tenta autorizar hibridezes culturais que surgem no momento de transformações históricas (Bhabha, 1998, p.2, grifo nosso).

Assim, ainda conforme o autor (*Ibidem*) os “entre-lugares” da cultura configuram espaços férteis onde a diferença não precisa assumir necessariamente a forma da alteridade radical. Em vez disso, emerge uma diferença que se constrói a partir do contato, da negociação e da sobreposição de diversas experiências culturais. Trata-se então de uma diferença que não separa, mas que entrelaça modos de ser, pensar e se expressar, dando origem a formas híbridas de identidade. Tal hibridez, carregada de múltiplas camadas sociais, culturais, étnicas e políticas, não apenas desafia os moldes fixos da identidade, como também questiona as bases de uma narrativa nacional única e excludente. Ao tensionar dicotomias tradicionais como centro e periferia, dominante e subalterno, nacional e estrangeiro, a experiência do híbrido abre espaço para imaginar pertencimentos mais plurais, inclusivos e dinâmicos. Tais formas, apontam para

aquilo que Santos (2000) denomina como “outra globalização”, ou seja, uma proposta decolonial de construção de mundo.

Figura 10: Apresentação da dança “Kakehe” por estudantes timorenses no campus da Liberdade (Ceará), em comemoração aos 12 anos de restauração da independência do Timor-Leste.



Fonte: UNILAB, 24 de maio de 2014.

Assim, a análise das experiências de integração e interculturalidade dos estudantes santomenses de outros PALOP na UNILAB, evidencia um cenário complexo, onde convivem tensões estruturais e potências emancipatórias. O percurso desses e dessas jovens é marcado por desigualdades, mas também por invenções, afetos e formas criativas de pertencer. Ao escutá-las/os, reconhecemos que a interculturalidade não é uma condição dada, mas um processo político continuamente em disputa.

Desse modo, mais do que garantir o ingresso de estudantes no ensino superior, a UNILAB é chamada a se afirmar como um espaço vivo de valorização da diversidade, não apenas epistemológica, mas também cultural, política e afetiva. A presença de estudantes oriundos dos PALOP, como São Tomé e Príncipe, carrega consigo a potência de experiências plurais, saberes outros e vivências que desafiam o modelo hegemônico de universidade ainda dominante no Brasil. No entanto, para que essa pluralidade não se restrinja a um dado estatístico ou a uma estética multicultural pontual, é necessário que o projeto institucional da UNILAB ultrapasse os limites do discurso e se concretize em práticas efetivas de reconhecimento, escuta

ativa e compartilhamento horizontal de saberes. Isso implica, por exemplo, rever currículos, metodologias e formas de avaliação, e, principalmente incentivar o protagonismo estudantil nos espaços de decisão.

Da mesma forma, também garantir políticas de permanência que considerem as especificidades socioculturais dos estudantes estrangeiros. Ao fazer isso, a universidade dá um passo decisivo rumo ao seu compromisso ético e político com uma formação verdadeiramente popular, internacionalista e decolonial, onde a presença africana e asiática não seja apenas tolerada, mas acolhida, estimulada e valorizada como parte constitutiva de um novo projeto de educação superior que tem como cerne, os seres humanos.

CAPÍTULO 4 – Impactos, contribuições e desafios no desenvolvimento socioeconômico de São Tomé e Príncipe

As trajetórias formativas dos/as estudantes santomenses da UNILAB ultrapassam os limites do espaço acadêmico brasileiro. Longe de se restringir aos ambientes didáticos e a conclusão do curso de ensino superior, tais experiências configuram-se como um elo estratégico entre os processos de mobilidade educacional e as dinâmicas mais amplas de desenvolvimento em São Tomé e Príncipe. Este capítulo finda a proposta deste trabalho, ou seja, propõe-se enfatizar os impactos concretos, e também simbólicos, que essas vivências universitárias desencadeiam no país de origem, tanto no plano individual quanto coletivo, destacando as interfaces entre ensino superior, circulação de saberes e os processos de transformação social.

4.1. Retorno dos egressos e inserção no contexto laboral santomense

Vamos conseguir pois vamos ver
São Tomé e Príncipe a desenvolver
Cu tudu fôça nom cu cloçon nom

Bomu kêlê ni scola, ni tlabá
E ni tudu kuá cu nom ca pô fé
Iné manu nom cu iné mana nom

Bomu kêlê ni kuá cu nom tê
Nom tê cacau, nom tê baná
Nom tê côcô, nom tê vadô-panha
Nom tê téla, nom tê awá êêê

Côcôndja fluta e café
Piá kwá cu nom ca pô fé
Cu tudo kuá cé ni téla nom
(Vamos conseguir, Calema, 2014).

Este capítulo tem início por uma via um pouco mais sensível e simbólica, ao evocarmos a canção “Vamos Conseguir”, da dupla santomense Calema. Não o fazemos apenas como referência cultural, mas como expressão profunda de um imaginário coletivo. A letra, ao proclamar “Vamos conseguir pois vamos ver, São Tomé e Príncipe a desenvolver, *Cu tudu fôça nom cu cloçon nom*”, não apenas inspira, mas articula uma narrativa sonora de esperança, resistência e afirmação identitária. Nesse gesto artístico, os músicos traduzem o anseio de um povo que, apesar dos desafios, projeta um futuro possível, onde a educação, o trabalho e a solidariedade se tornam os alicerces de uma transformação duradoura.

Essa mensagem poética estabelece um diálogo profundo com os desafios e esperanças que marcam o presente das nações africanas. Em meio às complexidades do ideário em torno do desenvolvimento global, a literatura especializada tem destacado, de forma recorrente, o papel estratégico da juventude, vista não apenas como herdeira de um futuro possível, mas como protagonista de transformações indispensáveis, capaz de romper ciclos históricos de dependência e desigualdade. Consoante Mbembe (2019), o futuro do continente africano passa, necessariamente, pela escuta das aspirações de seus/as jovens, que transitam entre o enraizamento local e os fluxos globais, traduzido no que o autor chama de “[...] a potência do futuro inscrita no presente” (*Ibidem*, 2019, p. 245). Nesse sentido, a formação universitária fora do país, principalmente em espaços de cooperação Sul-Sul, como a UNILAB, não deve ser lida apenas como um processo de mobilidade educacional, mas como uma estratégia de empoderamento epistemológico e reconexão com o mundo.

Quando a música expressa que “*Bomu kêlê ni scola, ni tlabá, E ni tudu kuá cu nom ca pô fê*” (Vamos trabalhar e estudar, com tudo o que temos e podemos fazer), há uma valorização conjunta da educação formal e do trabalho cotidiano, ambos entendidos como pilares do desenvolvimento. Nesse sentido, tal letra musical chama atenção para uma ética do esforço coletivo, ancorada tanto nas riquezas naturais do país, “cacau, banana, coco, palmeira⁶⁰, café, água...”, quanto nas capacidades humanas e tecnológicas de seu povo, “*iné manu nom cu iné mana nom*” (os nossos irmãos e irmãs). Os aspectos culturais, nesse caso, oferecem indícios importantes para compreender as representações sociais que orientam o imaginário do desenvolvimento entre os santomenses.

Autores como Cabral (1975; 1978), já destacavam o papel central da cultura na luta pela libertação e na construção de nações africanas soberanas. Para o autor, a cultura é ao mesmo tempo produto e condição da luta, e sem o enraizamento cultural, qualquer projeto de desenvolvimento corre o risco de ser exógeno, artificial. Isto é, fracassará. No caso de São Tomé e Príncipe, a cultura musical popular, com forte presença das línguas nacionais, dos ritmos tradicionais e da exaltação das paisagens e sabores locais, atua como vetor de conscientização e mobilização social. O fator artístico em evidência, torna-se, assim, ferramenta pedagógica e reflexiva, pois não apenas entretém, mas ensina, orienta e convoca à ação.

⁶⁰ Geralmente de onde se produz o vinho e azeite da palma. No Brasil, chamamos de azeite de dendê.

É nessa percepção sobre o entrecruzamento⁶¹ entre arte, juventude, educação e projetos de desenvolvimento no arquipélago, que se insere a formação universitária fora do território nacional. Frente à escassez de instituições de ensino superior e à limitada oferta de cursos no país, muitos jovens santomenses veem na experiência internacional uma oportunidade não só de qualificação técnica, mas de reencontro com sua identidade em novos contextos.

A UNILAB, por exemplo, ao propor uma integração acadêmica baseada na cooperação entre povos da lusofonia afro-atlântica⁶², constitui um espaço fértil para essa experiência de interculturalidade crítica e formação cidadã. Portanto, ao afirmar com convicção que “Vamos conseguir”, a canção dos Calema reverbera não apenas uma crença abstrata no progresso, mas sim uma aposta concreta nas capacidades de um povo que sabe de onde vem e vislumbra para onde pode ir. Nesse contexto, a formação universitária em contexto internacional, torna-se uma das expressões contemporâneas desse esforço coletivo. Trata-se então de um movimento que combina memória, esperança e ação, e que, como a música, pulsa com a força dos que caminham juntos, com o coração e com a terra.

Desse modo, a formação universitária fora do país é, muitas vezes, percebida como um investimento⁶³ estratégico, especialmente em contextos de pequenos Estados insulares em desenvolvimento, como o caso de São Tomé e Príncipe. Conforme colocado no capítulo anterior, o país enfrenta desafios estruturais diversos, principalmente em relação a escassez de recursos humanos qualificados e forte dependência de cooperação internacional. Desse modo, o envio de jovens santomenses para universidades estrangeiras, notadamente no Brasil e em Portugal, torna-se uma política tácita de capacitação nacional.

Apesar da existência de instituições de ensino superior em São Tomé e Príncipe, como a Universidade Lusíada e a Universidade de São Tomé e Príncipe (USTP)⁶⁴, sendo esta última a primeira universidade pública do país, criada em 2014, o sistema de ensino superior nacional ainda se encontra em fase de consolidação. Pois, caracteriza-se por limitações significativas

⁶¹ Digo isso com convicção, pois foi a partir do convívio e das experiências socioacadêmicas vividas com estudantes santomenses na UNILAB que pude perceber, com mais clareza e sensibilidade, a validade dessa premissa que agora compartilho.

⁶² Sobre este aspecto, ver: GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34, 2001. E, posteriormente, ver: ALMEIDA, Miguel Vale. **O Atlântico Pardo**. Antropologia, pós-colonialismo e o caso “lusófono”. In: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela. **Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

⁶³ É fundamental reconhecer que o investimento feito vai muito além dos custos materiais, envolvendo anos de dedicação acadêmica no Brasil. Em muitos casos, o retorno a São Tomé e Príncipe só ocorre após a conclusão da graduação, devido ao alto custo dos bilhetes/passagens aéreas e à ausência de voos diretos entre os dois países, o que exige conexões aéreas complexas, geralmente por Portugal.

⁶⁴ Ver: UNIVERSIDADE DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. **A história da universidade**. São Tomé e Príncipe: USTP, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ustp-edu-st.com/a-história-da-universidade>. Acesso em: 20 jun. 2025.

tanto na diversidade de sua oferta formativa quanto na infraestrutura. Nesse cenário, o acesso à formação superior internacional surge como uma alternativa estratégica e, muitas vezes, indispensável para a superação de déficits históricos em áreas cruciais como saúde, educação, engenharias, administração pública e tecnologias da informação.

Conforme evidenciado nos dados apresentados na Figura 4: (Tabela 1), extraídos do relatório institucional referente à formação de quadros até o primeiro semestre de 2025, verifica-se que cento e três (103) estudantes santomenses concluíram a graduação na instituição em questão, demonstrando o alcance e a relevância do papel formativo da instituição para São Tomé e Príncipe. Desse número, há cinquenta e duas (52) mulheres e cinquenta e um (51) homens (UNILAB, 2025).

Figura 11: (Tabela 2) Perfil dos(as) egressos(as) santomenses da UNILAB por gênero e faixa etária até 2025.

Categoria	Quantidade	Porcentagem (%)	Observações
Total de formados/as	103	100%	Dados gerais até metade de 2025
• Homens	51	49%	-
• Mulheres	52	51%	-

Fonte: produzido pelo autor da pesquisa como parte da sistematização dos dados, 2025.

Figura 12: (Tabela 3) Perfil dos(as) egressos(as) santomenses da UNILAB que foram entrevistados(as) ou mapeados(as) para esta pesquisa.

Categoria	Quantidade	Porcentagem (%)	Observações
Total de formados/as	103	100%	Dados gerais até metade de 2025
Egressos/as localizados na pesquisa de campo	58	56,31%	Entrevistados ou identificados
• Homens	36	-	Maioria entre os localizados
• Mulheres	22	-	-
Permaneceram no exterior (Brasil/outros países)	34	-	Pós-graduação, trabalho formal, vida familiar
Retornaram a São Tomé e Príncipe	23	-	Inseridos no setor público, privado e sociedade civil
Faixa etária predominante	27 a 38 anos	-	Indica formação recente

Fonte: produzido pelo autor da pesquisa como parte da sistematização dos dados, 2025.

Embora persistam limitações quanto à disponibilidade de dados sistematizados e atualizados, a pesquisa de campo⁶⁵ realizada possibilitou localizar cinquenta e oito (58) desses egressos/as. Dentre os quais, trinta e quatro (35) seguiram trajetórias acadêmicas e profissionais no Brasil e em outros países, com destaque para a inserção em programas de pós-graduação (em nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado), atuação no mercado de trabalho formal e a construção de núcleos familiares fora do território santomense. Por outro lado, vinte e três (23) retornaram para São Tomé e Príncipe, onde se encontram atualmente inseridos/as em diferentes esferas do setor público, da iniciativa privada e de organizações da sociedade civil, onde vêm contribuindo, de forma concreta, para o fortalecimento institucional e o desenvolvimento local.

Esse recorte empírico revela uma juventude qualificada, majoritariamente situada na faixa etária entre 27 e 38 anos, evidenciando um perfil de formação relativamente recente, com trajetórias já consolidadas ou em processo de inserção e transição para o mercado de trabalho.

Diante desses dados, um ponto primordial que merece atenção é o fato de 34 dos graduados/as identificados/as optarem por permanecer fora de São Tomé e Príncipe, enquanto apenas 23 tenham retornado ao país. Isso, à primeira vista, possa sugerir uma certa distribuição proporcional frente ao quantitativo mapeado, porém, a realidade que se desenha é muito mais complexa. Esses números, quando analisados “em profundidade” (Rodrigues, 2008), refletem escolhas motivadas por contextos distintos e por condições desiguais de inserção profissional e social. Cada trajetória carrega consigo implicações específicas, tanto para a vida dos próprios indivíduos quanto para os rumos do desenvolvimento nacional.

Nessa lógica, permanecer no exterior ou retornar ao país de origem, implica em vivências e contribuições qualitativamente diferentes, que impactam diretamente o tecido social, os espaços de atuação profissional e as dinâmicas políticas de São Tomé e Príncipe.

Com relação ao grupo de egressos santomenses que permaneceu no exterior, em sua maioria, encontram-se vinculados a programas de pós-graduação, empregos formais e à constituição de núcleos familiares relativamente estáveis. Esta decisão, muitas vezes orientada pela busca de melhores condições de vida, continuidade acadêmica e valorização profissional, é reflexo não apenas de aspirações individuais, mas principalmente de uma percepção crítica sobre as limitações estruturais enfrentadas em São Tomé e Príncipe. O déficit de oportunidades, a instabilidade institucional e a fragilidade dos sistemas de pesquisa e inovação tecnológica

⁶⁵ Essa mensuração tornou-se possível, talvez, por estar articulada às minhas vivências, desde 2011, com estudantes santomenses que concluíram sua formação superior em diversos cursos nos campi da UNILAB no Ceará.

funcionam, nesse contexto, como fatores de expulsão⁶⁶, ou seja, um verdadeiro capital humano em exílios⁶⁷ produtivos e de sobrevivência.

Sugerimos, que tal dicotomia entre permanecer e retornar a São Tomé e Príncipe, não deve ser vista de forma maniqueísta, mas como expressão das tensões entre projeto individual de vida dos egressos e o projeto coletivo (nacional), entre a inserção global e o compromisso local. Desse modo, a permanência fora do país pode representar uma escolha estratégica, sobretudo quando articulada à compromissos afetivos, profissionais ou políticos com o lugar de origem, o que, em muitos casos, não se rompe por completo, mesmo à distância. Da mesma forma, o retorno desses egressos só será realmente eficaz se acompanhado de condições estruturais que favoreçam a atuação transformadora desses quadros.

Nesse sentido, preferimos pensar que o fenômeno da permanência no exterior, ainda que à primeira vista possa ser interpretado como uma fuga de cérebros, também pode ser lido por outro viés, trata-se então de uma diáspora qualificada que, ao se consolidar academicamente e profissionalmente fora do seu país de origem, pode vir a constituir-se como uma reserva estratégica para parcerias futuras, investimentos em projetos transnacionais e articulações em redes globais de conhecimento.

No que diz respeito à distribuição por gênero, observa-se um total de cinquenta e duas (52) mulheres e cinquenta e um (51) homens entre os formados e formadas santomenses pela UNILAB até o primeiro semestre de 2025. No entanto, foi possível mapear apenas trinta e seis (36) homens e vinte e duas (22) mulheres de forma mais detalhada. Embora o número total de concluintes não revele uma disparidade de gênero expressiva, já que há apenas uma mulher a mais do que homens, esses dados não significam a inexistência de desequilíbrios. Persistem desafios significativos no acesso, na permanência e na conclusão dos cursos por parte das mulheres, mesmo em contextos de cooperação internacional que têm como objetivo a formação de quadros qualificados nos países parceiros.

A análise dos dados revela que, embora o número total de formados e formadas apresente relativa paridade de gênero, o menor número de mulheres efetivamente localizadas ou mapeadas sugere a existência de assimetrias estruturais no que se refere à inserção, à visibilidade e à continuidade das trajetórias acadêmicas e profissionais femininas. Tal discrepância pode decorrer de múltiplos fatores inter-relacionados. Em primeiro lugar, podem existir dificuldades de contato, decorrentes de mudanças de endereço, país ou redes de

⁶⁶ No sentido simbólico do termo.

⁶⁷ Na condição de buscar algo melhor, e, nesse caso específico, não há uma condição total de desenraizamento.

comunicação, frequentemente associadas a alterações no estado civil. Em segundo lugar, as desigualdades sociais e de gênero podem exercer influência significativa, uma vez que as mulheres tendem a enfrentar maior sobrecarga de responsabilidades familiares e domésticas, menor integração a redes profissionais e reduzida presença em espaços institucionais de visibilidade pública. Ademais, a baixa inserção no mercado formal de trabalho e a fragmentação das trajetórias laborais podem contribuir para a menor rastreabilidade das egressas.

Dessa forma, a diferença observada entre o total de diplomadas e o número de mulheres localizadas não deve ser interpretada apenas como uma limitação metodológica ou técnica da pesquisa, mas como um indicador relevante de desigualdades de gênero que se manifestam no pós-formação. Esse dado evidencia que as mulheres podem enfrentar obstáculos adicionais para manter vínculos acadêmicos, profissionais e institucionais que lhes assegurem reconhecimento e visibilidade social.

Visto isso, podemos dizer que as assimetrias estruturais de gênero evidenciam obstáculos persistentes no acesso das mulheres santomenses ao ensino superior, uma situação que não é isolada, mas compartilhada com outros países do continente africano. Estudos apontam que, apesar dos avanços no ingresso feminino no sistema educacional, as desigualdades de gênero ainda são expressivas nas etapas mais avançadas da formação acadêmica. Segundo Langa (2020), o acesso das mulheres africanas à universidade continua sendo condicionado por padrões patriarcais profundamente arraigados, que operam tanto no nível doméstico quanto institucional. Em muitos contextos familiares, os recursos para a formação acadêmica continuam a ser prioritariamente destinados aos filhos homens, com base na crença de que são eles os futuros provedores do lar.

Essa lógica patriarcal atua como um mecanismo estruturante de desigualdades, restringindo a autonomia das mulheres e limitando cada vez mais seu pleno desenvolvimento nas esferas intelectual, profissional e social de seus países. Essa realidade se reflete também no contexto da própria formação universitária, inclusive na UNILAB, onde as estudantes santomenses enfrentam desafios relacionados à sub-representação em áreas consideradas estratégicas, como administração pública, agronomia e engenharia, além de dificuldades para conciliar os estudos com responsabilidades familiares e sociais.

Nesse horizonte analítico, Cunha (2024), ao analisar os desafios enfrentados por estudantes mães brasileiras e oriundas dos PALOP na UNILAB (Ceará), evidencia que a maternidade representa outro obstáculo concreto à permanência e ao êxito acadêmico dessas jovens. Ou seja, a vivência da maternidade durante o percurso universitário interrompe a

linearidade esperada na trajetória acadêmica, tornando a conclusão dos estudos uma meta progressivamente mais distante e marcada por maiores obstáculos em relação às trajetórias dos homens. Tal realidade é particularmente sensível entre estudantes estrangeiras, cujas redes de apoio são, muitas vezes, reduzidas ou inexistentes, intensificando o peso da conciliação entre maternidade, estudos e sobrevivência em território estrangeiro.

Vejamos a tabela abaixo:

Figura 13: (Tabela 4) Perfil dos(as) egressos(as) santomenses da UNILAB segundo a classificação de gênero.

CURSO	HOMENS	MULHERES
HUMANIDADES	6	15
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	11	9
ENGENHARIA DE ENERGIAS	18	5
ENFERMAGEM	3	7
AGRONOMIA	7	3
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	1	4
PEDAGOGIA	1	2
CIÊNCIAS SOCIAIS	0	3
SOCIOLOGIA	2	1
LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	0	3
HISTÓRIA	1	0
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	0	1
TOTAL GERAL	51	52

Fonte: produzido pelo autor da pesquisa como parte da sistematização dos dados, 2025.

Nesse sentido, algumas disparidades observadas nos dados sobre egressos santomenses da UNILAB, remete a um desafio maior: a necessidade de políticas públicas e ações afirmativas que não apenas ampliem o acesso das mulheres ao ensino superior, mas que também garantam condições equitativas de permanência, sucesso acadêmico e inserção profissional. Promover a igualdade de gênero no campo educacional é condição fundamental para romper ciclos intergeracionais de desigualdade e avançar na construção de sociedades mais justas e inclusivas.

Apesar dos desafios enfrentados, é possível identificar trajetórias femininas que não apenas simbolizam superação, mas também evidenciam um forte compromisso com o desenvolvimento dos seus países de origem. Um exemplo notável é o de Luizela Cabral, egressa do curso de Agronomia da UNILAB, que vem desempenhando um papel significativo na

promoção do desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe. Atualmente, trabalha como funcionária pública na Direção de Agricultura Regional da Ilha do Príncipe, onde presta assessoria técnica e conduz ações de capacitação voltadas aos agricultores familiares.

Sua atuação, destaca-se pelo incentivo às práticas agroecológicas e orgânicas, promovendo o fortalecimento da agricultura comunitária e a valorização dos saberes tradicionais locais. Além de sua função institucional, a referida egressa integra a Associação Amigos do Ambiente da Região do Príncipe (AARBIP), organização da sociedade civil voltada para a preservação ambiental e a educação ecológica. Através dessa associação, ela participa ativamente de iniciativas de reabilitação de ecossistemas costeiros, como os manguezais, e, também atua em campanhas de sensibilização ambiental por meio de projetos de compostagem, manejo de resíduos e ações de limpeza em áreas urbanas e rurais (UNILAB, 2022). Nas palavras de Luizela Cabral, a formação universitária na UNILAB:

[...] ensinou esse lado humano, de respeitar o meio ambiente. A Unilab me fez acreditar que a agricultura familiar pode sustentar o mundo”. [...] Como bolsista, por quase três anos, fui me familiarizando com a produção orgânica, que é a única forma que via meus avós cultivando. Alimentei muito o interesse de aprender mais, ir mais a fundo sobre a produção orgânica. E isso teve impacto grande pra mim, depois de minha formação, vindo pra minha ilha. Está sendo um desafio enorme porque aqui antes não se usava muito químico para a produção de alimentos, mas hoje em dia a realidade é outra, ainda mais pra minha ilha que é uma reserva mundial da biosfera. [...] O problema não está na produção, mas na distribuição, e a Unilab me fez entender isso”. (Luizela Cabral, entrevista sobre experiência na UNILAB, 2023, *online*⁶⁸).

A engenheira agrônoma ressalta que, no contexto atual, São Tomé e Príncipe enfrenta uma acentuada redução na diversidade alimentar, acompanhada por sérias limitações na produção de cultivos essenciais, como tubérculos e frutas cítricas. Entre os fatores que agravam esse quadro, a profissional aponta para o uso inadequado de agrotóxicos, prática que tem provocado impactos negativos tanto na qualidade dos solos quanto na sustentabilidade dos sistemas produtivos. Apesar das adversidades e da escassez de infraestrutura no exercício da profissão, Luizela observa uma crescente demanda nacional por especialistas formados nas ciências agrárias (UNILAB, 2012).

⁶⁸ ver: UNILAB. **Egressa do curso de Agronomia da UNILAB desenvolve trabalho na área de produção agroecológica em São Tomé e Príncipe.** Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 24 jan. 2022. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2022/01/24/egressa-do-curso-de-agronomia-da-unilab-desenvolve-trabalho-na-area-de-producao-agroecologica-em-sao-tome-e-principe/>. Acesso em: 7 ago. 2025.

Figura 14: Egressa Luizela Cabral e equipe de produção agroecológica em São Tomé e Príncipe.



Fonte: UNILAB, 2022.

Segundo a fala da egressa, a formação acadêmica tem se revelado crucial para o desenvolvimento de suas atividades técnicas e extensionistas. Atualmente, ela integra uma iniciativa governamental voltada à promoção da agricultura familiar, setor duramente atingido pelos efeitos socioeconômicos da pandemia da COVID-19. O projeto disponibiliza apoio técnico, distribuição de insumos e sementes, bem como materiais de base para jovens agricultores são-tomenses. No âmbito dessa política pública, Luizela desempenha funções na gestão de hortas comunitárias, contribuindo para o fortalecimento da segurança alimentar e o dinamismo das comunidades rurais locais. (UNILAB, 2022).

A experiência de Luizela, ilustra como a formação acadêmica internacionalizada, quando orientada por um compromisso ético com o desenvolvimento sustentável, pode gerar impactos concretos e transformadores nos territórios de origem dos estudantes. O trabalho desenvolvido pela egressa, nesse contexto, não apenas demonstra a eficácia da educação superior como instrumento de mudança social, mas também revela o potencial multiplicador de iniciativas locais que integram conhecimento científico, saberes tradicionais e participação comunitária.

Figura 15: Egressa Luizela Cabral em projeto de horta comunitária em São Tomé e Príncipe.



Fonte: UNILAB, 2022.

Essa articulação se mostra essencial para a construção de um modelo agrícola mais justo, resiliente e sintonizado com as realidades socioculturais e ambientais de São Tomé e Príncipe.

Tal perspectiva é corroborada por depoimentos de outros egressos da UNILAB, que compartilham trajetórias marcadas por retornos significativos ao seu país de origem. É o caso de Elves Santos, natural da cidade de São Tomé e egresso do curso de Engenharia de Energias, cuja fala evidencia a consciência sobre os desafios estruturais do setor energético no país e a disposição em contribuir com soluções qualificadas:

[...] Quando tive oportunidade de fazer o curso de Engenharia de Energias na Unilab não pensei duas vezes, por saber da deficiência que nós temos aqui em São Tomé. Então, fui agarrar essa oportunidade na Unilab. Hoje desenvolvi vários trabalhos na área de Energia, não só cá em São Tomé, como também em trabalho internacional. Graças a Unilab, fiz várias consultorias e hoje faço consultoria para o Banco Mundial (Elves Santos, entrevista sobre experiência na UNILAB, 2023, *online*⁶⁹).

⁶⁹ Ver: UNILAB. **Acordos e diálogos de cooperação marcaram a primeira missão da Unilab em São Tomé e Príncipe.** Unilab, 3 mar. 2023. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2023/03/03/acordos-e-dialogos-de-cooperacao-marcaram-a-primeira-missao-da-unilab-em-sao-tome-e-principe/>. Acesso em: 7 ago. 2025.

O depoimento acima, nos mostra que perante a escassez de especialistas nacionais em engenharias de energias em São Tomé e Príncipe, e, frente aos desafios históricos relacionados à produção, distribuição e gestão energética no país, a formação internacional proporcionada pela UNILAB representa mais do que um avanço acadêmico individual, ela constitui uma resposta estratégica às carências estruturais de São Tomé e Príncipe.

O testemunho de Elves Santos não é um caso isolado, mas ilustra um movimento mais amplo de retorno qualificado e engajado, em que egressos aplicam os conhecimentos adquiridos em prol de soluções concretas para os problemas locais. Além de sua atuação em consultorias internacionais, como as realizadas para o Banco Mundial, Elves tem colaborado com projetos voltados à promoção de energias renováveis em comunidades rurais santomenses, buscando alternativas sustentáveis e acessíveis. Isso revela como o investimento em capital humano, especialmente por meio de programas de cooperação educacional como o da UNILAB, gera impactos diretos, indiretos e profundos na construção de capacidades técnicas nacionais, e, consequentemente no fortalecimento de setores estratégicos para o desenvolvimento do arquipélago em questão (UNILAB, 2023).

Concomitantemente ao relato anterior, o também egresso do curso de Engenharia de Energias, Luiz Marques, relata que, ao retornar a São Tomé e Príncipe e iniciar sua atuação profissional, deparou-se com um cenário profundamente desafiador e marcado por condições frágeis no setor energético nacional:

Tenho estado a contribuir muito para o desenvolvimento do setor energético aqui em São Tomé. Também tive sorte muito grande de ter participado e elaborado os primeiros balanços energéticos nacionais, uma ferramenta que não tínhamos aqui, para trabalhar no setor de Energias. Participei e estive envolvido na implementação da primeira central solar em São Tomé. [...] Tínhamos constantes crises de energia, avarias, peças, falta de recursos humanos. Tive oportunidade de entrar no momento de crise. [...] Quero que os professores da Unilab saibam que temos sim contribuído para o desenvolvimento do país, através desses trabalhos. Acredito que nas outras áreas também, porque acredito que todos nós que nos formamos no Brasil viemos capacitados. (LUIZ MARQUES, entrevista sobre experiência na UNILAB, 2023, online⁷⁰, grifos nossos).

A fala de Luiz Marques torna visível não apenas as lacunas que ainda desafiavam o setor energético santomense, mas também o papel ativo que os egressos da UNILAB vêm desempenhando em sua superação. Seu envolvimento em iniciativas como a elaboração dos

⁷⁰ Ver: UNILAB. **Acordos e diálogos de cooperação marcaram a primeira missão da Unilab em São Tomé e Príncipe.** Unilab, 3 mar. 2023. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2023/03/03/acordos-e-dialogos-de-cooperacao-marcaram-a-primeira-missao-da-unilab-em-sao-tome-e-principe/>. Acesso em: 7 ago. 2025.

primeiros balanços energéticos nacionais e a implementação de uma central solar no país revela uma apropriação crítica e propositiva do conhecimento adquirido, que se traduz em ações concretas voltadas ao bem coletivo.

Além das trajetórias como a de Luiz e Elves, há um movimento crescente de jovens formados na UNILAB que têm optado por caminhos menos convencionais de atuação profissional. Ainda que o retorno nem sempre ocorra por meio de vínculos formais com o Estado ou grandes empresas, observa-se a emergência de microempreendedores, consultores independentes e profissionais liberais que articulam sua formação técnica com uma sensibilidade social adquirida em contextos interculturais. Muitos desses e dessas jovens se engajam em projetos comunitários, organizações da sociedade civil e iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável de suas localidades, reafirmando que a contribuição para o progresso do país não se limita às estruturas tradicionais de trabalho. Trata-se, portanto, de uma geração que, ao retornar, não apenas ocupa espaços, mas também os reinventa.

Ainda assim, o fenômeno da instabilidade no mercado de trabalho atinge uma parcela significativa desses jovens, evidenciando tensões entre a formação universitária adquirida no exterior e as reais possibilidades de inserção profissional no contexto nacional. Em muitos casos, o retorno desses egressos a São Tomé e Príncipe ocorre sem o respaldo de políticas públicas voltadas à valorização e reintegração de quadros qualificados, o que compromete o aproveitamento do capital humano formado. Essa lacuna institucional revela uma contradição estrutural que exige respostas do Estado. Apesar das adversidades, muitos desses jovens demonstram resiliência, reinventando-se em iniciativas próprias ou em atuações sociais alternativas. Outros, no entanto, acabam por buscar novos destinos migratórios, na expectativa de encontrar espaços mais promissores para aplicar os conhecimentos adquiridos.

É importante destacar que esses processos não ocorrem sem desafios. O exercício da cidadania plena e a implementação de iniciativas inovadoras em São Tomé e Príncipe enfrentam limitações estruturais, como recursos escassos, infraestrutura frágil e a necessidade de políticas públicas mais robustas para a educação e cultura. Todavia, a força de vontade e intelecto demonstrado pelos egressos da UNILAB, aliada ao fortalecimento das redes de cooperação entre as instituições de ensino superior do Brasil e dos PALOP, contribui para a construção de alternativas sustentáveis que potencializam o desenvolvimento local e regional.

Em suma, a experiência da UNILAB e de seus egressos e egressas santomenses pode ser compreendida como um espaço de confluência entre educação, cultura e transformação social. Nesse cenário, o conhecimento adquirido não se restringe à esfera acadêmica, mas se

traduz em práticas e saberes que alimentam o sonho coletivo de uma sociedade mais justa, inclusiva e autônoma. É essa síntese que reafirma a importância das universidades como agentes ativos de mudança, e solidifica os vínculos históricos e contemporâneos que unem Brasil e São Tomé e Príncipe em torno de um projeto comum de emancipação e desenvolvimento humano.

4.2. Iniciativas sociais e educacionais inspiradas na formação da UNILAB

Dando continuidade à reflexão, é possível observar que a formação oferecida pela UNILAB tem fomentado uma série de iniciativas relevantes protagonizadas por egressos e egressas santomenses, muitas delas voltadas à compreensão e transformação da realidade em seus territórios de origem. Um exemplo emblemático, diretamente relacionado a esta temática, é o trabalho desenvolvido por Carvalho (2023), natural da ilha do Príncipe e egressa dos cursos de Bacharelado em Humanidades e Licenciatura em Pedagogia. Durante seu percurso intelectual no mestrado⁷¹, também realizado na UNILAB, Maria Carvalho investigou os impactos socioeconômicos e culturais gerados pelo empreendimento turístico do grupo empresarial HBD na comunidade de Sundy⁷², na ilha do Príncipe. Conforme relata a própria pesquisadora em sua dissertação de mestrado:

[...] A compreensão mais aprofundada das relações desiguais que permeiam a nossa sociedade foi desabrochando sincronicamente com a minha iniciação no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades. A minha participação como coordenadora do primeiro DCE da Unilab, na pasta da Coordenação da Mulher, me proporcionou construir relações que extrapolam os muros da universidade. Fundamentado nessa experiência em particular, foi onde, pela primeira vez, me reconheci como ativista social para o direito das mulheres e da população negra, participando em eventos nacionais como o 8EME, Encontro de Mulheres Estudantes, ENUNE, Encontro de Negros e Negras da União Nacional dos Estudantes. Sou coordenadora geral da SolAfro, um grupo de estudo sobre a problemática de gênero no continente africano, pensado por mulheres africanas e para as mulheres africanas da Unilab. Fiz parte da RIMA, Rede de Mulheres Africanas, onde desenvolvíamos atividades não só para as mulheres, mas para toda a comunidade africana da Unilab (Carvalho, 2023, p. 38-39, grifos nossos).

Visto isso, é possível perceber que a trajetória acadêmica e ativista de Maria Fonseca, representa não apenas um caso isolado de êxito individual, mas um reflexo concreto do potencial formativo e político da UNILAB enquanto projeto universitário comprometido com a transformação social dos PALOP. Ao articular pesquisa acadêmica com engajamento político

⁷¹ Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades. Ver: <https://mih.unilab.edu.br/>.

⁷² Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=CT7t5NuD0h4>.

e práticas comunitárias, a egressa exemplifica uma nova geração de intelectuais santomenses que, ao transitar pelos espaços da universidade, constroem repertórios teóricos e afetivos orientados à intervenção crítica em suas realidades locais. Ainda segundo a autora:

O Curso do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades fez isso de uma maneira muito excepcional. A grade curricular me disponibilizava disciplinas como: Território e Poder, Sociologia da Violência e suas Figurações, Estudos das Humanidades, Colonização e Pensamento Antropológico I e II, Sociedade História e Cultura nos Espaços Lusófonos, Etnia Classe e Gênero, entre outras. Essas disciplinas foram vetores de bastante relevância na leitura minuciosa para escolha de tema do trabalho de conclusão de curso. [...] A formação em Humanidades, não me apresentou apenas um arcabouço teórico que me possibilitou debater, mas me colocou em consciência com as injustiças sociais em que eu estava inserida, das quais, tinha pouco entendimento. Como consequência, eu quis me comprometer em construir respostas científicas que analisam de forma ponderada esse modelo de desenvolvimento e urbanização por meio de propostas turísticas que conservam uma relação hierárquica e de exclusão das comunidades (*Ibidem*, 2023, p.39-40, grifos nossos).

Seu estudo sobre o impacto do turismo empresarial na ilha do Príncipe insere-se, portanto, em um contexto mais abrangente de disputas por soberania territorial, justiça ambiental e autodeterminação das comunidades tradicionais frente ao avanço de lógicas desenvolvimentistas exógenas. A escolha da comunidade de Sundy como objeto de pesquisa não é por acaso, ou seja, trata-se de um território ancestral ocupado por populações negras insulares que, ao longo do tempo, têm sido sistematicamente deslocadas ou silenciadas pelas promessas de progresso atreladas a grandes investimentos estrangeiros. Nesse sentido, o trabalho de Maria traz à tona as contradições entre o crescimento econômico e a justiça social, ao problematizar como a turistificação desregulada e a mercantilização da cultura local podem gerar efeitos colaterais profundos.

Além disso, sua atuação como coordenadora da SolAfro revela uma dimensão transnacional da militância feminista negra africana, na medida em que o grupo se constitui como um espaço de produção de saberes e estratégias políticas enraizadas na vivência das mulheres africanas. Longe de ser um complemento das pautas ocidentais, o feminismo articulado pela pesquisadora e suas companheiras parte das especificidades históricas e culturais do próprio continente de origem, resgatando memórias, cosmovisões e resistências que desafiam os discursos universalizantes e eurocentrados sobre gênero e desenvolvimento.

Conforme destaca Oyěwùmí (2001), é fundamental romper com os paradigmas ocidentais que naturalizam uma visão única e homogênea do feminino. Essa desconstrução se faz necessária para que possamos reconhecer e valorizar a diversidade das experiências vividas pelas mulheres africanas, frequentemente silenciadas ou marginalizadas pelas narrativas

acadêmicas dominantes. Nesse viés de revisão crítica, a egressa relata que sua entrada no Mestrado em Humanidades (MIH) da UNILAB:

[...] se traduz, até hoje, como um lugar não pertencente. De fato, o próprio espaço acadêmico reflete esse sentimento. Cresci em uma família constituída por mulheres, onde não havia intervalo para pensar sobre uma carreira acadêmica. Era quase que natural a preocupação com a salvaguarda da sobrevivência cotidiana que, obviamente, devaneios e a necessidade de lutar por um lugar na esfera intelectual não fazia parte. No entanto, a minha mãe sempre encarregou de nos colocar na escola, mas isso nunca representou garantia de nada, não tinha muito com o que sonhar. Eu acreditava que quando terminasse o 12^a ano, constituiria uma família com marido e filhos. A falta de referência e a baixa expectativa familiar em prosperar, não permitiu que eu crescesse com uma autoestima que me permitisse ser dona de minhas vontades. Todavia, por algum motivo e pelas políticas públicas do Governo Regional da Ilha do Príncipe, ingressei na Unilab em 2015, após ser aprovada na seleção para estrangeiros (Carvalho, 2023, p.39-40, grifos nossos).

Maria Fonseca, ao trazer um pouco sobre sua trajetória, salienta questões para o debate acadêmico e público, ao contribuir para a edificação de uma epistemologia situada, que rompe com a lógica da produção de conhecimento descolada da vida concreta. Sua vivência, que mescla formação universitária, atuação política e envolvimento comunitário, evidencia o modo como a UNILAB tem possibilitado a emergência de sujeitos intelectuais que não apenas pensam criticamente suas realidades, mas que também atuam ativamente para transformá-las. Trata-se de um movimento que redefine o papel da universidade pública, não apenas como espaço de formação técnica, mas como território de disputas simbólicas e políticas.

Esse tipo de formação crítica, ancorada em uma pedagogia emancipatória, revela-se essencial para países como São Tomé e Príncipe, marcados por profundas assimetrias sociais, dependência econômica e legados coloniais ainda vigentes⁷³. Com isso, a UNILAB, ao fomentar trajetórias como a de Maria Fonseca, reafirma sua vocação internacionalista e decolonial, contribuindo, de forma efetiva, para a formação de recursos humanos comprometidos com o desenvolvimento soberano e inclusivo de seus territórios de origem.

Assim, o exemplo da referida pesquisadora não apenas inspira, mas também aponta caminhos possíveis para uma educação superior transformadora, enraizada nas realidades locais e conectada com as lutas históricas dos povos africanos.

Em outro campo do saber, a trajetória de Marlene José revela igualmente os efeitos concretos da formação recebida na UNILAB. Egressa do curso de Licenciatura em Letras -

⁷³ Ressalto essa questão, contudo, é importante reconhecer que os países colonizados por Portugal, especialmente o Brasil, ainda carregam estruturas coloniais profundamente enraizadas e persistentes. Nesse sentido, ver: FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 4ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

Língua Portuguesa, opera atualmente como professora do oitavo ano em São Tomé e Príncipe, enfatiza que sua passagem pela universidade brasileira, especialmente no que tange a participação em projetos de extensão, teve papel fundamental em sua consolidação profissional, ampliando horizontes pedagógicos e fortalecendo seu compromisso com a educação no contexto santomense (UNILAB, 2023). Marlene relata: “Para mim, a Unilab é a mistura de coisas: um espaço de reflexão, de encontro, desencontro, espaço de choques culturais, espaço de todo um saber que permeia hoje minha profissão docente” (Marlene José, entrevista sobre experiência na UNILAB, 2023, *online*⁷⁴).

Ao regressar a São Tomé e Príncipe após sua formação no Brasil, Marlene José deparou-se com importantes lacunas no domínio da leitura e da escrita entre os alunos da escola onde passou a lecionar. Sensível a essa realidade, idealizou e implementou um laboratório de produção textual com o propósito de fomentar, de forma continuada, a formação de leitores críticos e autores conscientes. A iniciativa articula-se com o projeto “Cartas com Ciência⁷⁵”, que promove o intercâmbio entre crianças e cientistas, estimulando o gosto da criança pela escrita e despertando o interesse por temas científicos de maneira lúdica e formativa, ou seja, tal iniciativa “[...] faz com que ela tenha consciência com relação a prosseguir seus estudos na universidade, quer seja na ciência ou nas outras áreas⁷⁶” (UNILAB, 2023).

A trajetória da egressa evidencia, de maneira concreta, a proposta formativa da UNILAB, que vai além da qualificação técnica e acadêmica, ao assumir uma dimensão ético-política de compromisso com a transformação social. Tal experiência encontra ressonância nas ideias de Freire (1996), para quem a educação deve estar comprometida com a emancipação dos sujeitos e com a construção coletiva de uma realidade mais justa.

A relação entre educação superior e transformação social ganha contornos ainda mais profundos quando se resgata a presença de Paulo Freire em São Tomé e Príncipe, logo após a conquista da independência santomense, em 1975. Mais do que um teórico da pedagogia, Freire atuou diretamente no país como consultor do novo governo santomense, contribuindo ativamente na formulação de estratégias de alfabetização e educação popular, voltadas à emancipação de um povo recém-liberto do domínio colonial português. Seu envolvimento não

⁷⁴ Ver: UNILAB. **Acordos e diálogos de cooperação marcaram a primeira missão da Unilab em São Tomé e Príncipe.** Unilab, 3 mar. 2023. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2023/03/03/acordos-e-dialogos-de-cooperacao-marcaram-a-primeira-missao-da-unilab-em-sao-tome-e-principe/>. Acesso em: 7 ago. 2025.

⁷⁵ Ver: CARTAS COM CIÊNCIA. Cartas com Ciência. Disponível em: <https://www.cartascomciencia.org/>. Acesso em: 7 ago. 2025..

⁷⁶ Ver: UNILAB. **Acordos e diálogos de cooperação marcaram a primeira missão da Unilab em São Tomé e Príncipe.** Unilab, 3 mar. 2023. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2023/03/03/acordos-e-dialogos-de-cooperacao-marcaram-a-primeira-missao-da-unilab-em-sao-tome-e-principe/>. Acesso em: 7 ago. 2025.

foi apenas técnico, mas, sobretudo, político e afetivo, sustentado pela convicção de que a educação é, antes de tudo, um ato de amor e coragem.

Décadas depois, os princípios do pensamento crítico da pedagogia libertadora de Paulo Freire permanecem vivos e pulsantes em contextos como a UNILAB, onde a presença de estudantes e professores oriundos/as de diferentes países africanos de língua portuguesa, atualiza e ressignifica tal legado. Nessa mesma direção, Acosta-Levy (2021), ao se referir à UNILAB, afirma, que:

[...] Nesta universidade, a “Carta a Guiné-Bissau” é uma obra que lemos e vivenciamos dia a dia. Escutamos os estudantes guineenses falando o seu crioulo com a força da “reafricanização” proposta por Amílcar Cabral. Eles entoam as histórias antigas dos reinos e civilizações africanas nos ritmos das danças e do som dos tambores. Suas canções são o grito de todos os condenados da terra e suas poesias são a declaração de todas as pessoas que aceitaram a educação como arma de emancipação, como nos ensinou o grande líder Nelson Mandela. Mestre Paulo Freire, sou testemunha de que muitos guineenses reencontraram a África estudando no Brasil e muitos brasileiros reconheceram que são mais africanos do que pensavam quando leram a Carta à Guiné-Bissau. (Acosta-Levy, 2021, p. 342-343).

Esse legado freiriano, também continua a ressoar de formas diversas nos desafios educacionais contemporâneos enfrentados por São Tomé e Príncipe. A partir das vozes desses/as jovens estudantes e pesquisadores/as, é possível perceber que a luta pela emancipação sociocultural e pelo reconhecimento das identidades locais ainda está em curso, especialmente no que diz respeito à valorização dos saberes tradicionais e das línguas nacionais. Conforme pontua a egressa dos cursos em Humanidades e Relações Internacionais do campus dos Malês, Sara Salvaterra, oriunda da cidade de São Tomé, em entrevista concedida ao programa Monotemático (2019), entende, que:

[...] eu acharia que se deveria colocar línguas para serem ensinadas dentro de ensino escolar em São Tomé e Príncipe, mas não tem, não tem. E, o governo também não tá demonstrando isso, ou talvez não esteja tendo a noção, pode até ter noção, mas, não tem tido investimento de fato, para que essas línguas sejam preservadas. [...] para que seja considerado realmente patrimônio de São Tomé e Príncipe, para que tenha essa valorização. (Sara Salvaterra, entrevista concedida ao programa Monotemático⁷⁷, 2019)

A fala acima, atravessada por um sentimento de urgência e frustração, revela a distância entre os ideais de uma educação libertadora e a realidade de políticas públicas ainda frágeis no

⁷⁷ Ver: Programa Monotemático. **Preservação das Línguas Crioulas em São Tomé e Príncipe** ⇨ Sara Salvaterra (UNILAB): [vídeo]. YouTube, 22 abr. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AscTAQJ4Rug>. Acesso em: 12 out. 2025.

tocante à diversidade linguística e cultural do arquipélago. Ao lamentar a ausência de iniciativas concretas por parte do Estado para a valorização das línguas locais, Sara aponta não apenas uma lacuna institucional, mas uma ferida histórica que segue aberta, isto é, a negação simbólica das matrizes africanas na formação identitária do país. Assim, torna-se evidente que a concretização do projeto emancipador, sonhado por Freire e outros pensadores engajados⁷⁸, exige mais do que memórias, requer compromissos renovados com a justiça cultural, a inclusão linguística e a dignidade dos saberes silenciados.

Em continuidade, ao rememorar sua chegada à UNILAB em 2014, Sara Salvaterra revela uma experiência de deslocamento identitário que vai além das diferenças linguísticas:

Quando cheguei em 2014, tinha um grupo de cinco, caboverdiano, uma angolana, uma moçambicana, e o restante eram todos da Guiné Bissau, e tirando eu, o menino caboverdiano e a menina angolana, todo mundo falava Criolo dos seus respectivos países... eu me senti muito deslocada também, porque eles sabem falar, valorizam, eles não usam português, usam crioulo até hoje, e eu não. (*Ibidem*, entrevista concedida ao programa Monotemático⁷⁹, 2019)

Percebemos que, seu relato é marcado por uma vivência íntima de estranhamento e busca por pertencimento, ao mesmo tempo que evidencia uma ferida histórica pouco tematizada, ou seja, a desvalorização e o apagamento das línguas nacionais em São Tomé e Príncipe, é herança de um projeto colonial que associou a língua portuguesa à civilidade e à modernidade, em detrimento das demais línguas de matriz africana.

Desse modo, a sua decisão de transformar essa experiência em objeto de estudo, foi para “[...] poder entender né, e mostrar outro ponto de vista”, na medida em que reflete uma postura crítica e investigativa que resgata a dimensão política da linguagem e da memória coletiva, ou seja, “[...] as pessoas achavam que eu não queria aprender, que eu não tinha interesse, mas tinha todo um contexto histórico [...] as pessoas foram proibidas em São Tomé, de falar, elas foram desvalorizadas como pessoas”, explica a pesquisadora, reforçando a necessidade de recontar a

⁷⁸ De forma abrangente, Gramsci destaca a educação política das massas como eixo central para formar a consciência crítica e viabilizar um novo projeto de sociedade. Nesse sentido, ver: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Antonio Gramsci: introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Antonio Gramsci: os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

⁷⁹ Ver: Programa Monotemático. **Preservação das Línguas Crioulas em São Tomé e Príncipe ⇒ Sara Salvaterra (UNILAB)**: [vídeo]. YouTube, 22 abr. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AscTAQJ4Rug>. Acesso em: 12 out. 2025.

história sob uma perspectiva mais enraizada na experiência dos próprios sujeitos santomenses. (*Ibidem*, entrevista concedida ao programa Monotemático⁸⁰, 2019).

Esse gesto de revisão crítica do passado se alinha profundamente com a pedagogia freiriana, que aposta no reconhecimento dos saberes locais como ponto de partida para a emancipação. Ao valorizar as vozes silenciadas e transformar o desconforto em potência de reflexão, Sara, como tantas outras/os estudantes santomenses na UNILAB, encarna o legado vivo de Paulo Freire. Suas trajetórias formativas, atravessadas por desafios, tensões identitárias e desejos de transformação, constituem espaços de ressignificação política e cultural.

Ao valorizar os saberes locais e apostar no diálogo como método, Paulo Freire influenciou a semear uma pedagogia voltada à autonomia e à dignidade dos povos africanos de língua portuguesa. Hoje, ao observar o percurso de estudantes santomenses na UNILAB, percebemos que é possível perceber ecos vivos desse legado. Essas trajetórias formativas, atravessadas por desafios e sonhos de crescimento pessoal, reconstrução e desenvolvimento nacional, dialogam com os princípios freirianos de uma educação engajada, crítica e profundamente comprometida com a transformação das realidades sociais de origem. Trata-se, portanto, de uma continuidade histórica que transcende gerações e fronteiras, e que mantém acesa a esperança de um futuro construído pela força do conhecimento, bem como reforça política e simbolicamente as relações de cooperação entre o Brasil e São Tomé e Príncipe⁸¹.

Para além da inspiração freiriana, é essencial reconhecer outras figuras históricas, especialmente santomenses, cujas trajetórias se entrelaçam com os ideais de autodeterminação, justiça social e emancipação dos povos. Entre essas personalidades, destaca-se Alda Bandeira, cuja atuação firme e sensível atravessa tanto o campo político quanto o intelectual. Ao longo de décadas, ela tem sido uma voz incansável na defesa da democracia e da educação como pilares fundamentais para a transformação social em São Tomé e Príncipe. Sua contribuição não se limita ao exercício de funções públicas, ela também tem sido uma referência no fortalecimento da participação das mulheres na vida política do país. Em 1995, foi uma das fundadoras do Fórum das Mulheres Santomenses, iniciativa pioneira que buscou ampliar os

⁸⁰ Ver: ⁸⁰ Ver: Programa Monotemático. **Preservação das Línguas Crioulas em São Tomé e Príncipe ⇒ Sara Salvaterra (UNILAB)**: [vídeo]. YouTube, 22 abr. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AscTAQJ4Rug>. Acesso em: 12 out. 2025.

⁸¹ Ver: FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. [S.l.]: Acervo Digital Paulo Freire, [s.d.]. Disponível em: <https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/26e84ba8-7959-45ba-a941-51127e231151/content>. Acesso em: 7 ago. 2025; Ver também: BRASIL. **Agência Brasileira de Cooperação**. A cooperação do Brasil com países africanos de língua portuguesa: iniciativas de combate ao analfabetismo. Brasília: ABC, 2021. Disponível em: <https://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/779>. Acesso em: 7 ago. 2025.

espaços de escuta, visibilidade e ação das mulheres nas decisões nacionais. Ocupou importantes cargos de liderança estatal, como ministra dos Negócios Estrangeiros e diretora da Administração Marítima e Portuária (Ramos, 2007).

Destaca-se também a figura de Manuel Pinto da Costa, protagonista central na luta pela independência e primeiro presidente de São Tomé e Príncipe. Sua trajetória política foi marcada por uma visão firme de soberania nacional, alicerçada no fortalecimento do conhecimento, da dignidade e da autonomia do povo santomense. Pinto da Costa advogava por um modelo de Estado que priorizasse a valorização do capital humano local como pilar do desenvolvimento e da autodeterminação do país.

No entanto, a tessitura intelectual santomense transcende os limites do campo político, revelando-se com igual intensidade nas expressões literárias e poéticas que moldam a consciência coletiva. Escritores e poetas como Olinda Beja incorporam, por meio de uma estética ancorada na memória e na sensibilidade, aquilo que pode ser entendido como uma pedagogia do pertencimento. Sua obra literária resgata vozes ancestrais, experiências marginalizadas e fragmentos do cotidiano silenciado, operando como uma forma sutil, porém potente, de resistência cultural e afirmação identitária. Nesse viés, é igualmente imprescindível destacar intelectuais contemporâneos como Inocência Mata, cuja contribuição teórica tem sido fundamental nos campos da literatura comparada e dos estudos pós-coloniais. Sua produção acadêmica oferece instrumentos analíticos potentes para compreender os legados do colonialismo e os processos de reinscrição das identidades africanas nos discursos literários, culturais e políticos.

Esse dinamismo intelectual e criativo, que atravessa tanto a política quanto a literatura santomense, também se revela nas trajetórias de jovens agentes culturais e sociais que, na contemporaneidade, vêm ampliando os horizontes da atuação crítica e transformadora. No campo artístico-cultural, algumas experiências de egressos da UNILAB ilustram esse movimento. Um exemplo marcante é a trajetória multifacetada de Ivanick Lopandza, egresso do curso de Administração Pública da UNILAB e natural da cidade de São Tomé, cuja atuação se desdobra em diferentes frentes de expressão e engajamento social. Atualmente, além de exercer a função de coordenador de programas na ONG intitulada *University of California Malaria Initiative* (UCMI), ocupa a presidência da Federação Nacional de *Handebol*, refletindo uma atuação que transita entre o campo técnico-administrativo e o desportivo. Paralelamente, Lopandza tem se afirmado como um pensador crítico e agente cultural, desenvolvendo uma

produção autoral consistente em seu blog pessoal⁸², onde analisa questões estruturais que atravessam o continente africano e o Sul Global, com destaque para reflexões sobre a União Africana, o imperialismo cultural e os legados coloniais, sempre numa abordagem que articula fundamentos filosóficos, análises históricas e perspectivas econômicas.

Figura 16: Egresso Ivanick Lopandza no lançamento do seu livro “Quando eu era um beatnik”, na X Bienal de Artes e Cultura de São Tomé e Príncipe.



Fonte: RSTP/Kemilson D’Almeida, 2024.

Sua produção literária também revela um engajamento político-estético notável. O livro intitulado “Quando eu era um *beatnik*”⁸³ representa não apenas uma obra poética, mas também um exercício de denúncia e reflexão sobre os dilemas da juventude africana contemporânea, inspirando-se nos movimentos contraculturais do século XX. Ademais, sua presença em eventos culturais, como bienais nacionais de literatura e arte, onde se apresenta com monólogos⁸⁴ autorais, reforça sua atuação como poeta, escritor e crítico social, comprometido com a construção de imaginários alternativos para São Tomé e Príncipe. Sua trajetória dentre

⁸² Ver: <https://ivanicklopandza.blogspot.com/>.

⁸³ Lançado oficialmente na X Bienal de Artes e Cultura de São Tomé e Príncipe, em 2024. Ver: LOPANDZA, Ivanick. *X Bienal: Ivanick Lopandza lança livro com o título “Quando eu era um beatnik”*. Rádio Somos Todos Primos, 14 jul. 2024. Disponível em: <https://rstp.st/2024/07/14/x-bienal-ivanick-lopandza-lanca-livro-com-o-titulo-quando-eu-era-um-beatnik/>. Acesso em: 7 ago. 2025.

⁸⁴ Ver: X Bienal: **monólogo de Ivanick Lopandza sobre desafios dos jovens são-tomenses**. RSTP, 25 jul. 2024. Disponível em: <https://rstp.st/2024/07/25/x-bienal-monologo-de-ivanick-lopandza-sobre-desafios-dos-joovens-sao-tomenses/>. Acesso em: 7 ago. 2025. Em complemento, ver: LOPANDZA, Ivanick. **X Bienal: Monólogo com apresentação de Ivanick Lopandza** [vídeo]. YouTube, 23 de julho de 2024. Disponível em: <https://youtu.be/Bo-qH2eaL4A>. Acesso em: 7 ago. 2025.

as demais, revela, portanto, a potência de uma formação internacional comprometida com o retorno e a intervenção transformadora no território de origem, combinando arte, política e consciência histórica como ferramentas de emancipação.

Figura 17: Egresso Ivanick Lopandza em apresentação de monólogo sobre os desafios dos jovens santomenses.



Fonte: RSTP/Kemilson D'Almeida, 2024.

Ao enfatizarmos que a formação universitária na UNILAB não se configura apenas enquanto um processo individual de aquisição de saberes, mas como uma experiência de imersão em um projeto coletivo de mudança social. Além disso, retomamos a ideia de que a atuação desses egressos e egressas em suas localidades, demonstra que a educação superior pode ser um vetor importante para o desenvolvimento humano e social em contextos historicamente marginalizados. Nesse horizonte, o depoimento de Ivanick Lopandza evidencia uma dimensão frequentemente marginalizada nas abordagens sobre juventudes africanas formadas no exterior, ou seja, a complexa transição entre a formação acadêmica e a inserção profissional em seus contextos de origem. Ao refletir sobre sua trajetória, o egresso chama atenção para os desafios concretos enfrentados nesse intervalo, marcado por incertezas, reconfiguração de expectativas e principalmente nas disputas por reconhecimento de saberes adquiridos fora do continente.

Há poucos estudos e há pouca análise sociológica, por exemplo, sobre como é a vida dos recém-chegados que estão mais ou menos no limbo entre os “terminei de estudar”, e “agora estou a trabalhar” e “depois eu encontro com pessoas que já estão a trabalhar” que são colegas meus que chegaram um pouco mais cedo ou que chegaram mais bem enquadrados, como, é como que funciona essa dinâmica a partir do ponto de vista social e socioeconômico e foi mais ou menos que tentei fazer (Ivanick Lopandza, entrevista sobre a realidade dos jovens santomenses, RSTP, 2024, *online*⁸⁵, grifo nosso).

A reflexão acima, explicita uma tensão estrutural, isto é, a descontinuidade entre os processos formativos e as possibilidades reais de atuação profissional no retorno ao país de origem, cenário agravado por limitações institucionais, escassez de políticas públicas e a persistência de desigualdades de oportunidades. Assim, compreender as trajetórias desses jovens exige uma leitura atenta às mediações sociais, econômicas e políticas que moldam o pós-formação, um campo ainda pouco explorado, mas, crucial para se pensar a eficácia transformadora da cooperação acadêmica internacional.

Ao regressarem para seu país, estudantes como Marlene, Maria e Ivanick transformam suas trajetórias em ações concretas que fomentam a valorização da cultura local, estimulam o protagonismo juvenil e promovem a democratização do acesso ao conhecimento em São Tomé e Príncipe. Isso revela um ciclo virtuoso no qual a universidade em questão exerce um papel fundamental na indução de mudanças, gerando impactos que ultrapassam seus muros e reverberam na vida cotidiana das comunidades parceiras.

Essas iniciativas, apesar de suas diferenças em formato e escopo, convergem em um ponto central, qual seja: o desejo de reintegrar à nação de origem os conhecimentos e experiências adquiridos em solo brasileiro. Trata-se de um engajamento social profundamente intencional, que busca não apenas transferir saberes, mas transformá-los em instrumentos de impacto coletivo.

Esses saberes são moldados por uma formação crítica, afro-referenciada e sensível às demandas e desafios do Sul Global, articulando memória, identidade e compromisso social. Em essência, tais iniciativas configuram pontes de diálogo entre contextos históricos e contemporâneos, oferecendo caminhos para a reconstrução e fortalecimento de comunidades historicamente marginalizadas.

⁸⁵ Ver: ALMEIDA, Kemilson D'. X Bienal: monólogo de Ivanick Lopandza sobre desafios dos jovens são-tomenses. **Rádio Somos Todos Primos**, 25 jul. 2024. Disponível em: <https://rstp.st/2024/07/25/x-bienal-monologo-de-ivanick-lopandza-sobre-desafios-dos-jovens-sao-tomenses/>. Acesso em: 7 ago. 2025.

4.3. Barreiras e potencialidades na aplicação dos conhecimentos adquiridos

Os fenômenos transnacionais, ao atravessarem fronteiras geográficas, culturais e institucionais, configuram-se como elementos catalisadores que podem tanto impulsionar quanto tensionar a formulação e a implementação de políticas públicas. Nesse sentido, de acordo com Escudero (2018), o transnacionalismo abrange práticas, identidades e vínculos que ultrapassam os limites dos Estados-nação. No contexto migratório analisado nesta dissertação, ele se manifesta nas formas pelas quais os imigrantes constroem e mantêm relações contínuas com seus países de origem, mesmo estando inseridos em novos territórios, neste caso, o Brasil.

Essa dinâmica se expressa, por exemplo, na consolidação de comunidades diaspóricas e na formação de redes sociais (presenciais e virtuais), que funcionam como espaços de troca, preservação cultural e apoio mútuo. O transnacionalismo, portanto, revela a complexidade das experiências migratórias contemporâneas, nas quais pertencimento e identidade são tecidos entre múltiplos lugares. Segundo a autora (*Ibidem*):

Como toda base para muitas reflexões, o transnacionalismo sofre críticas. Epistemologicamente, os estudos transnacionais têm se mostrado um avanço no campo migratório. Entretanto, parece ser necessário estabelecer e desenvolver metodologias de pesquisa adequadas que não apenas identifiquem unidades de análise, mas que ajudem a problematizá-las e fundamentá-las. Além disso, recorrer a conceitos complementares e mais pontuais pode ser um recurso para se ampliar a visão do objeto. (*Ibidem*, p. 117, grifo nosso).

Nesse sentido, a crítica ao transnacionalismo não pretende negar sua importância, mas sim questionar seus limites teóricos e metodológicos. Embora o conceito valorize a fluidez das fronteiras e as múltiplas formas de pertencimento vividas por pessoas migrantes, ele pode acabar deixando em segundo plano as relações de poder, as desigualdades estruturais e as condições históricas que moldam as mobilidades no cenário global atual. Por isso, é essencial aproximar o debate transnacional de perspectivas interseccionais, pós-coloniais e decoloniais, que permitam enxergar como gênero, raça, classe e territorialidade se entrelaçam nas trajetórias migratórias, gerando experiências distintas de mobilidade e pertencimento. Essa aproximação amplia o potencial crítico do conceito e possibilita leituras mais contextualizadas, sensíveis e comprometidas com a complexidade do fenômeno migratório.

Conforme argumenta Porto (2025), compreender as dinâmicas sociopolíticas dos países da América Latina e de outras nações do Sul Global, exige uma leitura atenta sobre a crescente transnacionalização que permeia as políticas públicas contemporâneas. Essas influências não

se manifestam de forma homogênea, variam em intensidade e assumem múltiplas formas, ora atuando como estímulos diretos à ação governamental, ora configurando-se como barreiras implícitas que desafiam a soberania decisória dos Estados. Em contextos marcados por interdependências globais, tais dinâmicas têm o potencial de reconfigurar prioridades internas, moldar agendas nacionais e reorientar os sentidos e finalidades da ação pública.

Nesse sentido, a reflexão em torno da aplicabilidade dos saberes adquiridos em processos formativos transnacionais exige uma análise sensível e multifacetada das condições que moldam o retorno dos graduados aos seus países de origem. Trata-se, portanto, de um movimento que não se reduz à simples transferência de conhecimento, mas que implica o enfrentamento de realidades estruturais desiguais, heranças coloniais persistentes e desafios subjetivos que atravessam os projetos pessoais e coletivos de inserção socioprofissional.

No caso específico dos egressos e egressas santomenses, assim como de jovens oriundos de outros PALOP que passaram pela experiência formativa na UNILAB, essa discussão ganha contornos ainda mais complexos e urgentes. Assim, em contextos insulares como o de São Tomé e Príncipe, tal experiência de formação no exterior não pode ser reduzida a um simples deslocamento geográfico ou a uma etapa linear de qualificação acadêmica. Trata-se, antes, de uma travessia complexa, atravessada por tensões subjetivas, reconfigurações simbólicas e constantes negociações identitárias.

Essa trajetória implica em atravessar fronteiras que não são apenas territoriais, mas também epistêmicas, culturais e políticas, situando-se entre o desejo de transformação e os limites estruturais herdados de uma história marcada por assimetrias coloniais ainda não plenamente superadas. Nesse sentido, pensar os processos de reinserção e de contribuição desses e dessas jovens ao desenvolvimento local exige uma leitura atenta, crítica e situada, capaz de considerar tanto as potencialidades mobilizadas por suas formações quanto os bloqueios estruturais que condicionam suas ações.

Mais do que apenas retornar ao país, esses sujeitos retornam com repertórios diversos, visões de mundo ampliadas e expectativas de participação ativa na construção de novas possibilidades para suas comunidades de origem. No entanto, esse retorno é frequentemente atravessado por frustrações, sobretudo quando encontram instituições engessadas, mercados de trabalho limitados e uma ausência de políticas públicas capazes de acolher e potencializar a bagagem intelectual que trazem consigo.

Por isso, a reintegração desses/as jovens não deve ser pensada como um movimento de simples retorno adequação, mas como um reencontro denso com uma realidade que interpela

seus saberes, desafia suas esperanças e, ao mesmo tempo, convoca à reinvenção de caminhos outros frente à realidade nacional.

Conforme observa Catarina Oliveira, egressa do curso de Administração Pública, e oriunda da cidade de São Tomé, “[...] voltar para São Tomé foi mesmo um choque. [...] a gente chega com diploma na mão e a cabeça cheia de ideia, mas logo encontra muitas dificuldades. As oportunidades cá são mesmo poucas. [...] estou a pensar em ir viver noutro país.” (*Ibidem*, entrevista concedida em março de 2025).

Percebemos na fala acima, que para alguns egressos/as essa reintegração não se dá de maneira imediata e descomplicada. Pelo contrário, ela é mediada por contradições profundas, tanto no que diz respeito às estruturas locais de acolhimento e reconhecimento dos saberes, quanto pelas próprias tensões internas do projeto universitário em que se formaram. Ainda que a UNILAB se proponha como um espaço de cooperação Sul-Sul e de construção de epistemologias alternativas, ela também é atravessada por disputas políticas, hierarquias acadêmicas e limites institucionais que refletem as assimetrias de poder presentes nas relações internacionais contemporâneas.

É justamente nesse território de encruzilhadas, onde os desejos individuais por transformação se chocam com contextos permeados por fragilidades estruturais, ausência de políticas públicas consistentes e pela força de arranjos sociopolíticos conservadores, que a reflexão sobre o impacto, a resignificação e a potência dos saberes adquiridos na UNILAB adquirem maior complexidade. Nesse cenário, torna-se evidente que a efetivação dessas transformações não depende apenas do esforço individual dos/as estudantes, mas também da atuação de agentes que compreendam profundamente suas realidades e desafios.

Mas, afinal, quem estaria realmente em posição de promover essas mudanças na vida desses estudantes, se não aqueles que conhecem suas trajetórias de forma solidária e comprometida? É justamente nas políticas de cooperação educacional, alicerçadas na justiça e na reciprocidade, que esse potencial se revela, sobretudo quando articuladas de maneira consistente entre sistemas e instituições de ensino do Sul Global. Por meio dessas conexões, não se trata apenas de transferir conhecimento, mas de construir experiências educativas que valorizem os contextos culturais, os desafios socioeconômicos e as trajetórias únicas de aprendizagem de cada estudante, oferecendo oportunidades concretas de desenvolvimento e mobilidade.

Os egressos e as egressas, ao retornarem ou se conectarem fisicamente com suas comunidades de origem, ocupam um lugar mais ou menos composto por “liminaridade”, que

segundo Turner (1974), não se trata apenas de um período marcado pela incerteza, mas também de um campo fértil para a emergência da criatividade, da reinvenção de trajetórias e da reconfiguração das dinâmicas socioculturais.

Nessa interseção entre o global e o local, entre o saber técnico-científico e as realidades periféricas, o conhecimento universitário deixa de ser uma abstração e passa a demandar um processo contínuo de tradução cultural, política e epistemológica. Para muitos desses sujeitos, o regresso a São Tomé e Príncipe torna-se um exercício de duplo deslocamento, isto é, do Brasil para o país de origem e da universidade para o mundo concreto das fragilidades. A esse respeito, a egressa do curso em Administração Pública, Jéssica Mendes, relata:

[...] regressei com bué ideias na cabeça, cheia de vontade de meter projetos pra juventude e empreendedorismo. Mas quando cheguei, dei logo com um governo que ainda anda muito na base de desenrasque e compadrio. Até os próprios colegas daqui olhavam pra mim de lado, tipo: essa já veio abrasileirada. [...] percebi que só saber das coisas não chega. Eu tinha que adaptar. (*Ibidem*, entrevista concedida em março de 2025)

A fala acima expressa um estado de “liminaridade” vivido por muitos dos sujeitos formados na UNILAB, uma dupla complexificação de uma “identidade deslocada” na qual esses indivíduos transitam continuamente entre dois mundos. De um lado, carregam uma formação acadêmica crítica, enraizada em perspectivas transnacionais e decoloniais, de outro, reencontram-se com contextos locais marcados por escassez de recursos, fragilidades institucionais e dinâmicas sociopolíticas permeadas por lógicas clientelistas. Esse regresso, contudo, não se configura como um simples ato de reintegração ao meio de origem, mas como uma travessia que exige o enfrentamento de contradições, o reposicionamento identitário e a reconstrução de sentidos para o conhecimento apreendido. (Turner, 1974; Hall, 2003).

É justamente a partir desse ponto de inflexão, que os saberes adquiridos na UNILAB transcendem a dimensão meramente tecnicista, assumindo contornos éticos, políticos e profundamente situados. Em outras palavras, não se trata apenas de portar ferramentas para solucionar problemas imediatos com ações paliativas, mas de carregar consigo uma disposição crítica que interroga as estruturas vigentes.

Dessa forma, os relatos dos egressos e egressas da instituição evidenciam que o retorno ao país de origem no pós-formação, não representa um simples recomeço geográfico, mas o enfrentamento diário de um desafio complexo, qual seja: como transformar em práticas viáveis e socialmente comprometidas os conhecimentos cultivados em um espaço multicultural, de intercâmbio e pensamento decolonial, quando se depara com contextos institucionalmente

frágeis, marcados por burocracias imobilizadoras, desigualdades históricas e políticas públicas muitas vezes desarticuladas?

Ainda que este estudo não se proponha a esgotar tais dilemas, deixamos aberta essa interrogação, que emergiu com força ao longo da pesquisa, como uma provocação para investigações futuras. O que se pode afirmar, com base nas observações realizadas, é que a potência formativa da UNILAB não se esgota na reprodução de métodos e conteúdo. Digo, seu impacto mais profundo reside na capacidade de fomentar sujeitos que desafiam o senso comum, que deslocam narrativas naturalizadas e que, mesmo em contextos extremamente adversos, ousam propor alternativas, ainda que pontuais, de enfrentamento às múltiplas formas de exclusão e alienação social.

Dessa forma, para além de evidenciar as barreiras, optamos por uma abordagem propositiva e otimista, que privilegia a valorização das potencialidades identificadas ao longo do percurso analisado, ou seja, de uma formação que instiga não apenas a fazer, mas a repensar o que se faz, a quem serve e com que efeitos.

Sob esse viés, os saberes cultivados pelos egressos e egressas não são meramente instrumentos técnicos, mas lentes críticas e éticas que permitem ler o mundo e intervir nele. Ainda que suas ações muitas vezes se deem em escalas modestas, carregam a potência de romper silêncios históricos, desestabilizar práticas naturalizadas e reacender o compromisso, sempre inacabado, com processos coletivos de transformação, mesmo que esses avancem entre incertezas e lentidões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar ao fim deste trabalho não representa um ponto de encerramento definitivo, mas, antes um gesto de síntese provisória diante de um processo complexo, árduo, contínuo e carregado de contradições. Dito isto, tivemos como objetivo principal analisar a influência da UNILAB no desenvolvimento socioeconômico e educacional de São Tomé e Príncipe, com especial atenção para os impactos formativos, sociais e econômicos gerados pela formação de estudantes santomenses no Brasil (Ceará e Bahia). A partir de uma abordagem qualitativa e insumos quantitativos, buscou-se compreender como a experiência acadêmica vivenciada pelos/as estudantes santomenses na UNILAB tem reverberado em trajetórias individuais e coletivas, com implicações no fortalecimento das capacidades nacionais e na utilização dos saberes adquiridos na ampliação do capital humano no país de origem.

Esta investigação, revelou uma série de camadas entrelaçadas entre o sonho da formação superior no Brasil e os desafios concretos de se reinscrever, com sentido e impacto, no território de origem. Os resultados obtidos demonstram que a UNILAB cumpre, de forma significativa, seu papel como instrumento de cooperação Sul-Sul e de diplomacia educacional, contribuindo para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe em múltiplas dimensões. Os egressos e egressas santomenses têm retornado ao país com formação técnica, científica e crítica, inserindo-se em setores estratégicos do Estado e da sociedade civil, e promovendo a disseminação de valores democráticos, de justiça social e de consciência africana. Tal processo tem implicações diretas na formação de quadros qualificados e no fortalecimento de instituições públicas, além de fomentar práticas sociais inovadoras e esforços comunitários, sobretudo entre a juventude.

A pesquisa também demonstrou que, apesar de sua relevância, a inserção dos egressos/as no mercado de trabalho santomense nem sempre é imediata ou descomplicada. As fragilidades estruturais do país, a escassez de oportunidades profissionais em determinadas áreas ainda constitui barreiras à plena valorização do capital humano formado pela UNILAB.

Contudo, mesmo diante dessas dificuldades, os estudantes que regressam, têm atuado como agentes de mudança, promovendo transformações tanto em suas comunidades como em políticas públicas emergentes, ainda que de forma singela, e, por vezes, silenciosa.

Cabe destacar, também, algumas limitações deste estudo. A amostra de egressos/as entrevistados/as, embora significativa, não esgota a totalidade das experiências possíveis. Além disso, a escassez de dados sistematizados por parte de instituições oficiais de São Tomé e

Príncipe e da própria UNILAB dificultou a obtenção de informações mais robustas sobre trajetórias profissionais e impacto social em médio e longo prazo. Tais limitações, no entanto, não comprometem os resultados obtidos, mas, sobretudo indicam a necessidade de uma agenda mais ampla de monitoramento e avaliação dos efeitos da política de internacionalização da educação superior brasileira.

Nesse sentido, sugerimos o desenvolvimento de futuras pesquisas que explorem com maior profundidade a reinserção profissional dos/as egressos/as santomenses da UNILAB, suas trajetórias de liderança e inovação no território nacional, bem como as possíveis articulações com políticas públicas nacionais de educação, ciência e tecnologia. Além disso, a produção de estudos comparativos entre estudantes de diferentes nacionalidades da CPLP poderia trazer contribuições importantes para avaliar a eficácia e os desafios do modelo de cooperação educacional promovido pela UNILAB.

Em outros aspectos, tornou-se evidente que os sujeitos que compõem essa experiência carregam muito mais do que diplomas, digo, carregam histórias de deslocamento, de ruptura, de reinvenção e, sobretudo, de compromisso com a transformação social. São experiências que se entrecruzam entre o cotidiano da universidade, marcado por trocas interculturais intensas, disputas políticas, aprendizados teóricos e práticos, e os cenários locais, frequentemente atravessados por ausências institucionais, fragilidades e obstáculos históricos.

Entretanto, o que se sobressai não é apenas o abismo entre a formação e a realidade nacional, mas, a potência de atravessá-la com gestos cotidianos de resistência, criatividade e agência. Muitos dos/as egressos/as santomenses da UNILAB que retornaram ao país não encontraram espaços institucionais preparados para acolher os saberes que traziam. Em muitos casos, enfrentaram muros invisíveis, em outros termos, burocracias, desconfianças, clientelismos, e etc.

Apesar disso, esses e essas profissionais buscaram alguma abertura mercadológica e laboral, uma fresta, um buraco de fechadura por onde vislumbraram possibilidades, ressignificaram o trabalho comunitário, mobilizaram juventudes, tensionaram práticas políticas enraizadas, construíram novas linguagens de pertencimento e ação social.

É nesse ponto que a UNILAB se mostra como algo que vai além de uma universidade, melhor dizendo, a entidade aparece como uma experiência formativa que questiona fronteiras coloniais, que convoca à escuta e ao diálogo, que insiste em formar sujeitos implicados com os

destinos de seus povos. E, mesmo com suas limitações institucionais, ela deixa marcas profundas nas biografias⁸⁶ e nas aspirações dos que por ela passaram.

Por outro lado, a realidade santomense, ao receber esses sujeitos, também é convocada a se repensar. As juventudes formadas fora, sobretudo em ambientes de pensamento crítico e intercultural, representam um desafio e uma oportunidade, ou seja, o desafio de abrir espaços reais de participação, de criar políticas públicas coerentes com as novas demandas formativas, e a oportunidade de ativar caminhos alternativos de desenvolvimentos, menos centrados em paradigmas coloniais e mais conectados com os saberes locais, as redes de solidariedade e os sonhos de justiça social.

Os relatos aqui expostos, revelam uma dimensão crucial, ou seja, a formação acadêmica internacionalizada quando articulada a um compromisso ético com a coletividade, pode gerar impactos concretos. Mas para isso, é fundamental que os países de origem como São Tomé e Príncipe, repensem suas políticas de reinserção laboral, valorizem seus quadros formados no exterior e nacionalmente, e estabeleçam estruturas que permitam a circulação ativa do conhecimento. Caso contrário, o investimento formativo corre o risco de não se traduzir em desenvolvimentos locais, aprofundando ainda mais o abismo entre saber e prática, entre juventudes qualificadas e sistemas que não as reconhecem.

Assim, mais do que pensar o retorno dos egressos e egressas como um fim, é necessário concebê-lo como um novo ponto de partida, um momento de transição que exige políticas públicas sensíveis, escuta institucional, abertura ao novo e um profundo compromisso com o futuro. Afinal, o que está em jogo não é apenas o destino de indivíduos formados, mas a própria possibilidade de um projeto nacional que reconheça sua juventude como protagonista ativa da transformação social santomense. E por aí que se iniciam os verdadeiros desenvolvimentos.

Este trabalho, portanto, não pretendeu encerrar o debate sobre o papel da UNILAB ou sobre as complexas relações entre formação, retorno e desenvolvimento. Ao contrário, buscou oferecer elementos para aprofundar essa discussão, valorizando as vozes e vivências daqueles e daquelas que, muitas vezes, são invisibilizados/as nos grandes projetos educacionais e nas estatísticas do desenvolvimento global.

Conclui-se, portanto, que o retorno dos egressos e egressas da UNILAB para São Tomé e Príncipe não é apenas um deslocamento físico, mas uma travessia política, ética e

⁸⁶ Ver: Brasil de Fato. **Rapper Kpivara lança álbum “Imigrante” e movimenta cena no Ceará**. 31 de março de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/31/rapper-kapivara-lanca-album-imigrante-e-movimenta-cena-no-ceara/>. Acesso em: 7 ago. 2025. Ver também: Kpivara: **Santola Squad**. YouTube, 15 de fevereiro de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qUOvGrCUysc&list=OLAK5uy_IIH4K-Uvdg0XYPsWeWnD5ickkVDHNPndM. Acesso em: 7 ago. 2025.

epistemológica. É um movimento que carrega tensões, mas também esperanças, que denuncia ausências, mas também anuncia possibilidades de mudanças. Nesse sentido, é urgente que se escute, que se acolha e que se aposte nesses sujeitos, não como soluções mágicas, mas como parceiros legítimos na construção de um país mais justo, plural e comprometido com o futuro das próximas gerações.

Por fim, reafirma-se que esta pesquisa buscou dar visibilidade a uma experiência de formação universitária transnacional que tem gerado frutos concretos e simbólicos para São Tomé e Príncipe. Em um contexto global marcado por desigualdades sociais, a UNILAB além de uma instituição, constitui-se também como um projeto político-pedagógico singular e amplo, que articula educação, integração, interculturalidade e desenvolvimentos de maneira crítica e solidária. Dar continuidade e aprofundamento a essa iniciativa política é, sem dúvidas, um investimento estratégico para o futuro das relações entre o binômio Brasil-África, e para a construção de modelos de desenvolvimentos que sejam, ao mesmo tempo, emancipadores e enraizados nas realidades locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHARYA, A. Studying the Bandung conference from a Global IR perspective. **Australian Journal of International Affairs**, 70(4): 342-357, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10357718.2016.1168359>. Acesso em: 23 maio. 2025.
- ACOSTA-LEYVA, Pedro. Paulo Freire é africano. In: **Francisco Gárate Vergara. (Org.). 100 cartas para Paulo Freire de quienes pretendemos enseñar**. 01 ed. Santiago de Chile: ARIADNA, 2021, v. 01, p. 01-357. Disponível em: <https://library.open.org/bitstream/handle/20.500.12657/51168/G%C3%A1rate.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 4 jun. 2025.
- AGUIAR, Reinaldo Pereira de; VIEIRA, Itamir; ARAUJO, Nixon Gleyson Melo de [Orgs.] V Festival das Culturas da UNILAB. Diversidade da Universidade: Arte e Cultura, Direitos Humanos e Inclusão. **Rev. Amp. e Atual**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 168p. 21 x 29,7 cm. Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3704/1/E-book%20-%20V%20Festival%20das%20Culturas%20-%202021_v2.pdf. Acesso em: 3 jul. 2025.
- ALENCASTRO, Matias de. Brasil arrisca a sua imagem na África com práticas neocoloniais. **Folha São Paulo**, 29 de ago. 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/08/1507830-analise-brasil-arrisca-sua-imagem-na-africa-com-praticas-neocoloniais.shtml>. Acesso em: 6 ago. 2025.
- ALMEIDA, F, C. **Universidades federais de missão institucional internacional e seu papel para a política externa brasileira**. (Tese de Doutorado). PUC, São Paulo, 174 f, 2022.
- ALVES, Joyce Amâncio de Aquino. O combate internacional ao racismo a partir da Conferência de Durban e as implicações na política brasileira. In: **VIII CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA, ORGANIZADO POR LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE CIENCIA POLÍTICA (ALACIP)**. Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 al 24 de julio de 2015. Disponível em: <https://alacip.org/cong15/int-alves8c.pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.
- AYLLÓN PINO, B. Agentes transformadores de la cooperación para el desarrollo: poderes emergentes y Cooperación Sur-Sur. **Revista Relaciones Internacionales**, n. 40, 2011.
- BALANDIER, G. **A situação colonial: abordagem teórica**. Cadernos CERU, 25 (1): 33-58, 2014 [1951].
- BALANDIER, G. **Antropologia política**. São Paulo: Difusão Européia do Livro; Editora da Universidade de São Paulo: 1969.
- BARBOZA, Edson Holanda Lima; MARIZ, Silviana Fernandes. Direitos humanos e currículo transnacional: os desafios da licenciatura em História da Unilab. **Revista História Hoje**, v. 9, n. 17, p. –, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Deolindo Nunes de. **A Política Africana do Brasil e o seu Conseqüente Acordo de Cooperação Cultural com os Países Africanos: o Caso do Intercâmbio Educacional com Cabo Verde**. Rio de Janeiro, 2007, 186 pp. Dissertação (Mestrado) em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela. **Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

BERTOLOTI, D, P, J. **Internacionalização da educação superior: uma análise das estratégias, contextos e práticas da Unilab**. (Tese de Doutorado). UFJF, MG, 313p, 2021.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana L. L. Reis e Gláucia R. E. Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BIZARRIA, Fabiana Pinto de Almeida; TASSIGNY, Mônica Mota; BARBOSA, Flávia Lorenne Sampaio; FREIRE, Jacqueline Cunha da Serra. Inovação e gestão universitária no campo decolonial: estudo do suporte normativo de uma universidade de integração internacional. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 27, n. 95, p. 721–743, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/FyN9sw7XDwNqyfKjJCwGsyf/?lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2025.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n.1, p. 68-80, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004b.

BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação Sul-Sul e Cooperação Triangular**. 2010. Disponível em: <https://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaosulsul/cooperacaotriangular>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. **Brasil assume a presidência do BRICS em 2025**. *Planalto* (acompanhe o Planalto: notícias), Brasília, 01 jan. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/01/brasil-assume-a-presidencia-do-brics-em-2025>. Acesso em: 06 ago. 2025.

BRASIL. FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES; EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE GANA NO BRASÍLIA. **Conexões entre o Brasil e África: aliança entre Embaixada de Gana e FCP**. *Notícia*, Publicado em 15 fev. 2024, atualizado em 16 fev. 2024. Brasília: FCP, 2024. Disponível em: <https://gov.br/palmares/assuntos/noticias/conexoes-entre-o-brasil-e-africa-alianca-entre-embaixada-de-gana-e-fcp>. Acesso em: 6 ago. 2025.

BRASIL. GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL. BRASIL. **Relatório final**. 2022.

BRASIL. Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável — Secretaria de Relações Institucionais. **O que é o CDESS?** Disponível em: <https://www.gov.br/sri/pt-br/cdess>. Acesso em: 11 out. 2025.

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) BANCO MUNDIAL. **Ponte sobre o Atlântico: Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento**. RC/IPEA, 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 138, 21 jul. 2010. Seção I, p. 4.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul**. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 2013.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **República do Senegal**. Publicado em 01/01/2015; atualizado em 11/06/2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-do-senegal>. Acesso em: 6 ago. 2025.

CABRAL, Amílcar. **Unidade e luta**: textos escolhidos. Lisboa: Seara Nova, 1978.

CABRAL, Amílcar. **Unity and Struggle**: Speeches and Writings of Amílcar Cabral. New York: Monthly Review Press, 1975.

CALEMA. Vamos conseguir. In: **Calema – Bomu Kêlê**. Lisboa: DistriRecords, 2014. Música. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YZYk_z0AAqQ. Acesso em: 4 maio. 2025.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a formação de professores. In: **CANDAU, Vera Maria (org.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 3 mar. 2025.

CARVALHO, Maria da Luz Fonseca de. **Um passado no encontro com o presente e o futuro**: a Comunidade da Sundy e o desenvolvimento sustentável na Ilha do Príncipe. 2023. 153f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Humanidades) - Instituto de Humanidades (IH), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/3936>. Acesso em 2 jun. 2025.

CASTELO, Cláudia. **O Modo Português de Estar no Mundo**. O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961). Porto, Edições Afrontamento, 1999.

CASO DE POLÍTICA. **Vozes da Lusofonia na UNILAB: estudantes africanos compartilham sonhos, desafios e o desejo de transformar seus países.** 2025. Disponível em: <https://casodepolitica.com/2025/05/vozes-da-lusofonia-na-unilab-estudantes-africanos-compartilham-sonhos-desafios-e-o-desejo-de-transformar-seus-paises/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: **POUPART, J. et al.** (Orgs.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

CHINA-PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA ECONOMIC TRADE FORUM (MACAU). **São Tomé e Príncipe: cacau em recuperação vs. óleo de palma com bom ímpeto.** Fórum China-PLP, 16 out. 2023. Disponível em: https://forumchinaplp.org.mo/pt/economic_trade/view/95?utm_. Acesso em: 26 jun. 2025.

COHEN, Jean L. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 3, 2003, pp. 419 a 459. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582003000300001>. Acesso em 02 de maio de 2025.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 1986.

CUNHA, Ana Cássia Alves. **Ser mulher, mãe e universitária: os desafios enfrentados pelas estudantes mães brasileiras e dos PALOP que estudam na Unilab-Ceará.** 2024. 131f. Dissertação - Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção-Ceará, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/5659>. Acesso em: 10 de out. 2025.

CPLP. **Declaração constitutiva da CPLP**, 1986.

DAGNINO, R. **A tecnologia social e seus desafios: tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 187-210.

DEI, George J. Sefa. **Reframing Blackness and Black solidarities through anti-colonial and decolonial prisms.** Cham: Springer, 2017.

DESIDÉRIO, E. de J. **Migração internacional com fins de estudo: o caso dos africanos do Programa Estudante-Convênio de Graduação em três universidades públicas do Rio de Janeiro.** Dissertação de mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais. Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE). Rio de Janeiro, 223 p, 2006.

ESCOBAR, A. **Antropologia e desenvolvimento.** Maguaré, 34(1), 271-308, 2020.

ESCOBAR, A. **El “postdesarrollo” como concepto y práctica social.** In: MATO, D. (Coord.). Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, p. 17-31, 2005.

ESCUADERO, Camila. Os conceitos de transnacionalismo, etnicidade, comunidade diaspórica e interculturalismo nos estudos migratórios: uma proposta de aplicações e abordagens. **Ambivalências**, São Cristóvão-SE, v. 6, n. 11, p. 110–141, 2018. DOI: 10.21665/2318-3888.v6n11p110-141. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/Ambivalencias/article/view/9275>. Acesso em: 12 out. 2025.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Editora Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. SciELO-EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro: Companhia das Letras, 1974.

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEERTZ, Clifford. **Obras e Vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

GEERTZ, Clifford. **The interpretation of cultures**: selected essays New York: Basic Books, 1973. 476 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: 34/Universidade Cândido Mendes, 2002 [1993]. 427p.

GOMES, A. S. A Unilab e as ações de promoção da igualdade étnico-racial (2010-2020). **REVISTA CONTEMPORÂNEA DE EDUCAÇÃO JCR**, v. 16, p. 104-130, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/45058>. Acesso em: 6 ago. 2025.

GOMES, Nilma Lino. **Um olhar além das fronteiras**: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero, 1982.

GROSGOUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais**: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 91, p. 115-147, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.1334>. Acesso em: 14 jun. 2025.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HETTNE, Björn. **Development and Security: Origins and Future**. Security Dialogue, v. 41, n. 1, p. 31–52, 2010.

HOUNTONDJI, P. J. Knowledge Appropriation in a Post-colonial Context. In: **HOPPERS, Odora (Ed.) Indigenous Knowledge and Integration of Knowledge Systems: Towards a Philosophy of Articulation**. Claremont, South Africa: New Africa Education, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2022. **Distribuição da população por cor ou raça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IPEA. **Conheça os BRICS**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>. Acesso em: 19 jun. 2025.

KEOHANE, R. O. **After hegemony: cooperation and discord in the world political economy**. New Jersey: Princeton University Press, 1984.

KILOMBA, Grada. **Memórias de Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**, Editora Cobogó, 2019.

LANGA, Ercílio Neves Brandão. Experiências de imigrantes africanas na cidade de Fortaleza-CE (2010-2017). **Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, Rio Grande do Norte, v. 7, n. 12, p. 1-25, 2020.

LEITE, P. S. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os Governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: FUNAG, 2011.

LEONIDIO, Adalmir. Golpe ou impeachment? Um exemplo de batalha de memória? **Diversitas**, São Paulo, v. 1, n. 20, p. 1, abr. 2018. Disponível em: <https://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/20.%20Adalmir%20Leonidio%20-%20Golpe%20ou%20impeachment.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2025.

LIMA, Manolita Correia; PROLO, Ivor; ASSUMPÇÃO, Solange Rodrigues Bonomo; LEAL, Fernanda (orgs). **Unilab 10 anos: gênese, desafios e conquistas**. 1. ed. - Blumenau: edifurb, 421 f. 2021.

LIMA, Viviane de Souza; PIERRE GILBERT RIBARD, Franck. TRAJETÓRIAS ATLÂNTICAS: CAMINHOS DE HISTÓRIA NA VINDA DOS ESTUDANTES AFRICANOS BOLSISTAS DO ITAMARATY PARA O BRASIL (1961-1969). **Encontros Universitários da UFC**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 2384, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/eu/article/view/75507>. Acesso em: 6 ago. 2025.

LOPES, C. **Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio**. São Paulo: Editora UNESP, 210p, 2005.

LOPES, Carlos. O desafio ético de um desenvolvimento com diversidade. In: **Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)**, 56ª Reunião Anual, 2004.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MALINOWSKI, B. **Argonauts of the Western Pacific**: an account of native enterprise and adventure in the archipelagoes of Melanesian New Guinea. London: Routledge & Kegan Paul, 1922.

MALOMALO, B. A integração Brasil-África: uso e sentido da cooperação solidária nos discursos de Luiz Inácio Lula da Silva. In: **FREITAS, Raquel Coelho de; MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito** (Org.). Democracia, equidade e cidadania. Curitiba: CRV, 2014. p. 70-91. Disponível em:

https://www.academia.edu/20278526/A_integra%C3%A7%C3%A3o_Brasil_%C3%81frica_uso_e_sentido_da_coopera%C3%A7%C3%A3o_solid%C3%A1ria_nos_discursos_de_Luiz_In%C3%A1cio_Lula_da_Silva. Acesso em: 6 ago. 2025.

MALOMALO, B.; LOURAU, J.; SOUZA, O. R. A UNILAB NA PERSPECTIVA DA COOPERAÇÃO SUL-SUL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DECOLONIAL AFRICANA. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, [S. l.], n. 245, p. 517–552, 2018. DOI: 10.25247/2447-861X.2018.n245.p496-531. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/454>. Acesso em: 6 ago. 2025.

MALOMALO, Basíllele. Estudos africana ou novos estudos africanos: um campo em processo de consolidação desde a diáspora africana no Brasil. **Revista de Humanidades e Letras**, v. 3, n. 2, 2017. Disponível em: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1530801245_ARQUIVO_NovosEstudosAfricanos.Copene2018.pdf. Acesso em: 14 jun. 2021.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. In: Sociologia e Antropologia. v. II. São Paulo: Edusp, 1974.

MAWDSLEY, Emma. **Development geography 1: Cooperation, competition and convergence between ‘North’ and ‘South’**. Progress in Human Geography, 1–10, 2015.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de António Sousa Ribeiro. Lisboa: Antígona, 2016.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Sair da Grande Noite**: ensaio sobre a África descolonizada. Trad. Ribeiro, Fábio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

MEDEIROS, Ailana Linhares de Sousa. **Avaliação da Política de Cooperação Sul-Sul na UNILAB: percepções da integração sob o olhar dos discentes estrangeiros dos campi do**

Ceará. 114f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza (CE), 2017.

MEDEIROS, Óscar. **Patrice Trovoada e seu Governo demitidos pelo Presidente são-tomense.** VOA Português, 6 jan. 2025. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/patrice-trovoada-e-seu-governo-demitidos-pelo-presidente-s%C3%A3o-tomense/7926414.html>. Acesso em: 13 jun. 2025.

MENDES, Leonel Vicente; CAMBANCO, Deuinalom Fernando; BACURIM, Felisberto Júnior Pedro. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB: uma universidade decolonial e afrocentrada. **Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras São Francisco do Conde (BA) | v.1, nº 2 | p.185-204 | jul./dez. 2021.**

MIGNOLO, Walter. **A ideia de América Latina.** Tradução de Suely Fenerich. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2003.

MILANI, Carlos R. S. ; CARVALHO, T. C. O. **Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no Continente Africano.** Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas, v. 1, p. 11-35, 2013.

MILANI, Carlos R. S.; CARVALHO, Thais L. R. de. Cooperação Sul-Sul e políticas de desenvolvimento: um olhar a partir do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 2, p. 62–79, 2013.

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira: Os Desafios de sua Caracterização como Política Pública.** Contexto Internacional, Vol. 35, n.1, p.11-41, 2013.

MILANI, Carlos R. S.; SUYAMA, Bianca; LOPES Luara L. **Políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no Norte e no Sul: que lições e desafios para o Brasil?** São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2013.

MILANI, Carlos R. S.; & IVES, Diogo. **A política externa brasileira a partir de 2023: a necessidade de uma frente ampla nacional, regional e internacional.** *CEBRI Revista*, v. 2, p. 127-146, 2023.

MILANI, Carlos R.S.; SUYAMA, Bianca; LOPES, Luara L. Políticas de cooperação internacional para o desenvolvimento no Norte e no Sul: que lições e desafios para o Brasil? São Paulo: **Friedrich Ebert Stiftung (FES)**, 2013. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10532-20140207.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MILTON, S. **Por uma outra globalização.** São Paulo: RECORD, 6 ed. 2001.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **30 anos da ABC: visões da cooperação técnica internacional brasileira.** (Coleção política externa brasileira) João Almino e Sérgio Eduardo Moreira Lima (organizadores). – Brasília: FUNAG, 330 p. 2017.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé; LIMA, Ivan Costa (orgs). **Unilab 10 anos: Experiência, desafios e perspectivas de uma Universidade Internacional com a África e**

Timor-Leste no interior da Bahia e Ceará – v.2 [recurso eletrônico] Fortaleza: Impreco, 2021.

MORAIS, Oziel Duarte. **A cooperação bilateral entre Brasil e Cabo Verde: uma análise a partir dos convênios no ensino superior.** Dissertação de Mestrado em Educação apresentada à Faculdade de Educação da Unicamp. 2013.

NAÇÕES UNIDAS – BRASIL. **São Tomé e Príncipe deixa a categoria de país menos desenvolvido.** Brasília, 20 dez. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/286250-s%C3%A3o-tom%C3%A9-e-pr%C3%ADncipe-deixa-categoria-de-pa%C3%ADs-menos-desenvolvido>. Acesso em: 25 jun. 2025.

NASCIMENTO, Francini Castilha do; TERRA, Fábio de Souza; COSTA, Andréia Cristina Barbosa; BRESSAN, Vânia Regina; COSTA, Isabelle Cristinne Pinto. Parcerias em prol da educação: um relato de experiência de um intercâmbio educacional entre Brasil e Angola. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, n. Edição Especial, p. 189–199, 2024. DOI: [10.14393/REE-2024-74855](https://doi.org/10.14393/REE-2024-74855). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/74855>. Acesso em: 14 jun. 2025.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO - **Relatórios Nacionais de Acompanhamento.** Brasília: Ipea, 2004, 2005, 2007, 2010 e 2014.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres:** construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Trad. Nascimento, Wanderson Flor do. - 1. ed - Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021. 324 p.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa do Brasil no século XXI: Os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, nº51, p. 136-153. 2008.

PENHA, Eli Alves. **O Atlântico Sul e as dimensões da “fronteira oriental” brasileira: a política africana dos governos militares.** In: Del Vecchio, A. (Org.) Política internacional e hegemonia- Brasil e Estados Unidos no contexto da globalização. São Paulo: Sociologia e Política, 2010.

PINHEIRO, Leticia & MILANI, Carlos R. S. **Política Externa Brasileira: as práticas da política e a política das práticas.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012.

PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PORTO, Osmany. Processos transnacionais em políticas públicas. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S. l.], v. 13, n. 26, p. 192–219, 2025. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/19190>. Acesso em: 1 jun. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE. **Estudantes da Unilab promoveram abertura da Semana do Continente Africano.** São Francisco do Conde, 22 maio 2015. Disponível em: <https://saofranciscodoconde.ba.gov.br/estudantes-da-unilab-promoveram-abertura-da-semana-do-continente-africano/>. Acesso em: 4 mar. 2025.

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. *Jornal of world-systems research*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 342-386, 2000. Disponível em: <https://jwsr.pitt.edu/ojs/jwsr/article/download/228/240/313>. Acesso em: 14 fev. 2025.

RÁDIO TELEVISÃO SÃO-TOMENSE (RTS). **Estudantes são-tomenses no Brasil em dificuldades e sem bolsa há mais de um ano**. 05 ago. 2022. Disponível em: <https://rstp.st/2022/08/05/estudantes-sao-tomenses-no-brasil-em-dificuldades-e-sem-bolsa-ha-mais-de-um-ano/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. SP: ed. Ática, 1993.

RAMOS, João. **Quem é quem em São Tomé e Príncipe**. São Tomé: Mediateca, 2007.

RFI – Radio France Internationale. **COP29: Subida do nível do mar já levou à deslocação de populações em São Tomé e Príncipe**. RFI – Convidado, 21 nov. 2024. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/programas/convidado/20241121-cop29-subida-do-n%C3%ADvel-do-mar-j%C3%A1-levou-%C3%A0-desloca%C3%A7%C3%A3o-de-popula%C3%A7%C3%B5es-em-s%C3%A3o-tom%C3%A9-e-pr%C3%ADncipe>. Acesso em: 25 jun. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p.

RIBEIRO, F. A. **Estratégia geoeducacional na cooperação Sul-Sul: uma análise dos projetos das universidades de integração internacional UNILAB E UNILAB**. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

RIBEIRO, F. A. **Unilab: políticas educacionais e as transformações do espaço urbano em Redenção-Ceará-Brasil**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, Fortaleza, ano 1, v. 1, n. 1, p. 7-15, jan./jun. 2008. Disponível: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22510/1/2008_art_lcrodrigues.pdf. Acesso em 17 jun. 2025.

SÁ, Jarciela Pitiandra Lima Correia. O adoecimento físico e mental de estudantes de nacionalidades africanas na Unilab: percepções sobre o estado de saúde e doença. Artigo - Curso de Enfermagem, Instituto de Ciências da Saúde, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção-Ceará, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/4521>. Acesso em: 5 maio. 2025.

SANTOS, C. A cooperação Sul-Sul e o multilateralismo multinormativo na criação do centro de pesquisa e desenvolvimento de vacinas do BRICS. In: **Boletim de Conjuntura do Programa de Educação Tutorial de Relações Internacionais da Universidade de Brasília**. [v. 6 | n. 2], junho | 2024.

SANTOS, G. S. Espaços de insurgência, espaços de cidadindade: a mobilização social e sua espacialidade. **Revista GeoUECE**, [S. l.], v. 11, n. 20, p. e202203, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/view/8690>. Acesso em: 3 jul. 2025.

SANTOS, Maria Estela Tavares dos. **A problemática da extração de areia em São Tomé e Príncipe**. Relatório de estágio na Direcção Geral dos Recursos Naturais Energia, São Tomé e Príncipe. Universidade Nova, Portugal, jan-2018. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/42826>. Acesso em: 25 jun. 2025.

SARAIVA, José Flávio S. **África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 166 P, 2012.

SEIBERT, G. **Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em S. Tomé e Príncipe**. Lisboa: Vega. 2001.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEN, Amartya K. **Sobre Ética e Economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, A. G. D; CÁ, L. O. Manifestações culturais dos estudantes guineenses na UNILAB: análise do projeto de extensão ‘KABAZ DI TERRA’ danças e ritmos tradicionais da GUINÉ-BISSAU. **Revista Conexão UEPG**, vol. 19, num. 1, pp. 01-15, 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5141/514174720022/html/>. Acesso em: 24 de abr. 2025.

SILVA, J. S. **Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB): uma estratégia de cooperação solidária ou consolidação da internacionalização mercantil?** (Tese de doutorado, Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil), 2019.

SILVA, Maria Lucia da. **Memória dos professores negros e negras da UNILAB: tecendo saberes e práxis antirracistas**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo 2016. 178 f. Disponível em: <http://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/1537>. Acesso em: 12 abr. 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SINGER, P. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988.

SINGER, P. **O que é o socialismo hoje**. Petrópolis, Vozes, 1980.

SOUZA, Francisca Sidma Ferreira de. **Acolhimento e integração dos estudantes internacionais na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB**. 2019. 142f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza (CE), 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/40472>. Acesso em: 6 ago. 2025.

SOUZA, Robério Américo. Descolonização e resistência: a UNILAB e a formação de professores de História para o Brasil e a África. **Anos 90**, [S. l.], v. 27, p. 1–14, 2020. DOI: 10.22456/1983-201X.86578. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/86578>. Acesso em: 6 ago. 2025.

SOUZA, José Wilton Soares de Brito. **Em busca do léve-léve**: reflexões sobre cotidiano e mobilidade na cidade de São Tomé (São Tomé e Príncipe). (Trabalho de Conclusão de Curso – Antropologia, , Redenção-Ceará) 2025, 19f. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/7246>. Acesso em: 8 ago. 2025.

SPIVAK, G. C. **Can the subaltern speak?** In C. Nelson & L. Grossberg (Orgs.), *Marxism and the interpretation of culture* (pp. 271-313). University of Illinois Press, 1988.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.
STALLIVIERI, Luciane. **Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras**. 1. ed. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul - EDUCS, 2004. 143p.

SUBUHANA, C. **Estudar no Maciço de Baturité**: trajetórias e experiências socioculturais de estudantes africanos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. 2013. (Relatório de pesquisa).

TAVARES, Vanusa Pereira. **Educação antirracista na formação de professores**: um estudo de caso no curso de Pedagogia da Unilab-CE, Brasil. 2022. 143 f. Dissertação (Mestrado em Humanidades) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2022.

TÉLA NÓN. **Foi demitido o XVIII Governo Constitucional liderado por Patrice Trovoada**. Téla Nón, 06 jan. 2025. Disponível em: <https://www.telanon.info/politica/2025/01/06/46949/foi-demitido-o-xviii-governo-constitucional-liderado-por-patrice-trovoada/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

TOMESANI, Ana Maura. *Cooperação Internacional, Desenvolvimento Ultramar, Assistência Estrangeira: breve revisão histórica e bibliográfica sobre a ajuda externa oficial*. Ver. Carta Internacional, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2017, p. 73-100. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/584/677>. Acesso em: 9 out. 2025.

TURNER, Victor. **O processo ritual**. Estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

UNILAB (08 de julho de 2024). **Curso de extensão “O ensino de Filosofia e Reafricanização das Mentes” abre inscrições de 29 a 31/07**. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2024/07/08/curso-de-extensao-o-ensino-de-filosofia-e-reafricanizacao-das-mentes-abre-inscricoes-de-29-a-31-07/>. Acesso em: 21 jun. 2025.

UNILAB. **Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira: Universidade Brasileira alinhada à integração com os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), 2020**. ASSECOM. Inscrições abertas para Curso de Línguas e Culturas Crioulas. Publicado em 27 de fevereiro de 2020. Disponível em:

<https://unilab.edu.br/2020/02/27/inscricoes-abertas-para-curso-de-linguas-e-culturas-crioulas/>. Acesso em: 24 de maio de 2025.

UNILAB. **“NucLi oferta 370 vagas para cursos de idiomas na Unilab.”** Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), 4 fev. 2025. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2025/02/04/nucli-oferta-370-vagas-para-cursos-de-idiommas-na-unilab/>. Acesso em 24 de maio de 2025.

UNILAB. **Acordos e diálogos de cooperação marcaram a primeira missão da Unilab em São Tomé e Príncipe.** Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), 3 mar. 2023. Disponível em: https://unilab.edu.br/2023/03/03/acordos-e-dialogos-de-cooperacao-marcaram-a-primeira-missao-da-unilab-em-sao-tome-e-principe/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 4 jul. 2025.

UNILAB. **Acordos e diálogos de cooperação marcaram a primeira missão da Unilab em São Tomé e Príncipe.** 3 mar. 2023. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2023/03/03/acordos-e-dialogos-de-cooperacao-marcaram-a-primeira-missao-da-unilab-em-sao-tome-e-principe/>. Acesso em: 4 jul. 2025.

UNILAB. **Centro de Estudos Africana realiza curso de extensão sobre educação em África.** Disponível em: <https://unilab.edu.br/2022/12/14/centro-de-estudos-africana-realiza-curso-de-extensao-sobre-educacao-em-africa/>. Acesso em: 21 jun. 2025.

UNILAB. **Curso de língua árabe – Módulo I está com inscrições abertas até dia 18, com oferta de 30 vagas no Campus dos Malês (BA).** 13 jan. 2025. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2025/01/13/curso-de-lingua-arabe-modulo-i-esta-com-inscricoes-abertas-ate-dia-18-com-oferta-de-30-vagas-no-campus-dos-males-ba/>. Acesso em: 3 jul. 2025.

UNILAB. **Egressa do curso de Agronomia da Unilab desenvolve trabalho na área de produção agroecológica em São Tomé e Príncipe.** Redação Unilab, 24 jan. 2022. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2022/01/24/egressa-do-curso-de-agronomia-da-unilab-desenvolve-trabalho-na-area-de-producao-agroecologica-em-sao-tome-e-principe/>. Acesso em: 4 jul. 2025.

UNILAB. **Estatuto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.** Redenção: UNILAB, 2012.

UNILAB. **Estudantes comemoram 12 anos de restauração da independência do Timor-Leste.** Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 20 maio 2014. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2014/05/20/estudantes-comemoram-12-anos-de-restauracao-da-independencia-do-timor-leste/>. Acesso em: 4 jul. 2025.

UNILAB. **Independência de São Tomé e Príncipe é celebrada na Unilab.** Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 12 jul. 2012. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2012/07/12/independencia-de-sao-tome-e-principe-e-celebrada-na-unilab/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

UNILAB. **Relatório de atividades institucionais 2019-2020.** Redenção: UNILAB, 2020.

UNILAB. **UNILAB: Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul.**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira; organizado por Camila Gomes Diógenes e José Reginaldo Aguiar. – Redenção: UNILAB, 120 p, 2013.

UNIVERSIDADE DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. **A história da universidade.** São Tomé e Príncipe: USTP, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ustp-edu-st.com/a-história-da-universidade>. Acesso em: 04 jul. 2025.

SANTOS, A. A. P. dos; MARRONI, E. V. Para além de eleições regulares: debate sobre o contexto democrático em São Tomé e Príncipe. SciELO Preprints, 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6879>. Acesso em: 18 jun. 2025.

VISENTINI, Paulo. **A África na Política Internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial.** Curitiba: Juruá, 2010.

VISENTINI, Paulo. **A projeção internacional do Brasil: 1930-2012: diplomacia, segurança e inserção na economia mundial.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013, 224p.

VISENTINI, Paulo. **África e as Potências Emergentes: o Sul e a Cooperação Profana.** Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais. v.3, n.5. Jan/Jun, 2014.

VISENTINI, Paulo. **A África e as potências emergentes:** Nova partilha ou cooperação Sul-Sul. Série africana. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

WAGNER, Roy. **The Invention of Culture.** Chicago: The University of Chicago Press. 1981.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno. Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI.** Porto: Ed. Afrontamentos, 1974.

WALLERSTEIN, I. **The Modern World-System, Volume 1.** Berkeley: University of California Press, 2001 [1974].

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno. Vol. II: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750.** Porto: Ed. Afrontamentos, 1974.

WALSH, Catherine. (Ed.). **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial;** reflexiones latinoamericanas. Quito: Universidad Andina Simon Bolivar/Abya-Yala, 2005.

WORLDOMETERS. **São Tomé and Príncipe Political Map.** Disponível em: <https://www.worldometers.info/maps/sao-tome-and-principe-political-map/>. Acesso em: 20 jun. 2025.